

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA**

**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS
AMBIENTAIS DO ESTADO NEOLIBERAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO COREDE CENTRO DO RIO
GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mara Eliana Graeff Dickel

Santa Maria, RS, Brasil.

2010

**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS
AMBIENTAIS DO ESTADO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO COREDE CENTRO DO RIO GRANDE DO SUL**

Por

Mara Eliana Graeff Dickel

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientador: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

2010

D548p Dickel, Mara Eliana Graeff

O papel do terceiro setor nas políticas ambientais do estado neoliberal :
uma análise a partir do Corede Centro do Rio Grande do Sul / por Mara
Eliana Graeff Dickel. – 2010.

134 f. ; il. ; 30 cm

Orientador: Adriano Severo Figueiró

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro
de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia
e Geociências, RS, 2010

1. Direito 2. Terceiro setor 3. Política neoliberal 4. Política ambiental
5. Movimentos sociais I. Figueiró, Adriano Severo II. Título.

CDU 347.471.8

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109

Biblioteca Central UFSM

© 2010

Todos os direitos autorais reservados a Mara Eliana Graeff Dickel. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Distrito de Tesouras- interior. Chapada-RS

Fone (55) 84399856 End. Eletr: mara_dickel@yahoo.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO
ESTADO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COREDE
CENTRO DO RIO GRANDE DO SUL**

Elaborada por
Mara Eliana Graeff Dickel

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró – UFSM
Presidente/Orientador

Prof^a. Dr^a. Solange Terezinha de Lima Guimarães
Departamento de Geografia – UNESP-RC

Prof. Dr. Cesar de David
Departamento de Geociências - UFSM

Santa Maria, de 2010.

Dedico

*À meu pai Alceu, minha mãe Marlei e meus irmãos
Cláudia e Eleandro.*

Minha família, minha base, meu tudo.

E ali logo em frente
A esperar pela gente
O futuro está...

E o futuro é uma astronave
Que tentamos pilotar
Não tem tempo, nem piedade
Nem tem hora de chegar
Sem pedir licença
Muda a nossa vida
E depois convida
A rir ou chorar...

Nessa estrada não nos cabe
Conhecer ou ver o que virá
O fim dela ninguém sabe
Bem ao certo onde vai dar

(Toquinho, Aquarela)

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, que sempre deram o apoio necessário durante toda caminhada, principalmente a minha irmã Cláudia que a acompanhou de perto. Ao meu namorado Paulo pelo amor e paciência e compreensão.

À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de cursar um ensino superior com qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos conhecimentos adquiridos;

Ao Professor Adriano Severo Figueiró, pela orientação e pelo aprendizado ao longo desses últimos anos, o qual vai além do conhecimento científico, hoje agradeço até mesmo os puxões de orelha. Aos demais professores (a)s do Departamento de Geociências da Universidade de Federal de Santa Maria e aos professores que compõem a banca examinadora;

Aos funcionários do Departamento de Geociências pela colaboração e informações fornecidas ao longo do curso;

Aos gestores e voluntários das instituições participantes da pesquisa;

A todos os amigos e colegas com os quais tive contato nesses últimos anos, cuja interação constituiu-se num fator decisivo para o crescimento pessoal, em especial àqueles do Laboratório de Geoecologia e Educação Ambiental (LAGED).

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO
ESTADO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COREDE CENTRO
DO RIO GRANDE DO SUL**

AUTOR: MARA ELIANA GRAEFF DICKEL
ORIENTADOR: Prof. Dr. ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ
LOCAL E DATA DA DEFESA: SANTA MARIA, 06 DE OUTUBRO DE 2010.

A década de 1990 pode ser apontada como aquela em que a questão ambiental atinge maior visibilidade no cenário internacional e se constitui tema obrigatório na agenda política. É também neste período, sob influência hegemônica do pensamento neoliberal, em um contexto marcado pela reestruturação democrática, que as ONG's (Organizações Não Governamentais) passam a assumir e a criar mecanismos de gestão dos territórios "abandonados" pelas instituições públicas, passando a atuar na defesa do pressuposto da "participação da sociedade civil" no Estado, assumindo a função de executoras de políticas públicas e apoiando as várias formas de privatização dos serviços públicos, respondendo à demanda de mercado. É interessante destacar que o surgimento dos movimentos ecológicos e ambientalistas não ocorre em uma arena política deserta, seus propósitos vêm a somar aos de muitos movimentos sociais e causas populares que surgem em resposta ao modelo civilizatório e exploratório vigente, atuando como portadores dos elementos constitutivos para introdução dos direitos do cidadão e da cidadania. O objetivo central da presente dissertação consiste em discutir o papel das Organizações Não Governamentais (ONG's) ambientalistas que atuam no limite do Corede Centro do RS, com base na política ambiental do Estado brasileiro pós – década de 80. A amostra de trabalho foi constituída das instituições atuantes (selecionada através dos dados cadastrais fornecidos pelo Ministério da Justiça) nos limites do Corede Centro considerando apenas aquelas que se dedicam expressamente à temática ambiental ou atuam em áreas correlatas, totalizando 6 instituições distribuídas entre os 19 municípios do Corede Centro do Rio Grande do Sul. A presente pesquisa tomou como base uma metodologia de análise qualitativa a partir da análise de discurso dos gestores e voluntários das instituições componentes da amostra. Ao final pode-se concluir que (a) a inexistência de um banco de dados unificado e atualizado dificulta ; a possibilidade de se visualizar de forma mais clara as relações entre o Estado e o Terceiro Setor, dificultando até mesmo seu controle social (b) as instituições da amostra não se constituíram a partir do processo de institucionalização dos movimentos sociais; (c) em sua grande maioria são funcionais a um modelo societário constituído pela política neoliberal; (d) quanto às políticas públicas, grande parte da amostra mostrou-se condizente com os preceitos do Mercado (e) apesar da questão ambiental não ser foco central de grande parte das instituições, mesmo constando em seu registro três instituições que abordam esta temática com ações que permeiam uma prática educativa emancipatória e crítica.

Palavras chave: terceiro setor, política neoliberal, política ambiental, movimentos sociais.

ABSTRACT

MASTER'S DISSERTATION
PÓS GRADUATE PROGRAM IN GEOGRAPHY AND GEOSCIENCES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
**THE ROLE OF THE THIRD SECTOR IN RELATION TO THE NEOLIBERAL
STATE ENVIRONMENTAL POLICIES: AN ANALYSIS FROM THE CENTER
COREDE OF THE RIO GRANDE DO SUL STATE** AUTHOR: MARA ELIANA
GRAEFF DICKEL
ADVISOR: PROF. Dr. ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ
LOCAL AND DATE OF DEFENSE: SANTA MARIA, OCTOBER 6TH, 2010.

The year of 1990 can be considered one in which the environmental issue reaches more visibility in the international arena and represents compulsory subject on the agenda. It's also during this period that, under hegemonic influence of neoliberal thinking in a context marked by the democratic restructuring, NGOs (Non Governmental Organizations) shall assume and create mechanisms for the management of "abandoned" territories by public institutions, starting to act in defense of the assumption of "civil society participation" in the state, assuming the role of public policies executors and supporting various forms of public services privatization, responding to the market demand. It is interesting to note that the emergence of ecological and environmentalists movements did not occur in a deserted political arena, its purposes are adding to the many social movements and popular causes that arise in response to the civilization model and exploratory force, acting as carriers of the constituent elements for the introduction of citizen's rights and citizenship. The main objective of this dissertation is to discuss the role of Non Governmental Organizations (NGOs) operating in the environmental limit of COREDE Centre of RS, based on the environmental policy of the Brazilian government after the 80's. The working sample consisted of active institutions (selected through the registration data provided by the Ministry of Justice) within the limits of COREDE Centre, considering only those who are dedicated specifically to environmental issues or working in related areas, totaling six institutions distributed among 19 counties in the Centre COREDE of the Rio Grande do Sul state. This research was based on a qualitative analysis methodology of managers and volunteers discourse analysis that belonged to the sample institutions. As a result, one can conclude that (a) the lack of a unified and updated database complicates the possibility of seeing in a clear way the relations between State and the third sector, also making harder the social control; (b) the institutions were not built through the process of social movements institutionalization; (c) mostly are functional to a corporate model consisting of neoliberal policies; (d) regarding the public policies, much of the sample was found to be consistent with the market precepts; (e) despite the environmental issue is not the central focus of many institutions, even if there were found three institutions that address this issue with actions that fill a critical and emancipatory educational practice.

Keywords: third sector, neoliberal policy, environmental policy, social movements.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Municípios pertencentes ao Corede Centro.....	30
FIGURA 2- Situação atual da Instituição.....	74
FIGURA 3- "Tipo de Ambientalismo"	76
FIGURA 4- Nível de atuação das Instituições	77
FIGURA 5- Perfil Profissional da equipe de Voluntários da Instituição A.....	80
FIGURA 6- Perfil Profissional da Equipe Gestora da Instituição D.....	81

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Conceitos base e indicadores para análise dos referenciais de educação ambiental.	29
QUADRO 2- Municípios pertencentes ao Corede Centro.	31
QUADRO 3- Instituições da amostra inicial e municípios de origem.....	33
QUADRO 4- Evolução das Entidades constantes no Cadastro Central de Empresas- CEMPRE- 1996/2005.....	50
QUADRO 5- Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em relação à população total.....	51
QUADRO 6- Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado e não assalariado segundo as Grandes Regiões.....	52
QUADRO 7- Comparação entre OSCIPs e outras Titulações.....	70
QUADRO 8- Instituição/ qualificação e ano de criação.	71
QUADRO 9- Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos da Região Sul de acordo com o ano de fundação.....	72
QUADRO 10- Quadro Síntese da análise do referencial teórico das ONGs.	105
QUADRO 11- Fonte de recurso das Instituições da amostra	109
QUADRO 12- Fontes do orçamento atual da Instituição	110
QUADRO 13- Recursos destinados ao Terceiro Setor através de financiamentos Federais	111

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Questionário.....	131
ANEXO 2- Termo de consentimento Livre esclarecido	134

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
2.1 A metodologia de análise de discurso como subsídio para análise dos dados	22
2.2 Procedimentos metodológicos	24
2.3 Seleção e amostra de trabalho.....	30
3. REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS	35
3.1 Análise da evolução da política ambiental no Brasil.....	35
3.2 Modernidade Flexível e o Pensamento Complexo	40
3.3 Contextualização da constituição do 3º setor na área ambiental	44
3.3.1 Criação das ONGs: o Terceiro Setor	44
3.3.2 Definições acerca do Terceiro Setor.....	47
3.3.3 O Terceiro setor em números	49
3.4 ONGs e movimentos sociais – novas configurações na luta de classe.....	52
3.5 A diversidade e a identidade dos movimentos sociais: o caso do movimento ambientalista.....	56
3.6 O papel da educação ambiental na formação de uma nova consciência.....	61
4. RESULTADOS.....	64
4.1 Levantamento do histórico e área de atuação das ONGs	64
4.1.1 Instituição A	64
4.1.2 Instituição B	65
4.1.3 Instituição C	66
4.1.4 Instituição D	67
4.1.5 Instituição E	67
4.1.6 Instituição F	68
4.2 Atuação frente à questão ambiental	75
4.3 Caracterização e análise do corpo técnico e equipe administrativa	78
4.4 Análise dos referenciais teóricos metodológicos e formas de atuação	81
4.4.1 Recifes da educação ambiental: fenômenos que comprometem a educação ambiental crítica e emancipatória	82

4.4.1.1 RECIFE 1- Psicologização.....	82
4.4.1.2 RECIFE 2- Prescrição.....	85
4.4.1.3 RECIFE 3- Preconceito.....	89
4.4.1.4 RECIFE 4- Redução	90
4.4.1.5 RECIFE 5 - Convalidação.....	92
4.4.2 Arquipélagos: condições para a navegação crítica e emancipatória da Educação Ambiental	95
4.4.2.1 ILHA 1- Dialógica.....	95
4.4.2.2 ILHA 2- Complexidade.....	97
4.4.3 Os portos: locais de apoio a navegação crítica e emancipatória.....	99
4.4.3.1 PORTO 1- Alteridade e Solidariedade.....	99
4.4.3.2 PORTO 2- Emancipação	100
4.4.3.3 PORTO 3- Auto-gestão, transparência e valorização do potencial local.....	102
4.5 Metodologias de trabalho, gestão e planejamento das atividades executadas pelas ONGS.....	106
4.6 Caracterização das parcerias e formas de financiamento.....	108
4.7 O Terceiro Setor e suas formas de Encontro com o Estado	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

1. INTRODUÇÃO

*“O homem não teceu a trama da vida; ele é meramente um dos fios.”
Cacique Seattle*

O domínio da técnica cresce a passos largos desde a Idade Moderna, e tem seu ápice na Revolução Industrial, é neste período, sob a ótica do saber científico como conhecimento unitário, que a visão mecanicista da razão cartesiana reafirma-se como um princípio constitutivo de um novo paradigma que predomina sobre a ótica organicista (LEFF, 2002). A atividade interventora e transformadora vem, ao longo dos tempos tornando-se cada vez mais predatória, promovendo efetivamente a dissociação homem/natureza como pode ser visualizado na obra de Platão escrita no ano 400 ac.

Na Ática, existem montanhas que agora apenas podem sustentar abelhas, porem, não faz muito tempo, se achavam cobertas de um manto de belas arvores gigantes, que com sua madeira, foram construídos os tetos dos grandes edifícios. Ainda existem armações construídas antanho com madeira dessas arvores. Também abundavam árvores frutíferas de grande nobreza e belas posturas. A chuva que caía cada ano não se perdia como agora no oceano, escorregando sobre terras nuas. (PLATÃO *apud* NOAL 2008)

A problemática ambiental emerge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais evidente da crise da racionalidade econômica, resultante da materialização de um modelo econômico de desenvolvimento pautado na exploração irracional de espaços e recursos.

O processo de desdobramento do sistema econômico capitalista conduziu a sociedade ao ápice da crise ambiental. Impulsionado por um paradoxo clássico da modernidade, na ausência de políticas públicas, a qualidade de vida passa a ser efetivamente concretizada a partir da inserção do cidadão na sociedade de consumo (LOUREIRO, 2006). Este processo tem sido grandemente influenciado pela difusão de padrões de consumo e estilos de vida globalizados, que imprimem à sociedade valores

assentados sob a ótica do utilitarismo, pragmatismo e efficientismo, que regem a racionalidade da ordem econômica mundial.

A política Neoliberal, pós década de 1980, tem suas diretrizes assentadas no processo de desregulamentação do Estado, tanto quando nos referimos à sua não intervenção econômica, bem como na sua desresponsabilização com as políticas públicas, uma vez que estas são culpabilizadas pela crise do “Estado do Bem Estar Social”, também conhecido como *Welfare State*¹. A crise do capital, expressa nas crises do *Welfare State* e no modelo de produção fordista-taylorista-Keynesiano, vai engendrar a necessidade não só de novos mecanismos de dominação para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento (WOOD, 2003). Para a autora, a esquerda vem se redefinindo na perspectiva de criar espaços no interior do capitalismo e não mais enfrentar o desafio direto da contestação ao capital. Como consequência, a materialização destes preceitos estaria ocorrendo através da institucionalização das ONGs.

Não só no que concerne as políticas sociais stricto sensu, mas também no que se refere à dimensão socioambiental, as contemporâneas formulações neoliberais não apontam para um caminho promissor, uma vez que, segundo (BAUMAN, 2000) o caminho neoliberal é o da desvalorização da vida social e das estruturas coletivas. Em palavras de Verás Neto (2007)

O neoliberalismo corresponde a um grupo de medidas políticas e econômicas, coincidentes com um ciclo de eventos propiciadores de um conjunto histórico ocasionador de disseminação em escala mundial de políticas tendentes a privatização econômica e a destruição das conquistas sociais; essa nova realidade se manifesta mundialmente, como um impacto mais decisivo na periferia capitalista mundial. (VERÁS NETO, 2007 p. 288)

A partir de meados dos anos setenta, fortemente influenciados pelos movimentos contestatórios da década de sessenta e, em um cenário político marcado pela abertura democrática e pela tentativa de reorganização da sociedade, os movimentos sociais passam a figurar caracterizados por suas formas de mobilização coletiva, o que se convencionou chamar de o surgimento de uma sociedade civil organizada. Com ideais direcionados para a consecução de uma sociedade mais igualitária em todos os seus

¹ Também conhecido como *Welfare State*, o Estado do Bem-Estar Social pode ser definido como uma resposta do capitalismo à crise de 1929 no sentido de promover uma ampliação do mercado consumidor mundial por meio do financiamento estatal à melhoria da qualidade de vida da população. Conseguiu-se com isso não apenas superar a enorme crise econômica, como também afastar as possibilidades revolucionárias que se abriam com o fortalecimento soviético.

níveis, tem como base de sustentação a retórica do reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos (DAGNINO, 2002).

Os múltiplos sujeitos políticos coletivos começam, progressivamente a se organizar em aparelhos privados da hegemonia civil, na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade, e a exigir do Estado a criação e/ou ampliação de direitos, alargando os limites estreitos da democracia liberal dos anos de capitalismo concorrencial (NEVES, 2005 p. 23)

É neste mesmo contexto que entidades da sociedade civil passam a assumir a gestão dos territórios tidos como abandonados pelas instituições públicas, passando a atuar na defesa dos pressupostos da “sociedade civil” no Estado, assumindo um papel de executoras das políticas públicas.

Como aponta Montaño,

a resposta às necessidades sociais deixa de ser responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, um não- direito (MONTAÑO, 2002, p.22)

Os movimentos sociais organizados em prol da preservação ambiental e justiça social passam a exercer um importante papel perante a sociedade, no entanto, seu surgimento não ocorre em uma arena política deserta, seus ideais vem a se somar a movimentos sociais e causas populares que surgem em resposta ao modelo civilizatório e exploratório vigente, atuando como elementos constitutivos para a introdução dos direitos do cidadão e da cidadania (LOUREIRO, 2006).

Um dos aspectos de maior representatividade quando nos referimos à emergência de ações sociais, provenientes do movimento ecológico crítico, tem sido a sua capacidade de cristalizar o significado do termo cidadania, não somente em termos de conquistas institucionais, mas, sobretudo na constituição de uma identidade que gradualmente vai dissolvendo a consciência fragmentária imposta pelo processo linear de reificação do saber, processo este, instigado também pela imposição do regime autoritário e pela situação subalterna dos atores sociais.

No Brasil, a maior parte das Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem nos anos 80, juntamente com novos movimentos sociais e políticos que invadem os espaços de reivindicação. É neste período que o processo da globalização pautado nas transformações econômicas, sociais e culturais ao mesmo tempo em que

proporciona a elevação dos padrões de consumo, perpetua o distanciamento das classes menos favorecidas a benefícios e direitos adquiridos (LOUREIRO, 2006).

Diante deste contexto, a visão mecanicista da razão cartesiana legitima a falsa ideia de progresso da civilização moderna, visto que esta nova racionalidade tida como instrumental banuiu a natureza da esfera social e de produção, resultando em um avançado processo de degradação ambiental.

A consciência ambiental, inculcada no processo de reconstrução da racionalidade mobiliza novos atores políticos num processo de reapropriação da natureza através da ressignificação das relações de produção (LEFF, 2002). Shiva (2003) faz referência a este processo, nominando a ocorrência destes fatos, principalmente pela sacralidade atribuída ao saber científico enquanto conhecimento imune e inquestionável, “o saber dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas” (SHIVA, 2003 p. 25).

Conforme Loureiro (2006), as estratégias adotadas pelas ONGs partem da premissa que a promoção social contribui para a consolidação de mecanismos burocráticos na medida em que criam condições necessárias para as transformações estruturais da sociedade. As ações localizadas sob a lógica das instituições do Terceiro Setor² passam a se multiplicar pela inserção e formação de novos atores sociais. Este cenário de manifestações crescentes de mobilização e compromissos individuais e coletivos tem o efeito de democratizar as relações na sociedade, buscando a redefinição do papel do próprio Estado. De acordo com Gohn (2003)

...na década de 1990, os processos de globalização econômica e as reformas políticas neoliberais desmantelaram boa parte da capacidade do Estado controlar, vias políticas públicas reguladoras, problemas ambientais, assim como problemas socioeconômicos, como desemprego, pobreza, etc. Esse fato abriu espaço para que organizações da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais e ambientalistas ganhassem novos espaços de poder como estruturas instituintes não-formais, no lugar de um instituído ausente, o Estado. (GOHN, 2003, p. 36)

No entanto, o ponto focal da questão consiste em dar um direcionamento às iniciativas propostas pelas Organizações de tal modo que estas instituições não passem a ser funcionais a um modelo de sociedade excludente, concentrador de riquezas e

² Entende-se por Terceiro Setor as organizações privadas, diferindo das entidades de direito público e sem fins lucrativos, diferente também das empresas inseridas no mercado. Constitui-se uma terceira via, diferente do Estado e do Mercado 1º e 2º setores respectivamente. O termo terceira via expressa na concepção de Coelho (2000) uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associado à maximização do lucro, quanto do governo com sua burocracia inoperante.

poder, minimizando o efeito democratizante do processo, dificultando a construção de uma sociedade pautada na justiça social e em hábitos fraternos (LOUREIRO,2006).

Quando nos referimos a transformação da realidade em busca de novos patamares societários não basta a ação comunicativa e argumentativa, e a alteridade. É necessário também constituir estes valores na prática vinculados à compreensão crítica dos interesses, necessidades e conflitos. Leis infere em sua obra que “ o grande desafio do ambientalismo, entendido como movimento histórico-ideológico, é demonstrar que tem capacidade ou potencialidade suficiente para produzir esta transformação moral da sociedade moderna” (LEIS 2001, p.28).

A ampliação das discussões a respeito da degradação ambiental impôs à sociedade o imperativo de internalizar valores ecológicos que assegurem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. A busca da sustentabilidade não está apenas no saber tecnicista, racional, mas também numa nova perspectiva do ser e no saber do mundo. Nesse sentido, a educação ambiental, surge como uma importante ferramenta para o exercício da cidadania e transformação da sociedade.

A problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado (LEFF, 2002, p.19).

Como objetivo geral, a presente dissertação busca discutir o papel das Organizações não Governamentais que atuam na área ambiental dentro dos limites do Corede Centro através da caracterização de suas formas de atuação, buscando interpretar as relações que estabelecem com os setores públicos.

Dentre os objetivos específicos estão: - Analisar a constituição e a evolução da política ambiental no Brasil e a institucionalização do 3º setor na área ambiental; - Verificar e contextualizar do processo de criação das Ongs que atuam no âmbito do Corede Centro do RS; - Caracterizar e analisar a composição do corpo técnico e equipe administrativa e os respectivos referenciais teóricos metodológicos que subsidiam as suas práticas juntos às Ongs; - Levantamento do histórico e áreas de atuação das ONGS que estão institucionalizadas dentro da área do Corede Centro do RS; e ainda - Identificar e caracterizar as parcerias e formas de financiamento das Instituições.

Diante deste quadro, o tema central da presente dissertação consiste em discutir o papel das Organizações não Governamentais que atuam na área ambiental em uma área geográfica definida como o território do Corede Centro do Estado do Rio Grande do

Sul. A adoção deste recorte espacial se justifica pelo fato de que o Corede constitui-se para o Estado como unidade de planejamento e estudo de dinâmicas espaciais e econômicas. Para a sua efetivação objetiva-se caracterizar as formas de atuação, buscando interpretar as relações que oferecem com os setores públicos. Além disso, almeja-se também discorrer sobre as causas e as materializações destas instituições no espaço.

Esse trabalho está estruturado em 4 capítulos, o capítulo 2, Aspectos Metodológicos aborda a metodologia adotada para a construção desta pesquisa, na qual são explicitados os caminhos orientadores e as etapas nas quais se dividiram a pesquisa.

No terceiro capítulo Revisitando as Matrizes Teóricas é apresentada a fundamentação teórica, abordando os aspectos conceituais que embasam e sustentam o estudo, com reflexões fundamentadas nos autores que estão frente ao debate e das discussões a respeito dos temas que envolvem a referida pesquisa, fazendo menção à Política ambiental, Movimentos Sociais, Terceiro Setor, Modernidade Flexível e Educação Ambiental.

O quarto capítulo consiste em apresentar e discutir os dados obtidos durante o andamento da pesquisa apresentando elementos essenciais para a compreensão das múltiplas formas pelas quais o Terceiro Setor está se relacionando com o Estado e como esta relação (re)define os vínculos entre as Instituições e a sociedade.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas no sexto capítulo.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

“[...] adotar um paradigma, uma teoria, não pressupõe esquecer e abandonar as outras; não significa entrar em um corredor e se negar a olhar para traz ou para as janelas laterais” (SOUZA, 2003, p. 38).

A concretização de uma pesquisa científica pressupõe a efetivação de uma série de etapas interconexas pré-estabelecidas em função das características do estudo. As especificidades da pesquisa são determinantes na escolha e elaboração do roteiro metodológico e das técnicas utilizadas, são ferramentas essenciais para a consolidação do método de investigação e construção do conhecimento científico.

Quanto ao método (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.83) definem como “conjuntos de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos-conhecimentos válidos e verdadeiros- traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Concordamos com Suertegaray (1999), ao definir o método como instrumento que auxilia o homem na construção do processo de conhecimento do objeto pelo sujeito; não existe como entidade simples e desconectada da realidade científica.

Frente à questão central da pesquisa, buscou-se contemplar qual o papel assumido pelas instituições atuantes na área ambiental e pertencentes ao 3º setor mediante a materialização da política neoliberal imposta pelo Estado. Buscou-se, através deste estudo, compreender as formas de atuação e o processo de institucionalização das ONGs frente a consolidação da política ambiental pós década de 1980.

Para fazer frente a este desafio, optou-se pelo uso do método dialético, tendo em vista a tentativa de identificação dos conflitos envolvidos no papel assumido por estas organizações no contexto da gestão socioambiental dos territórios. Assim, pesquisas cujas orientações seguem a perspectiva deste método revelam a historicidade do

fenômeno e suas relações, explicitadas em um nível mais amplo, situam o problema dentro de um contexto complexo, explicitando possíveis contradições dentre os fenômenos observados.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS 1987, p.51)

Parafraseando Tozoni-Reis (2004) a lógica dialética visualiza a relação homem-natureza como algo que inclui totalidade e contradição, e onde há a compreensão do homem como sujeito histórico da construção desta relação. Conforme Layrargues (2002) a sociedade não é lugar de harmonia, mas sim de conflitos e confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores, etc.) o que nos permite inferir a sua constante transformação.

Na acepção moderna, a dialética passa a ser considerada como “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER 1986, p.8)

2.1 A metodologia de análise de discurso como subsídio para análise dos dados

A Geografia enquanto ciência buscou o desenvolvimento de perspectivas teórico-metodológicas que correspondiam a questionamentos intrínsecos ao seu campo de pesquisa. No entanto, este cenário vem sofrendo alterações nestes últimos anos, principalmente pela incorporação de novas perspectivas teórico-metodológicas para a análise de dados. É neste cenário, que destacamos o importante papel da Linguística enquanto ferramenta para interpretação dos dados em uma pesquisa de ordem qualitativa. No intuito de conjugar saberes destas distintas áreas do conhecimento, objetiva-se lançar um olhar investigativo sobre o discurso ambiental proferido pelas instituições pertencentes ao terceiro setor, fazendo uso de uma análise semântica que permite conhecer o funcionamento enunciativo.

Assim, pretende-se aqui pensar questões da linguagem que colocam o sujeito em uma relação com o mundo materialmente construído pela presença do homem, tomando

como referência a análise de discurso das Organizações não governamentais, materializadas na figura do gestor e do voluntário.

As reflexões estarão apoiadas na perspectiva teórica da Semântica da Enunciação assentadas nos pilares fundadores da Análise do Discurso francesa. Busca-se através deste método compreender a questão da significação através do processo designativo de instauração de sentidos configurados a partir do discurso, sentidos manifestados na relação sujeito linguagem.

Para a consolidação deste estudo, optou-se por seguir o direcionamento de Pêcheux, cujos estudos são tributários de Saussure (BRANDÃO, 2004). A perspectiva francesa Pêcheuxiana, enquanto campo teórico metodológico referente à análise de discurso discute a intersecção de três elementos: do discurso, do sujeito e da história na constituição dos sentidos. Sua formulação teórica toma por base o homem em seu contexto, considerando os processos e condições de produção de linguagem pela análise contida na relação língua/fala, tomando como aspecto essencial ao processo investigativo o contexto histórico no qual são produzidos.

A análise de discurso da linha francesa reside, conforme Pêcheux (*apud* Orlandi 2002) na articulação de três perspectivas do conhecimento científico:

- materialismo histórico como teoria de formação social, incluindo nesta a teoria das ideologias;
- linguística como mecanismo sintático e processo de enunciação;
- teoria do discurso como teoria de determinação histórica de processos semânticos.

Para Pêcheux e Orlandi “o discurso é o efeito de sentido entre locutores, é o lugar de contato entre a língua e a ideologia” (ORLANDI 1992, p.17). Na concepção de Silva (2008), o discurso passa a ser definido como “prática política, lugar de debate, conflito e confronto de sentidos, surge nos outros discursos ao mesmo tempo que aponta para outros” (p.40).

A análise de discurso, enquanto metodologia de análise e interpretação de dados consiste em encontrar pontos onde a inscrição ideológica³ possibilite a revelação dos efeitos de sentido, ou seja, que a análise possa transpor os limites da literalidade linguística e, encontrar as condições sócio históricas de produção do que se enuncia. (SILVA, 2008).

³ A ideologia passa a ser entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de desconstituição do imaginário que está no inconsciente ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação histórica, a história enquanto contexto histórico e a linguagem enquanto constituição da materialidade do texto. (Brandão, 2004)

[...] se uma palavra, uma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX 1995, p.161)

Os discursos estariam por sua vez regulados por uma “ordem”, onde os enunciados passam a contextualizar práticas sociais na medida em que o dizer relaciona-se com as esferas da luta e poder. Nas palavras de Brandão “dialógica por natureza, a palavra transforma-se em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes” (2004, p.9).

Mediante a proposta do presente estudo, podemos considerar que o discurso, enquanto materialidade ideológica não existe por si mesmo, a sua construção intersubjetiva exige compreendê-lo como produto de contextos históricos, subordinados a enquadramentos sociais e culturais. Esta perspectiva obriga o analista a refutação de uma visão ingênua e precipitada, de que o discurso pode conter uma verdade intrínseca ou uma materialidade linguística, em verdade, a compreensão do sentido consiste em perceber que este não existe de forma independente, que o texto é resultante de um movimento de forças que é anterior e exterior à formação discursiva. (BENETTI 2007, p.111) aponta para a seguinte direção “o texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar na sociedade, na cultura, na ideologia e no imaginário”.

O desafio proposto pela análise do discurso é o de realização de leituras que não se reduzam somente a leituras críticas e reflexivas, e nem apontem unicamente os aspectos essencialmente linguísticos ou ideológicos. A interpretação deve ser acompanhada de elementos teóricos que façam referência ao tema em questão.

2.2 Procedimentos metodológicos

- Elaboração do referencial teórico norteador das discussões, no intuito de aprofundar e discutir questões referentes às Organizações Não Governamentais, Terceiro Setor, Política Ambiental e Estado Neoliberal;
- Contextualização do processo de criação das Ongs;
- Seleção da amostra de trabalho a partir do levantamento das ONGs que cuja atuação esteja vinculada a questão ambiental, ou que atuantes em áreas correlatas, cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs) do

Ministério da Justiça. São cadastradas no CNEs/MJ as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal, as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionarem no Brasil;

- Caracterização do corpo técnico (equipe temporária e permanente), gestores e voluntários da instituição com o intuito de preparar um diagnóstico do nível de qualificação profissional dos voluntários e gestores da instituição;

- Aplicação de instrumento de coleta de dados, entrevista, ao corpo técnico para a definição da matriz teórica e conceitual que subsidiam as práticas das Organizações Não Governamentais, utilizando para tal a técnica da análise discursiva. Objetiva-se com este instrumento verificar as formas de atuação, metodologias de trabalho, gestão e planejamento das atividades executadas pelas ONGs (Anexo 1);

- Análise dos documentos referentes aos projetos realizados, e aos materiais produzidos (*sites*, panfletos e cartilhas) a fim de identificar se os referenciais teóricos e conceituais são realmente utilizados;

Foram estabelecidos princípios que pudessem elucidar a presença ou ausência de uma matriz teórica conceitual de educação ambiental crítica (Quadro 1). Para tal, tomou-se como base as proposições elaboradas por Ferraro Junior (2006) que faz referência aos aspectos que tem distanciado as práticas de educação ambiental de seus objetivos emancipatórios. Ferraro Junior (2006) aponta a existência, através de uma comparação metafórica, de 6 práticas denominadas pelo autor como “recifes” que interferem no processo de construção de uma educação ambiental crítica. O autor aponta, também, 3 arquipélagos que fazem inferência a condições essenciais para a constituição de uma prática simples e 3 portos, caracterizados como pontos de apoio para a consecução dos objetivos de uma educação ambiental crítica e emancipatória.

- Transcrição da entrevista e análise do discurso
- Identificação do público alvo das instituições;
- Mapeamento da área de abrangência das ONGs, a partir dos projetos por elas desenvolvidos;

- Caracterização e análise das parcerias e formas de financiamento a fim de descobrir qual o grau de interferência destas nas atividades realizadas;

- Elaboração de um perfil das Organizações não governamentais que atuam no Corede Centro, buscando identificar quais as reais motivações para a sua criação, seu aporte teórico e as suas contribuições para a comunidade.

RECIFES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FENÔMENOS QUE COMPROMETEM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA	
RECIFE 1 PSICOLOGIZAÇÃO	<p>Princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Práticas inscritas no escopo da educação ambiental que, muitas vezes, desconsideram a construção social e histórica da realidade. Relega as ações somente ao plano individual “fazer a nossa parte”. Trabalho vinculado à elaboração de dinâmicas de conscientização. Esvaziamento do processo de reflexão coletiva. - Não colocamos em questão a realização destas práticas, no entanto, o direcionamento exclusivo para estas ações desequilibra o foco da questão e ignora a complexidade da problemática ambiental. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Culpabilização do indivíduo; - Desconsidera as organizações coletivas; - Prioriza ações individuais; - Dinâmicas para a conscientização.
RECIFE 2 PRESCRIÇÃO	<p>Princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A disponibilização das informações passa a ter um caráter doutrinário, pode ser enquadrada na educação bancária uma vez que ignora a discussão e a problematização das questões. Por vezes apela-se ao tratamento emocional manipulativo aderindo a uma postura “terrorista” definida como terrorismo ambiental. Enfraquece a educação ambiental crítica e emancipatória na medida em que reforça a “coisificação” dos sujeitos em detrimento de sua emancipação e autonomia. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de problematização; - “Uso de receitas prontas” na busca de soluções a respeito da crise ambiental; - Prioriza a adesão através da manipulação emocional, do terrorismo ambiental realizado pela mídia; - Confiança absoluta nos recursos da tecnologia para a solução dos problemas ambientais.

<p style="text-align: center;">RECIFE 3 PRECONCEITO</p>	<p>Princípios:</p> <p>Atuação não dialógica e não crítica pode estimular atitudes e pensamentos preconceituosos, neomalthusianos e até mesmo ecofacistas ao correlacionar os problemas ambientais com o crescimento populacional. Associa a riqueza e a cultura a melhor gestão ambiental. A Prática emancipatória pressupõe um olhar mais cuidadoso com os excluídos da modernidade.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso do pensamento neomalthusiano como explicação do problema ambiental; - Imputar o problema ambiental à falta de cultura e a condição econômica.
<p style="text-align: center;">RECIFE 4 REDUÇÃO</p>	<p>Princípios:</p> <p>Reduz o ambiente única e exclusivamente aos resíduos da produção e do consumo. Desconsidera a complexidade da questão socioambiental. A redução da concepção de ambiente na orientação da educação ambiental esvazia seu potencial emancipatório, pois os temas relacionados à desigualdade, ao poder tornam-se impertinentes.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foco direcionado a apenas uma parcela do problema ambiental; - Valorização da problemática dos resíduos sólidos sobre as demais.
<p style="text-align: center;">RECIFE 5 CONVALIDAÇÃO</p>	<p>Princípios:</p> <p>-Por vezes a educação ambiental tem servido a dois tipos de convalidações⁴, uma relacionada com as afirmações da lógica do Mercado e outra que reafirma os preceitos do Estado.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incorporação do Greenwashing (termo utilizado para designar procedimento de marketing adotado por uma organização, empresa ou setor governamental para transmitir à opinião pública uma imagem ecologicamente responsável dos seus serviços ou produtos); - Investimentos em espaços políticos de baixa representatividade de decisões;

⁴ Restabelecer a validade ou eficácia de (um ato ou contrato). Fonte: <http://www.dicio.com.br/convalidacao/>. Acesso em 10/02/2010.

	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão a propostas voltadas a resultados efêmeros; - Colaboração com o Estado na execução de ações e serviços;
ARQUIPÉLAGOS: CONDIÇÕES PARA A NAVEGAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
ILHA 1 DIALÓGICA	<p>Princípios:</p> <p>Este princípio pressupõe um trabalho baseado na relação constituída pelo diálogo e pela busca constante da construção de um conhecimento conjunto através da reflexão. A relação dialógica busca constituir caminhos para a construção da autonomia do indivíduo.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção conjunta dos caminhos; - Discussão e elaboração dos projetos com a comunidade; - Flexibilidade na execução dos projetos através do abandono das “receitas prontas”; - Indissociabilidade de teoria e prática.
ILHA 2 COMPLEXIDADE	<p>Princípios:</p> <p>O princípio da complexidade se utiliza de uma abordagem transdisciplinar, prima pela mudança de paradigma através da negação o reducionismo e do conhecimento unitário. Toma como referência uma visão sistêmica e integrada.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização de equipes multidisciplinares; - Proposições de ações articuladas entre as questões sociais e ambientais
OS PORTOS: LOCAIS DE APOIO A NAVEGAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA	
PORTO 1 ALTERIDADE E SOLIDARIEDADE	<p>Princípios:</p> <p>A alteridade passa a ser compreendida a partir da existência “do outro”. Neste princípio, o encontro passa a ser definido como humanizador, no qual as pessoas se reencontram e se reconhecem, pautada sob os fatores reciprocidade, assimetria ética, responsabilidade sobre o outro.</p>

	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitação da diversidade; - Fortalecimento de identidades locais como resistência à lógica imposta pela modernidade.
<p style="text-align: center;">PORTO 2 EMANCIPAÇÃO</p>	<p>Princípios:</p> <p>A participação promove o desejo na emancipação a partir do ponto que ajuda a elucidar as verdades totalitárias, as manipulações e as coerções. Fornece subsídios para a compreensão da relação da crise ambiental com o projeto de sociedade.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discussão a respeito do modelo de desenvolvimento capitalista, vinculado a uma emancipação política.
<p style="text-align: center;">PORTO 3 AUTO-GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL LOCAL</p>	<p>Princípios:</p> <p>A auto-gestão pode ser definida como um processo de avanço político enquanto aumento do poder da comunidade sobre seu espaço e, também de avanço técnico enquanto aumento de competência e instrumentalização necessária à adequada gestão do ambiente. O resultado esperado concentra-se no ideal da auto-gestão e a auto regulação.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados dos projetos são divulgados e discutidos abertamente com a comunidade; - Comunidade é chamada para contribuir na execução dos projetos - Adaptação tecnológica à realidade da comunidade.

QUADRO 1- Conceitos base e indicadores para análise dos referenciais de educação ambiental.

Fonte: Ferraro Junior (2006). Adaptado pela Autora.

2.3 Seleção e amostra de trabalho

A determinação da delimitação geográfica da pesquisa se deu com base na divisão definida como Conselho Regional de Desenvolvimento ⁵ (Corede) determinado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado como unidade de planejamento e gestão territorial, recorte territorial que pressupõem mecanismos de viabilização da gestão. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

O Corede Central constitui-se atualmente por 19 municípios (figura 1), destacam-se na amostra municípios de grande extensão territorial e com a maior concentração populacional como Júlio de Castilhos, Santa Maria e Tupanciretã,

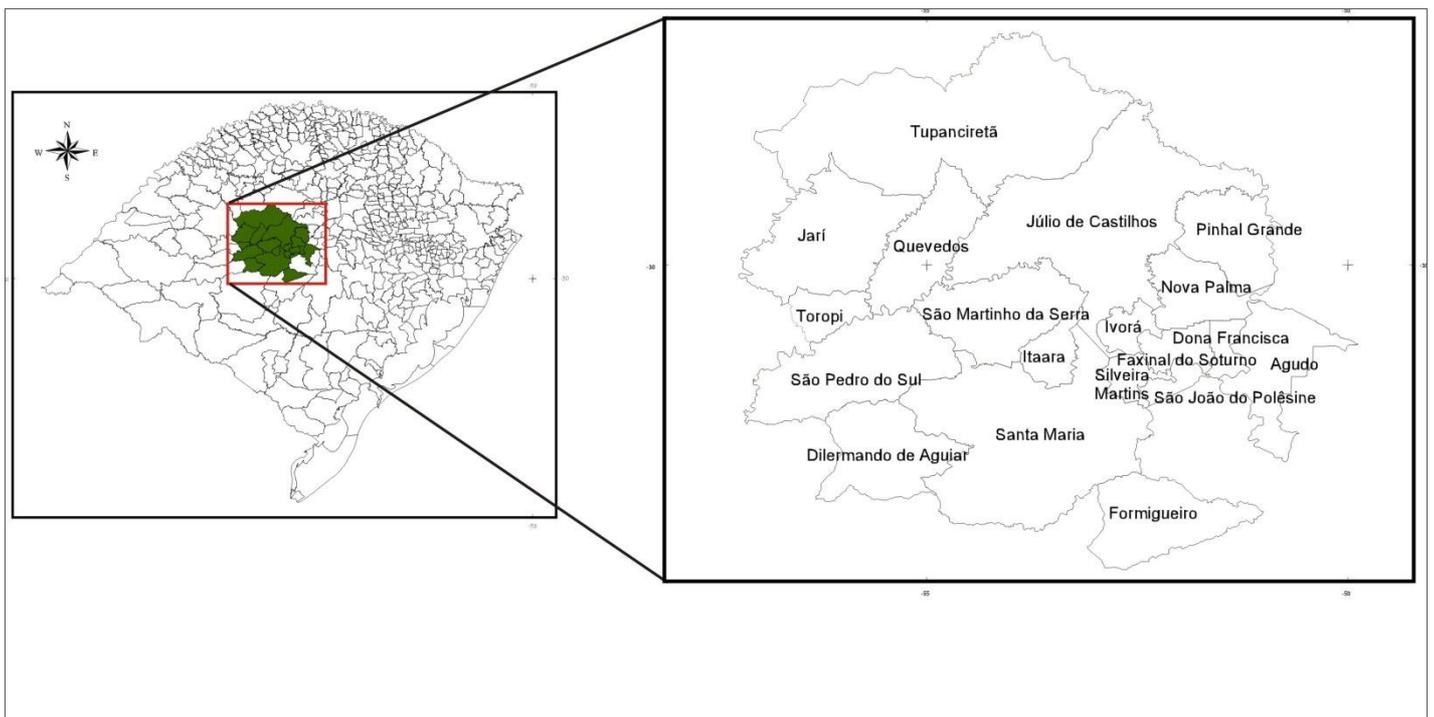


FIGURA 1- Municípios pertencentes ao Corede Centro.

Fonte: FEE, adaptado pela autora

⁵ Os COREDES, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. <http://www.seplag.rs.gov.br>

Municípios	População (2008)	Área (km²)	PIB (per capita)
Agudo	17.020	536,1	R\$ 12,115
Dilermando de Aguiar	3.222	602,6	R\$ 12,346
Dona Francisca	3.627	114,3	R\$ 9,194
Faxinal do Soturno	6.459	169,9	R\$ 12,301
Formigueiro	7.238	582,0	R\$ 9,643
Itaara	4.717	171,1	R\$ 8,534
Ivorá	2.423	122,9	R\$ 9,373
Jari	3.805	8,565	R\$ 19,721
Júlio de Castilhos	19.978	1.929,4	R\$ 16,240
Nova Palma	6.495	313,5	R\$ 17,118
Pinhal Grande	4.556	477,1	R\$ 21,347
Quevedos	2.753	543,4	R\$ 17,772
Santa Maria	266.209	1.779,6	R\$ 11,123
São João do Polêsine	2.751	85,6	R\$ 9,811
São Martinho da Serra	3.483	671,9	R\$ 17,553
São Pedro do Sul	16.859	873,6	R\$ 9,151
Silveira Martins	2.514	118,3	R\$ 8,278
Toropi	3.137	203	R\$ 8,654
Tupanciretã	22.904	2.251,9	R\$ 20,493

QUADRO 2- Municípios pertencentes ao Corede Centro.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL.

Partiu-se então para a seleção da amostra de trabalho; para tal buscou-se elencar as instituições cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs/MJ)⁶, disponíveis no *site* do Ministério da Justiça. Este banco de dados congrega informações de instituições com diferentes qualificações: entidades declaradas de Utilidade Pública Federal, entidades qualificadas como Organizações da

⁶ Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), além de disponibilizar o cadastro de organizações estrangeiras cujos projetos estejam sendo desenvolvido em território brasileiro.

Buscou-se também outras fontes para a seleção da amostra de trabalho, podendo ser citados o banco de dados disponíveis no site da Associação Brasileira de ONG (ABONG), instituição do Terceiro Setor que representa outras instituições da sociedade civil organizada. Foram encontrados registros de aproximadamente 30 instituições cuja atuação está direcionada a questão ambiental, as quais atuam em todo o território brasileiro. Ao vislumbrar este cenário, podemos inferir que grande parte das instituições brasileiras não se associa a ABONG, podendo ser em função dos trâmites burocráticos e da taxa cobrada pela associação. Buscou-se também contatar instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível visualizar a existência de um banco de dados coletado no ano de 2006, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social; no entanto, os dados fazem referência somente as instituições que atuam através de assistência social.

Ao acessar o banco de dados disponível no Ministério do Meio Ambiente, Cadastro de Entidades Ambientistas⁷, foram encontrados 47 registros de entidades ambientalistas pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, destas, apenas 1 instituição localizava-se dentro da nossa delimitação territorial da pesquisa.

De posse destes bancos de dados, analisando-os comparativamente fica evidente a dificuldade em ter acesso a uma base de dados com cadastro unificado, cujas informações estejam disponíveis de forma acessível, e os dados possam ser visualizados e utilizados de forma rápida e prática. Em decorrência deste fato, optou-se por utilizar como base referencial para a pesquisa as instituições cadastradas no site do Ministério da Justiça.

A inexistência de um banco de dados unificado acaba, muitas vezes, prejudicando a execução da pesquisa. A coleta das informações para a montagem do banco de dados consistiu em selecionar uma fonte confiável, atualizada e que pudesse oferecer uma lista completa, no entanto foram muitas as dificuldades. Buscou-se dados em instituições como ABONG, Rede Brasileira do Terceiro Setor (REBRATES), Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS)

Como critério para seleção das instituições da amostra de trabalho, buscou-se elencar aquelas cujos campos de atuação e área de interesse estejam definidos como

⁷ BRASIL. Ministério do Meio ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Cadastro de Entidades Ambientistas – CNEA.**

área ambiental. Para este trabalho, a amostra foi constituída de 13 instituições do Terceiro Setor, distribuídas em apenas 2 municípios pertencentes ao Corede Centro. Cabe ressaltar que algumas instituições não apresentaram especificadamente a linha de trabalho correlacionada a questão ambiental, no entanto, os seus objetivos apontavam para uma atuação vinculada a esta questão.

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
Associação ecológica parceiros da natureza – ASEPAN	Santa Maria
Grupo Interdisciplinar Ecópolis - ECÓPOLIS	Santa Maria
Instituto Genaro Krebs - "IGK"	Santa Maria
Pró-vida organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP - "PRÓ-VIDA-OSCIP"	Santa Maria
Associação Colibri	Santa Maria
MO'Á - Estudos e pesquisas para a proteção e desenvolvimento ambiental	Santa Maria
Instituto de projetos e tecnologias sociais "IPTS"	Santa Maria
Instituto de Cooperação e desenvolvimento econômico, social e cultural- ICODES	Santa Maria
Instituto Internacional de Desenvolvimento Social - "IDS"	Santa Maria
Cilam- Centro de Integração Latino Americana	Santa Maria
ONG Verde-Azul (Projeto Verde Azul)	Santa Maria
Fundação Educacional para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino- FUNDAE	Santa Maria
Associação Gente Que Faz – AGEFAZ	São Pedro do Sul

QUADRO 3- Instituições da amostra inicial e municípios de origem.

Fonte: Ministério da Justiça, disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 05/05/2008

Após a seleção da amostra inicial, contatamos as instituições selecionadas para a amostra inicial através de telefone ou correio eletrônico. Ao efetuar o primeiro contato, verificamos que algumas instituições apesar de apresentarem em seus objetivos a intenção de buscar trabalhos correlacionados à questão ambiental, na prática não atuam efetivamente nesta área, sendo retiradas desta amostra duas instituições (Fundação Educacional para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino - FUNDAE, Instituto Internacional de Desenvolvimento Social - "IDS"). Além disso, três instituições não foram encontradas no endereço fornecido no cadastro, também não retornando as ligações

telefônicas e as mensagens de *e-mail* (Instituto de projetos e tecnologias sociais "IPTS", Associação ecológica parceiros da natureza – ASEPAN e ONG Verde Azul - Projeto Verde Azul). Uma única instituição informou estar inativa desde o ano de 2002. A instituição nominada como Grupo Interdisciplinar Ecópolis – (ECÓPOLIS) apesar de apresentar em seu cadastro o endereço físico de Santa Maria, atua somente em Porto Alegre, não realizando projetos nas delimitações do Corede centro.

A amostra final ficou constituída então pelas seguintes instituições:

- Instituto Genaro Krebs – (IGK);
- Pró-vida organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP – (PRÓ-VIDA-OSCIP);
- Associação Colibri;
- MO'Ã - Estudos e pesquisas para a proteção e desenvolvimento ambiental;
- Centro de Integração Latino Americana (CILAM);
- Associação Gente Que Faz (AGEFAZ).

Em um primeiro momento, esclareceu-se aos selecionados o objetivo da pesquisa e solicitou-se autorização para a realização da mesma. As entrevistas foram realizadas com um representante do conselho gestor e um voluntário da instituição.

Foram efetuadas entrevistas com questões estruturadas e semiestruturadas (ANEXO 1), elaboradas em consonância com nossos objetivos, buscando identificar questões que pudessem contribuir na elaboração do perfil do Terceiro Setor atuante na área ambiental, dentro dos limites geográficos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas após a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (ANEXO 2), e gravadas para a posterior transcrição, no entanto, conforme consta no termo de consentimento, os entrevistados e as instituições não terão suas identidades divulgadas, serão tratadas nominalmente por letras atribuídas sem obedecer organização nominal: Instituição A, Gestor A e Voluntário A.

Cabe ressaltar que algumas instituições optaram por não indicar voluntários para a entrevista, pois atualmente não possuíam projetos vinculados a questão ambiental.

3. REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

“E hoje, que o planeta já está ao mesmo tempo unido e fragmentado, começa a se desenvolver uma ética do gênero humano, para que possamos superar esse estado de caos e começar, talvez, a civilizar a terra.”

Edgar Morin

3.1 Análise da evolução da política ambiental no Brasil

A questão ambiental passa a figurar no rol das discussões a partir da década de 1950, sob o prisma do desenvolvimento de uma era tecnicista, onde os problemas ambientais passam a ser tratados como simples inadequações tecnológicas. Ainda na década de 1960, com o advento da Revolução Verde⁸ e com a explosão demográfica, a crise ambiental passa a ser evidenciada através de iniciativas, inicialmente realizadas de forma pontual. Em verdade, a política ambiental no Brasil remonta a tempos mais longínquos, direcionada aos problemas cotidianos da crise de recursos tem como marco inicial as cartas régias ainda no período colonial.

A crise ambiental trouxe em seu bojo questionamentos referentes à racionalidade econômica e aos paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o desenvolvimento. Esta temática toma forma mais consistente a partir da década de 1960, expressando um conjunto de contradições entre o modelo de desenvolvimento predatório e a realidade socioambiental. Os reflexos deste processo podem ser

⁸ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiam um vasto aumento na produção em países em desenvolvimento durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo baseou-se na intensa utilização de sementes melhoradas, insumos industriais, mecanização e diminuição do custo econômico do manejo, além do uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento da produção.

observados nas múltiplas faces da crise, que ultrapassa a perspectiva ambiental, constituindo-se em uma crise civilizatória, paradigmática e axiológica.

Apesar da crise ecológica ter raízes bastante profundas na história da humanidade, foi somente a partir da década de 1960 que o ambientalismo passou a ter mais visibilidade no cenário mundial, impulsionado pela publicação do livro de Rachel Carson, “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), nesta obra, a autora instiga uma mudança de postura da humanidade frente a utilização de tecnologias e também ao uso indiscriminado de DDT⁹. Esta obra, publicada no ano de 1962 pode ser considerada como o marco inicial do movimento ambientalista em âmbito mundial.

Posteriormente a publicação do livro, uma série de mobilizações e eventos se sucederam com o intento de estabelecer diálogos e posicionamentos a respeito da temática ambiental, dentre estes podemos citar a criação do Conselho de Educação Ambiental do Reino Unido em 1968, cujo objetivo consistia em estudar formas e ações que oportunizassem o equilíbrio ambiental. É neste mesmo contexto que o Clube de Roma é estruturado, composto por um grupo de 30 cientistas. Publicou no ano de 1972 o relatório intitulado “Os Limites do Crescimento Econômico”, o objetivo central desta publicação consistia em apontar os limites do desenvolvimento, correlacionando crescimento populacional e desenvolvimento econômico.

Ainda no ano de 1972, realizou-se em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Considerada um marco histórico-político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, a Conferência de Estocolmo gerou a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente. Neste mesmo ano a ONU cria o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A posição do Brasil no sistema internacional tem mudado radicalmente desde a Conferência de Estocolmo, quando liderou a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância da problemática ambiental. A origem de tal postura se vincula à necessidade do regime militar em consolidar a ideia de um Brasil “potência”, atraindo para o Brasil todas as empresas que por ventura tivessem alguma forma de restrição em seu país de origem. Os delegados brasileiros defendiam a tese de que o crescimento

⁹ Sigla utilizada para nominar elemento químico utilizado como agrotóxico DDT (diclorodifenil-tricloroetano)

econômico não deveria ser sacrificado em função da questão ambiental. (FERREIRA 1998)

Três anos após Estocolmo, em junho de 1975, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) promoveu em Belgrado (Iugoslávia), uma conferência intergovernamental sobre o tema Educação Ambiental reunindo especialistas de 65 países. O Encontro de Belgrado, como ficou conhecido, gerou além da conhecida “Carta de Belgrado”, um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que trazia como princípio a melhoria da qualidade de vida através do uso racional dos recursos naturais, seus pressupostos primavam pelo crescimento econômico com controle ambiental, como o conteúdo da nova ética global (TOZONI-REIS 2004). O evento ocorrido em Belgrado foi essencial para dar continuidade ao processo de conscientização, uma vez que neste encontro foram traçados metas e objetivos para a Educação Ambiental.

Outra grande mobilização de ordem inter-governamental foi a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 sob a coordenação da UNESCO. Sua importância justifica-se pela enorme contribuição dada a Educação Ambiental, orientando práticas e a difusão de seus princípios. Este evento firma a Educação Ambiental enquanto elemento essencial ao processo educativo formal e não-formal.

Entre o período de 1950 a 1980, o Brasil foi um dos países mais dinâmicos do sistema mundial, assentado sobre um modelo produtivo pautado na exploração dos recursos naturais, considerados infinitos, em sistemas industriais e na intensiva exploração de mão-de-obra desqualificada e barata. Frente ao paradigma tecnológico implantado no mundo a partir do fim da década de 1970, as vantagens comparativas internacionais declinam, os recursos naturais perdem seu valor comparativo, a política ambiental torna-se um estigma e a força de trabalho desqualificada é incapaz de operar o novo sistema produtivo. Cabe salientar que a readequação do sistema produtivo esteve ligada à crise do petróleo em 1979, que por sua vez teve sua origem na derrubada do ditador Xá Reza Pahlevi no Irã, neste cenário político conturbado, o barril de petróleo chegou a atingir o exorbitante valor de US\$ 80,00 . Busca-se com esta tecnologia suprir a até então farta disponibilidade energética existente. Estas foram algumas das causas do período recessivo enfrentado pelo Brasil na década de 1980 (VIOLA, 1996). Apesar de seu grande custo social, a crise do modelo de desenvolvimento foi essencial para despertar a consciência da sociedade para a exploração predatória dos recursos naturais.

Com o inevitável confronto entre o modelo econômico e a necessidade de conservação do meio ambiente, aliado a publicação do "O nosso futuro comum", (também conhecido como relatório Brundtland¹⁰), temos o fortalecimento da discussão de como promover o desenvolvimento das nações a fim de gerar crescimento econômico, mas explorando os recursos naturais de forma racional. Frente a isto, temos a criação do conceito de "desenvolvimento sustentável" definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Nas propostas apresentadas pelo (PNUMA), emprega-se o termo "desenvolvimento sustentável" significando melhorar a qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Isso implica, entre outros requisitos, o uso sustentável dos recursos renováveis — ou seja, de forma adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação (BRASIL, 1998).

O ano de 1990 é declarado pela ONU como o "Ano Internacional do Meio Ambiente". Nesta década, merece ser destacada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92 ou ECO 92), conferência esta que teve grande importância, colocando a questão ambiental e os movimentos envolvidos nos holofotes da mídia.

Na década de 1990, o ambientalismo já estava amplamente projetado sobre as realidades locais e globais, dotados de grande capacidade de comunicação e apropriação das diversidades, podendo ser definido como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que favorecem as mais distintas formas da população se organizar e expressar as suas demandas, conforme aponta Gohn (2003).

O socioambientalismo se torna parte de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais. Isto ocorre na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais que embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam-na gradativamente como uma dimensão relevante do seu trabalho.

(...) se, por um lado, o discurso ambientalista é reconhecido e incorporado pelos setores sociais como tema de relevante interesse na atualidade, por outro, não vem conduzindo à mobilização permanente e ao envolvimento de

¹⁰ A Comissão Brundtland presidida pela então primeira-ministra da Noruega Grö Harlem Brudtland, foi organizada pela ONU, em 1983, para estudar a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente e criar uma nova perspectiva para abordar essas questões. O Relatório "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão, veio a público em 1987 (LIMA, 2003)

amplas parcelas da população, a não ser em situações urgentes, concretas e específicas. Poucos são os indivíduos que conhecem entidades ambientalistas de base e mantêm contato com elas. Geralmente, as organizações citadas pela população pertencem a um universo distante e que dispõe de maior visibilidade na mídia. (LOUREIRO, 2002, p.81).

Nos anos 1990, a cultura do movimento ambientalista sofre inovações, as entidades transcendem a prática da denúncia e passam a ter como objetivo central a formulação de alternativas viáveis de conservação e /ou de restauração de ambientes danificados. Diante disso, espera-se que a prática de uma educação ambiental crítica e uma gestão ambiental venham a proporcionar condições de produção e aquisição do conhecimento e o desenvolvimento de atitudes que vislumbrem a participação individual e coletiva, na busca de um novo equilíbrio nas relações entre homem e natureza para alcançar uma boa qualidade de vida. Segundo Guimarães,

Confirma-se assim na Educação Ambiental, um conhecido lema ecológico, o de “agir localmente e pensar globalmente”. Ressalva-se que este agir e pensar não são separados, mas sim constituem a práxis da Educação Ambiental, que atua consciente da globalidade que existe em cada local e indivíduo. Consciente de que a ação local e/ou individual age sincronicamente no global, superando a separação entre o local e o global, entre o indivíduo e a natureza alcançando uma consciência planetária, que não é apenas compreender mas também sentir-se e agir integrado a esta relação Ser Humano/Natureza; adquirindo assim, uma cidadania planetária. (GUIMARÃES, 2000 p. p.39)

É urgente que se imponha um modelo de transição, baseado na ética, no qual a sociedade deve ter iniciativas e definir um novo modelo que seja compatível com a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. Necessitamos mudanças de comportamento não somente de ordem individual, estas mudanças devem se reverter na constituição de novas relações sociais que, por sua vez, resultem em estímulos e condições para a construção de uma nova visão de mundo pelos seres em sociedade. Portanto, é necessário uma visão global compreendida não só como população humana, mas de toda a sociedade. O uso da ética ao agir com os recursos naturais, a interdisciplinaridade nas relações entre as áreas afins, possibilitando condições para diálogos entre as diversas áreas disciplinares que se preocupam em discutir os problemas ambientais (SAUVÉ, 1997).

3.2 Modernidade Flexível e o Pensamento Complexo

Desde o século XV, firmou-se um modelo de sociedade urbana e mercantil, estruturado em contraposição ao modelo de exploração camponês. Inaugurava-se neste momento o conceito de modernidade; nesta concepção, a idéia de civilidade e cultura são consideradas opostas à esfera da natureza. Conforme Elias (1990, *apud* CARVALHO 2004, p. 90) “o que estava em questão era a domesticação da animalidade, a natureza das funções corporais. Era preciso construir um mundo onde se vivesse como se isso não existisse”. O repúdio à natureza expressava-se na desqualificação dos ambientes naturais, principalmente através do controle associada às diversas funções biológicas do ser humano. É neste contexto, que surge como marco civilizatório invisível a concepção de território humano civilizado contra natureza selvagem (Carvalho, 2004). A autora afirma em sua obra que:

“A visão da natureza como domínio do selvagem, do ameaçador e do esteticamente desagradável estabeleceu-se sobre a crença de que o progresso humano era medido por sua capacidade de dominar e submeter o mundo natural”. (CARVALHO, 2004, p. 94)

Percebe-se desta forma que a crise ambiental não é nova e muito menos resultante de fatores naturais, ela tem raízes antigas e profundas, conforme afirmações feitas por Descartes em sua obra “Discurso sobre o Método”, escrita no ano de 1637. Obra cujas consequências foram bastante significativas no âmbito do pensamento científico, e tinha como fonte de inspiração o pensamento linear cujo propósito do conhecimento estava baseado sob os princípios da dominação da natureza; Descartes colocou o homem e a máquina em patamares semelhantes, fundamentando desta maneira a subordinação da natureza em relação ao homem. Em resultado a este processo

A utopia ecológica é utópica, porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros da vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna. (SANTOS, 1995 p. p.45)

Desde o início da década de 1960, vem irrompendo entre nós um surto de idéias, firmando-se como um novo padrão de comportamento e de práticas culturais. Tais alterações passam a ser observadas na plasticidade da personalidade humana propiciada pela maleabilidade das experiências estéticas. Este novo contexto imprime a

sociedade como um todo padrões de comportamento individualistas, baseados na subjetividade e complexidade das relações humanas, impera o elemento estético sobre o ético. (PEREIRA, 2008).

Conforme Giddens, a modernidade pode ser definida da seguinte forma “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (GIDDENS, 1991, p.11). A modernidade passa a significar uma nova concepção da realidade social, onde a natureza passa a ser considerada como um bem em si mesma, sendo passível de transformação e conquista, estas transformações estendem-se também as estruturas sociais e econômicas, que por sua vez, assumem novas configurações, resultando na constituição de um novo padrão societário (PEREIRA, 2008).

Santos (1995) afirma em sua obra que o ser humano viver em uma condição de perplexidade mediante os dilemas postos, sendo estes distribuídos nos campos do saber e do viver. Esta condição nos é imposta em decorrência do grande dinamismo visto na sociedade, Giddens (1991) elenca três fatores como essenciais a este processo: a separação entre tempo-espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe¹¹ e a apropriação reflexiva do conhecimento. O princípio nominado como a separação tempo-espaço potencializa as relações individuais e favorece o desencaixe das instituições sociais.

Giddens (1991) aponta para o fato de estarmos vivendo a radicalização da modernidade, manifestada na disseminação global de instituições ocidentais por meio do processo de globalização, na ascensão de novos movimentos sociais e na criação de novas agendas com o abandono e a problematização da tradição. Na interpretação proposta por Ferrarresi (2007), o discurso sobre globalização é entendido como uma construção primordialmente ideológica que, em parte, ajuda a legitimar o projeto global neoliberal, este conceito receberia o status de mito necessário para que os governantes disciplinem os cidadãos para viver em conformidade com os requisitos do mercado global.

O conhecimento científico herdado da ciência moderna tem seus alicerces num paradigma dominante, intitulado por Morin (2000) como paradigma da simplificação (redução/separação). Nas palavras de Novo (2006)

¹¹ Boaventura de Souza Santos (1998) refere-se a “desencaixe” como “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.

durante el desenvolvimiento del mundo moderno, la tecnociencia y la conciencia no crecieron al mismo ritmo ni se miraron cara a cara todo lo deseable (...) los problemas del mundo moderno fueron naciendo de los excesos, de la desmedida euforia e confianza en la tecnociencia (NOVO, 2006. p.5)

Frente a esta colocação, podemos considerar que a resposta à crise ecológica acontecerá desde que se opere uma revolução frente aos pressupostos políticos, sociais e culturais, reorientando desta forma os objetivos da produção dos bens materiais e imateriais. Na concepção de Novo (2006)

hoy día vivimos la paradoja de estar regidos por un modelo del mundo que se ampara en supuestos científicos que la propia ciencia há dejado relegados a una reducido ámbito de validez (el mundo mecânico) y se comprobamos, no sin estupor, cómo la cosmovisión dominante en pleno siglo XXI sigue utilizando todavía, en su vertiente aplicada, muchos de los principios y valores del viejo paradigma que la misma ciencia ha superado, produciendo daños irreparables y en las sociedades humanas. (NOVO, 2006, p. 31)

Em nome da objetividade e da busca constante do conhecimento, a racionalidade, dita moderna, acabou expulsando a complexidade, formando assim uma visão dualista e mecânica do mundo e da natureza. Segundo Carvalho (2004) “ao separar radicalmente a natureza da cultura, a ciência sacrificou a diversidade em nome da universalidade do conhecimento” o que ficou conhecido como reducionismo científico. A Revolução Industrial, importante marco no processo de agravamento da degradação ambiental, representou a tradução mais fiel da hegemonia da produção em detrimento da conservação dos recursos naturais (SEGURA, 2001).

A década de 1990 passa a ser reconhecida como período de tentativa de reestruturação do capitalismo através da intensificação do comércio global, criação de blocos regionais, flexibilização das fronteiras nacionais, centralização do sistema financeiro, reorganização das relações de trabalho e do processo produtivo. No que se refere ao plano político, pode-se afirmar que o papel do Estado passa por uma reconfiguração através da incorporação da política neoliberal, qual seja, um abandono do “Estado do bem-estar social”, como fortemente interventor e promotor da cidadania e dos direitos sociais, em favor de um Estado mínimo, centrado em manter a ordem.

Enquanto no plano econômico a reprodução ampliada do capital ocorre a partir do emprego da ciência e da técnica, no plano político o Estado intervém nos rumos da produção e nas relações político-sociais com vistas à legitimação dos padrões de relações sociais vigentes. Em um contexto neoliberal, o Estado se desobriga de garantir minimamente as condições de sobrevivência dos cidadãos, essa grande parcela de não-

trabalhadores fica sem nenhum direito assegurado, encontrando-se por muitas vezes impossibilitada de recorrer ao mercado para satisfazer as suas necessidades vitais, uma vez que não possui capacidade de consumo (DEL PINO, 1996).

O Neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas consequências das decisões sociais baseadas no mercado. Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e ética que eles próprios não podem proporcionar (GIDDENS 2001, p.40)

Se, por um lado, ocorreu um fortalecimento do modelo hegemônico do capitalismo de mercado neoliberal, de outro, se está muito longe de uma única globalização. Primeiramente pode-se afirmar que a democracia não é um fato natural, mas uma construção histórica e social e, além disso, não existe nem nunca existiu um único modelo nem mesmo na época do Estado do bem estar social. Pode-se falar apenas na existência de um modelo hegemônico de economia, de gerenciamento de Estado, de cultura, de economia de mercado, de Estado cada vez menos engajado com a promoção das questões sociais (SANTOS, 1997).

É necessário estabelecermos limites para a ação humana, a fim de evitar o agravamento das condições atuais. Instigar uma nova relação entre os homens e a natureza que privilegie a qualidade de vida para as gerações futuras. Diante da perspectiva de um colapso do uso dos recursos naturais, a Educação Ambiental surge no intuito de instigar, para privilegiar uma mudança no comportamento, estimulando a participação efetiva na tomada de decisões e visando reverter ou minimizar os problemas ambientais de caráter local e global. Evidencia-se a necessidade constituirmos através da complexidade, uma nova forma racional do modo de conceber e pensar o mundo, onde se articulam natureza (inclusive a natureza-homem), técnica e cultura. Desta nova concepção deverão surgir estratégias de sustentabilidade para a produção e, portanto uma nova modalidade de apropriação da natureza, bem como deverá surgir o horizonte da verdadeira democracia, aquela em que há participação, solidariedade e justiça social. A sustentabilidade implica, portanto, na constituição de uma inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento. É preciso construir, através deste enfoque paradigmático, um novo tipo de conhecimento capaz de articular as variadas dimensões de luta de movimentos sociais populares da atualidade em escala local, nacional e global.

3.3 Contextualização da constituição do 3º setor na área ambiental

3.3.1 Criação das ONGs: o Terceiro Setor

No Brasil, a consolidação das organizações não-governamentais ocorre na década de 1960, em um período marcado pelas intensas mudanças de cunho social, político, ideológico e econômico, acarretando um processo de transformação das relações sociais no Brasil.

Nesse contexto surgem motivações para a atuação de uma série de movimentos sociais e de ONGs a partir do final dos anos 1970 no Brasil. No campo dos movimentos sociais, a disputa por projetos políticos envolveu um intercâmbio de significações culturais, abrindo espaços, identidades e formas de ação coletiva. Os movimentos sociais e as Organizações da Sociedade Civil foram gerados de forma autônoma em relação às instituições governamentais e estavam voltados às questões ligadas aos direitos humanos, à luta pela democratização e aos ideais políticos.

Foi na Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92, que as organizações não-governamentais ganharam maior visibilidade e divulgação na mídia. Um grande marco nessa área foi a fundação, em 1991, da ABONG para tentar amenizar as dificuldades que envolvem o caráter fragmentário e disperso das ONGs – o que dificulta o estudo e até a localização delas.

Segundo Coelho (2000), as organizações não-governamentais atuam diferentemente dos movimentos sociais, que possuem um caráter reivindicativo e, ao atingirem seus objetivos, tendem a desaparecer. As ONGs permaneceram na luta, mesmo desvinculadas dos movimentos sociais. Assim, de acordo com Haddad (2002), se os movimentos sociais consolidados durante a ditadura militar e considerados por alguns autores como "novos personagens" atuavam contra a ditadura por meio da mediação de organizações não-governamentais, as ONGs, nascidas desses movimentos, trabalham junto do poder governamental. Uma definição que busca refletir a natureza dessas entidades é justamente a da ABONG¹², que o faz no Art. 2º de seu Estatuto, como segue:

Para efeito do disposto neste estatuto, são consideradas Organizações Não Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições

¹² Disponível em http://www.abong.org.br/final/caderno.php?cd_caderno=estatuto.

estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

O Terceiro Setor surge da crise do *welfare state*, em virtude do enfraquecimento ou estratégica redução da presença do Estado em setores vitais da sociedade, como o de políticas públicas e sociais. A criação do Terceiro Setor passa a ser uma estratégia do capital para promover o esvaziamento dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, enfraquecer a capacidade de gestão pública, ampliando a fatia dos recursos destinada ao próprio mercado.

(...) o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1994 pp. p. 127-128)

O neoliberalismo pode ser definido como um fenómeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. A doutrina neoliberal surgiu no período pós II Guerra Mundial, através das idéias de Friedrich Hayek, precursor da política neoliberal, que escreveu em 1944 o texto intitulado “O Caminho da Servidão”. Tratava-se de um ataque contra qualquer limitação do mercado por parte do Estado, denunciado como uma ameaça à liberdade, não somente econômica, mas também política. Constituiu-se de um corpo teórico composto por medidas político-econômicas, de reação antagônica ao Estado socialista e suas políticas intervencionistas. O propósito de Hayek era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes, preparando desta forma a sociedade para um outro capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.

Desafiando o consenso oficial da época, Hayek e seus seguidores afirmavam que a política igualitária promovida pelo Estado do bem-estar destruíria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Argumentava que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível -, pois deles precisavam as sociedades ocidentais (ANDERSON 1995)

O Neoliberalismo Ortodoxo, claramente leva à redução da democracia a meramente formal, pois a crescente desigualdade social é associada a um Estado mínimo indiferente às demandas de baixo. A deslegitimação é crescente, colocando a doutrina democrática sob ameaça de sucumbir ao capitalismo. (PIGNATTI 2005, p.73).

Para a compreensão da relação Estado/Terceiro Setor, se torna necessário considerar algumas análises a respeito dos movimentos sociais, pois as ONGs nasceram deles e, além de carregarem algumas de suas características, ainda são interpretadas de acordo com particularidades dos movimentos sociais, tais como a autonomia e o poder reivindicatório frente ao Estado. Conforme Oliveira (1993), reivindicavam uma participação efetiva nas decisões políticas, com o objetivo não apenas de questionar, mas também de transformar as relações entre sociedade civil e Estado. Essa postura caracterizou as organizações que ficaram conhecidas como “novos” movimentos sociais, em detrimento dos chamados “velhos” movimentos sociais. Esses últimos, essencialmente de origem classista (operários, camponeses, etc.) preocupavam-se prioritariamente com o suprimento de necessidades básicas para a sobrevivência da população.

Desse período até os dias de hoje, o conceito de Terceiro Setor apenas ganhou força e expandiu-se em todo o mundo, inclusive porque aumentaram as pressões e os movimentos nos meios econômicos e políticos na tentativa de forçar a redução do tamanho e das funções do Estado. O Terceiro Setor não deve visar lucros e precisa a partir da livre iniciativa de agrupamentos sociais, muito embora várias das grandes organizações que o compõem sejam criadas e estejam ligadas a grandes grupos econômicos, vindo a se constituir enormes “fábricas de fachada” para a suposta responsabilidade socioambiental destes grandes grupos.

O objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficazes que o Estado), nem apenas por razões financeiras (reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal). O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelos problemas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua pelo seu enfrentamento; desonerar o capital destas responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização da ação social estatal e do “Terceiro Setor”, uma nova demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO, 2002).

Segundo Ferreira (1996), a cidadania reivindica instituições que se posicionem e articulem frente aos espaços sociais. Compreende-se nesse sentido que a cidadania é exercida através do espaço que entendemos por sociedade civil organizada. São três as

propriedades que caracterizam o termo sociedade civil: a primeira se refere ao conjunto de setores organizados da sociedade; a segunda concerne a que tais organizações sejam voluntárias e a terceira diz respeito a que elas sejam autônomas em relação ao Estado e ao mercado. Dessa maneira, a sociedade civil exclui a homogeneidade, sendo plural e exigindo um espaço de luta política e disputa de hegemonia.

3.3.2 Definições acerca do Terceiro Setor

O ordenamento jurídico brasileiro não prevê a caracterização do que seja uma Organização Não Governamental. Assim, o termo formula uma construção social que representa de forma genérica as instituições do, assim chamado, Terceiro Setor, na maior parte, associações civis, de direito privado e interesse público, que atuam nas mais diferentes áreas e de diferentes modos, como supletivos da política pública estatal (COELHO, 2000).

No Brasil existem diferentes termos para denominar essas organizações: organizações sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, organizações não governamentais, fundações, associações, instituições voluntárias e, mais recentemente, como decorrência da promulgação da Lei do Terceiro Setor (Lei 9.790, de 23/3/99), as instituições passam a receber a titulação de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Em virtude deste vasto universo de instituições, se fez necessário o estabelecimento de normativas que possibilitassem o balizamento de alguns pontos. Mendes (1999) define que a primeira normativa publicada e que faz inferência a nomeação das instituições foi através Programa de Reforma do Aparelho do Estado, de iniciativa do Ministério da Administração e Reforma do Estado, do qual resultou a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e cria o Programa de Publicização, além de outras providências.

O segundo, mais importante, acordo deu-se em função da Sexta Rodada de Interlocução Política sobre o Marco Legal do Terceiro Setor, de iniciativa do Conselho de Comunidade Solidária, da qual resultou a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos,

como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP¹³) e que institui e disciplina o termo de parceria, além de outras providências.

A lei do Terceiro Setor formaliza em termos gerais uma prática de parceria que vinha sendo realizada entre Governo e ONGs. O Artigo 23 do decreto n 3.100, de 30 de junho de 1999, regulamenta a celebração do Termo de Parceria¹⁴ entre uma Organização social de interesse público com o Poder público, estabelece a necessidade da realização de processo de concurso público a fim de julgar os projetos concorrentes aos editais. Durante a avaliação, o órgão público levará em consideração os seguintes critérios¹⁵: a) mérito intrínseco e adequação ao edital. b) capacidade técnica e operacional da candidata; c) adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados; d) ajustamento da proposta às especificações técnicas; e) regularidade jurídica e institucional da OSCIP.

Em sua forma jurídica, o Terceiro Setor é formado por associações e fundações. Contudo, quer sejam associações ou fundações, as entidades podem adotar outros termos para se identificar, diferenciando-se de acordo com seu formato, formalização, fim e setor:

a) associações - são organizações baseadas num contrato estabelecido livremente entre indivíduos para exercer atividades comuns ou defender interesses afins. Evocam fundamentalmente organizações voltadas para seus membros, agregando uma grande variedade de formas organizativas e iniciativas sociais.

b) fundações - são entidades sem fins lucrativos que adotam uma postura mais austera, em se tratando de legislação. Pertencem a uma categoria com fundamentos jurídicos, de direito privado, cuja composição interna resulta da destinação, por pessoas físicas ou jurídicas, de um patrimônio vinculado a um fim específico;

c) ONGs - simbolizam o espaço de participação da sociedade civil organizada. Em geral atuam na defesa e luta por causas sociais. Exercem um papel de destaque na pressão política, estatal e empresarial, usufruindo prestígio perante a opinião pública e assumindo uma posição de referência junto à sociedade;

¹³ O Presidente da República expediu o decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 1, regulamentando os dispositivos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação das chamadas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), também conhecido como a Lei do Terceiro Setor.

¹⁴ O termo de parceria é um contrato de cooperação entre a entidade e poder público, para o fomento e execução das atividades de interesse público relacionados com os objetivos da OSCIP.

¹⁵ Critérios estabelecidos no artigo 27 do Decreto 3.100/99.

d) institutos - são uma categoria atribuída a entidades de diversas áreas, como literária, artística, científica, política, beneficente, entre outras.

3.3.3 O Terceiro setor em números

Hoje, diante da complexidade que se apresentam as relações institucionais, necessitamos de uma maior compreensão do que de fato compõem e representa as organizações não governamentais, pois, este universo abarca organizações das mais variadas práticas, objetivos, formas de atuação e de representação jurídica. Conforme já mencionado, a emergência das ONGs pode ser considerada dentro de um contexto onde se combinam duas tendências originalmente opostas. A primeira delas, assentada sobre os princípios do pensamento de esquerda que teve repercussão a partir da década de 1960, com apogeu em 1968, e a segunda, como resultado da política neoliberal do Estado mínimo.

A delimitação numérica do universo que compõem o Terceiro Setor passa por inúmeras barreiras. Primeiramente, a indefinição conceitual dos termos ONGs e Terceiro Setor e em segundo lugar a inexistência de um banco de dados cadastrais, cujas informações possam ser acessadas.

O Banco de associadas disponibilizado pela ABONG apresenta somente 266 organizações distribuídas em todo o Território Nacional, o que definitivamente não traduz o número real de instituições que compõem o Terceiro Setor.

No ano de 2002 e 2006 o IBGE e o IPEA apresentaram uma pesquisa estatística tendo como base o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), realizada em parceria com a ABONG e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) no intuito de delimitar este universo de Instituições. A pesquisa intitulada "*FASFIL- Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil*"¹⁶ divulgou a existência de um representativo numérico bastante considerável, com um universo de 338,2 mil instituições em 2005. Os dados apresentados fazem referência a três figuras jurídicas:

¹⁶ O estudo foi realizado a partir do Cadastro Central de Empresas – o CEMPRE do IBGE, para o ano 2005. O CEMPRE cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda, que no ano de referência declararam, ao Ministério do Trabalho e Emprego, exercer atividade econômica no Território Nacional. O Cadastro abrange tanto entidades empresariais como órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos. São consideradas como FASFIL as entidades sem fins lucrativos enquadradas nas seguintes categorias da Tabela de Natureza Jurídica 2002: - Organização Social; -Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP; -Outras Fundações Mantidas com Recursos Privados;- Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira; -Organização Religiosa; -Comunidade Indígena; e -Outras Formas de Associação.

associações, fundações e organizações religiosas, sendo somente disponibilizados os dados quantitativos, sem mencionar as instituições inscritas.

Neste mesmo relatório, o IBGE divulgou o número total de Entidades sem fins lucrativos registradas no Brasil no ano de 2005, são 601 611 mil instituições cadastradas (QUADRO 4). Em virtude da necessidade de uma maior validação na amostra, o IBGE optou pela exclusão do montante total as seguintes instituições: Cemitérios e funerárias, conselhos, fundos e consórcios municipais, Caixas escolares e similares; Partidos políticos; Sindicatos, federações e confederações; Condomínios; Cartórios; Entidades de conciliação e arbitragem; e Comissões de conciliação prévia.

Evolução das Entidades constantes no Cadastro Central de Empresas- CEMPRE- 1996/2005						
Entidades Constantes no CEMPRE	Números absolutos			Varição %		
	1996	2002	2005	2002/1996	2005/10996	2005/2002
Total	3 476 826	5 339 694	6 076 940	53,6	74,8	13,8
Entidades privadas e Associações sem fins lucrativos	211 787	500 155	601 611	136, 2	184, 1	20,3
Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos- FASFIL	107 332	275 895	339 162	157,0	215, 1	22,6
Outras entidades privadas sem fins lucrativos	104 455	224 260	263 449	114,7	152,2	17,5
Outras organizações	3 265 039	4 839 539	5 475 329	48,2	67,7	13,1

QUADRO 4- Evolução das Entidades constantes no Cadastro Central de Empresas- CEMPRE- 1996/2005.

Fonte: Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2005.

A distribuição das instituições, em geral, acompanha a distribuição da população em território nacional, pode-se verificar esta afirmação ao visualizarmos a concentração de instituições na região Sudeste, 42,4% das instituições registradas em território

nacional e 42,6% da população total. A proporção visualizada na região sul indica uma maior concentração de instituições, cabe frisar, no entanto que, os dados das FASFIL incluem instituições de ensino e hospitais, o que pode com certeza ocasionar distorções na análise final.

Grandes regiões	Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos.		População total*	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	16 164	4,8	14 698 878	8,0
Nordeste	76 998	23,7	51 019 091	27,7
Sudeste	143 444	42,4	78 472 017	42,6
Sul	78 888	22,7	29 973 511	14,6
Centro-oeste	21 668	6,4	13 020 767	7,1
Total	338, 162	100	184 84 264	100

QUADRO 5- Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em relação à população total.

Fonte: Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2005. Adaptado

* IBGE, estimativas das populações residentes, em 01.07.2005.

As Fundações e Fundações Privadas e Associações sem Fins lucrativos empregam, segundo dados do IBGE/FASFIL (2005) um contingente total de 1,7 milhões de pessoas (QUADRO 6). Na região Sudeste encontram-se aquelas instituições com o maior número de empregados.

Conforme o quadro 6, maior parte das instituições que atuam como fontes contratantes estão reunidas na região sudeste, 57,1% do total. Mais da metade do pessoal ocupado assalariado das instituições (57,1%, ou quase um milhão), está em instituições do Sudeste e, em especial, em São Paulo que reunia 553,7 mil desses trabalhadores (32,4%). No Rio Grande do Sul concentra-se grande parte do pessoal assalariado 149 200 pessoas, o que representa 45,90% dos assalariados da região Sul. A forte presença de trabalho voluntário e informal pode explicar parcialmente porque 79,5% das instituições (268,9 mil) não possuem sequer um empregado formalizado.

Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado e não assalariado segundo as Grandes Regiões						
Grandes Regiões	Distribuição					
	Fundações Privadas e Associação sem fins lucrativos		Pessoal Ocupado assalariado*		Pessoal não assalariado***	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	16 164	4,8	54 370	3,2	13 645	84,4
Nordeste	76 998	23,7	230 371	13,5	70 290	87,9
Sudeste	143 444	42,4	975 158	57,1	106 639	74,3
Sul	78 888	22,7	324 896	19,0	62 286	81,0
Centro-oeste	21 668	6,4	124 361	7,3	16 027	74,0
Total	338 162	100	1 709 156	100	268 887	

QUADRO 6- Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado e não assalariado segundo as Grandes Regiões.

Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2005

* Número total de pessoas com rendimentos mensais

** Número total de pessoas sem qualquer forma de remuneração: voluntários

Ao finalizar esta caracterização cabe frisar novamente que, os dados acima apresentados são referentes a todas as instituições registradas na forma jurídica de fundações e associações, o que inclui hospitais e universidades. Mas apesar disso, são válidos a nossa pesquisa na medida que podem ser considerados exemplos claros do funcionamento e gestão das instituições.

3.4 ONGs e movimentos sociais – novas configurações na luta de classe

As décadas de 1970 e 1980 representaram em âmbito global a passagem para um novo ciclo capitalista. Influenciados pelo processo de globalização que introduziu uma ampla pauta de temas no cotidiano dos Estados Nacionais: desestatização, abertura da economia, poder supranacional, desemprego estrutural, desregulamentação e privatizações. O Brasil, por sua vez, não fica de fora deste cenário, atingido pela reestruturação do sistema econômico, crise da dívida e petróleo, passa a conviver com a globalização econômica.

A necessidade de conciliação entre redemocratização do país e a transição para a sociedade global trazem uma ampla gama de dificuldades. Tratando-se de uma nação marcada por fraturas sociais, que se vê na incomoda situação de um modelo político econômico, baseado no forte papel do Estado. (PIGNATTI, 2005).

A história da economia e política é amplamente marcada pelo processo de fortalecimento e setorização das decisões. A Era Vargas representou o auge desta situação, com todas as forças centradas no poder executivo, as decisões diziam respeito a um pequeno e seletivo grupo. Os partidos, como atores sociais, ficaram presos ao processo eleitoral e tolhidos no papel de canal de transmissão de demandas populares. Atuando sem apoio de trabalhadores e empresários, cooptados pelo poder estatal, passaram a figurar como estruturas fragmentadas e impotentes.

Compreendemos que os movimentos sociais possuem determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas. Relações estas que se desdobram em opressões de classe, raça/etnia, gênero, entre outras. Nesse sentido, para compreender os movimentos sociais, faz-se necessário compreender o terreno que os origina: a sociedade capitalista e a contradição que mantém este sistema estão centradas na relação antagônica entre capital e trabalho. Reside aí o cerne das mais variadas expressões das desigualdades, mola propulsora dos movimentos sociais (CISNE, 2006). Scherer-Warren (1993) define os movimentos sociais como:

[...] uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN 1987, p. 20)

Sader (2002) reconhece os movimentos sociais dessa época como sujeitos coletivos, pois construíram suas identidades a partir da reunião de seus membros, no sentido de defesa de interesses e vontades, pautados na reivindicação de direitos. Ainda segundo Sader (2002), os movimentos sociais recriaram espaços de exercício da política, politizando questões do cotidiano em oposição à forma de participação política tradicional.

Neves (2005) salienta em sua obra que em virtude deste quadro social e político a sociedade civil passa e se organiza em aparelhos privados na tentativa de obter soluções a problemas que de certa forma o Estado negligencia. Dado que, tanto o Estado quanto o mercado não conseguem responder aos desafios do desenvolvimento com equidade, Fernandes coloca que:

A participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum (FERNANDES, 1994:12).

Enquanto os gestores dos Estados Nacionais vem perdendo influência, os movimentos sociais vem tentando recuperar o poder de iniciativa em grande parte toldados pelas organizações não-governamentais que têm conseguido se inserir como as principais instituições mediadoras, substituindo os partidos políticos e outras instituições supralocais de mediação social e política. (Porto Gonçalves (2005). O Neoliberalismo, assim, retira do Estado a capacidade de delinear um caminho autônomo de desenvolvimento, impondo um conjunto de interesses dos órgãos multilaterais e do mercado financeiro internacional.

Por sua vez, Touraine (1976) considera os movimentos sociais como agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade. Em todos os movimentos sociais opera-se a mesma passagem duma ação de defesa à contestação de um poder, da afirmação de uma identidade à denúncia duma relação de dominação.

Os movimentos sociais pretendem, através da pressão da sociedade organizada, impor a necessidade de elaborar novas leis com aspectos sociais mais amplos, isso tudo devido ao grande distanciamento socioeconômico das classes dominantes existentes com o empobrecimento de milhões. O enriquecimento de poucos e a desresponsabilização dos governantes e administradores da coisa pública foi a marca característica destas últimas décadas do século XX, onde se gestava o novo projeto neoliberal de sociedade (GOMES; COUTINHO, 2006).

Os movimentos sociais devem se constituir como vozes coletivas. Para tanto, a sua “práxis”, o seu “projeto”, os seus “princípios valorativos” e a sua “organização e direção” devem estar voltados para a transformação da sociedade capitalista. Loureiro (2006, p.15), afirma que os “movimentos sociais constituíram os atores que reagem a burocratização dos domínios da ação estrutural comunicativamente”. Frente a estas reflexões, é fundamental que se discuta a necessidade de resgate da perspectiva classista dos movimentos sociais. Contrário a essa perspectiva, apresenta-se o processo, em curso, da progressiva institucionalização dos movimentos sociais em ONGs.

Na década de 1970, as ONGs possuíam como prioridade o assessoramento aos movimentos sociais e, inclusive, angariavam recursos para os mesmos; estavam na posição de grandes aliadas e fortalecedoras dos movimentos sociais. Esta perspectiva

passa a sofrer profundas modificações na década de 1990, quando as ONGs passam a ser auxiliares ao processo de formalização e institucionalização dos movimentos sociais. É neste período também que as instituições se proliferam em dimensões gigantescas, favorecidas pela prática do neoliberalismo, culminando em um processo de institucionalização dos movimentos sociais.

A partir deste período as ONGs passam da condição de aliadas dos movimentos sociais para a condição de “parceiras” do grande capital. É com esse direcionamento político que as ONGs sucumbem aos interesses capitalistas em detrimento da luta de classe, ao passo que têm como mantenedores representantes do grande capital. Com isso, muitas vezes, as ONGs limitam sua atuação às exigências de seus financiadores, correspondendo, por conseguinte, aos interesses dos mesmos, ainda que isso venha a ferir os interesses da classe trabalhadora, como afirma Coutinho (2006).

O crescimento das ONGs foi impulsionado, no Brasil, durante a década de 80, em uma arena política marcada pelo processo de redemocratização da sociedade. Nessa época essas organizações diversificaram-se, tornaram-se mais visíveis, começaram a se institucionalizar e a se profissionalizar. Durante a década de 1990 novos elementos impulsionaram mudanças na conformação do Terceiro Setor brasileiro. A abertura da economia e a adoção de um modelo neoliberal conduziram a uma revisão do papel do Estado e sua gradativa retirada do espaço público, cedendo espaço para a iniciativa privada e para as organizações voluntárias na gestão das políticas públicas (GOHN, 2001).

Na década de 1990 o cenário se modifica: o neoliberalismo adentrou a seara dos movimentos sociais, modificando não apenas suas formas de luta mas, principalmente, sua disposição para a luta. As expectativas de transformações sociais se “metamorfosearam” e a adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão da concepção das políticas públicas como direito, do caráter universal e gratuito dos serviços (PIGNATTI 2005).

Evidencia-se um discurso proferido pelas instituições do Terceiro Setor que apontam para a burocratização e inoperância do aparelho estatal, o que colocaria as ONGs, segundo o seu próprio discurso, em uma dimensão, independente do Estado, melhor estruturadas e melhor capacitadas. Contudo, vale frisar que a práxis destas organizações compactuam com os interesses do Estado, na medida em que atuam em consonância com o Estado Neoliberal.

O discurso forjado a respeito da incapacidade de Estado tem somente um objetivo: abrir espaços para os processos de privatização do aparelho estatal, que tem

demonstrado somente que o mercado torna-se muito mais incapaz de resolver as crescentes demandas. Na verdade, o que ocorre é uma fragmentação destas lutas e fortalecimento do neoliberalismo, tendo em vista a relação de dependência estabelecida na “parceria” com as agências financiadoras. Como síntese destas alterações, as ONGS passam a ser consideradas “dóceis”, deixando de lado o seu caráter contestatório e conflitivo, acarretando em um progressivo processo de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais, agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2002 *apud* CISNE, 2006).

Os recursos destinados ao financiamento destas organizações não representam somente uma terceirização do Estado, mas também serve como camuflagem ao antagonismo da classe, mediante a sua postura de ação populista. Percebemos a ausência de um compromisso real com a eliminação das desigualdades sociais por parte das ONGs, na medida em que não ultrapassam o discurso formal de luta pela cidadania, justiça, paz e direitos humanos, assuntos frequentemente discutidos por elas (CISNE, 2006). O processo de regulação exercido pelas agências mantenedoras, principalmente através do encaminhamento de relatórios periódicos, põem em cheque a autonomia desta organização.

3.5 A diversidade e a identidade dos movimentos sociais: o caso do movimento ambientalista

Os movimentos sociais constituem o processo de materialização e resposta concreta a uma crise civilizacional que se mostra crescente e traz em seu interior uma profunda sensação de impotência e desmobilização. A eclosão dos movimentos sociais dá-se a partir de dois motivos principais, que funcionam articuladamente ou não em sua estrutura: resposta coletiva, consciente e antagônica ao processo de alienação que o sistema acarreta, provocada no conjunto das relações sociais e de produção, e a busca de uma sociedade democrática e cidadã (LOUREIRO, 2005).

No Brasil, a década de 1970 é marcada pelo surgimento de diversos movimentos sociais, mais ativos em seu método e mais radicais nas suas campanhas. O ambientalismo, enquanto apropriação pela sociedade civil aparece nestes últimos anos como um novo movimento social, em que a preservação ambiental e a justiça social são encarados como necessidades para o futuro da humanidade, (PIGNATTI, 2005).

A abordagem do ambientalismo como um novo movimento social foi desenvolvida na Europa ocidental pelos neomarxistas. Segundo estes, as

transformações na estrutura social tem favorecido a emergência dos novos movimentos sociais que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação valorativa diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização (FERREIRA, 1998).

Esses novos grupos ambientalistas atraíram jovens membros mais enérgicos, e muito mais dispostos a seguir uma ação direta nas campanhas, movimentos estes com o propósito de questionar as práticas do Estado brasileiro, autoritário e capitalista, contestando a ordem estabelecida pela Ditadura Militar. Tais movimentos eram constituídos com base nas demandas referentes à reprodução social e às condições de vida, porém ainda não tinham uma amplitude nacional, restringiam-se aos bairros, às centrais sindicais, etc. (SCHERER-WARREN, 1997).

O movimento ambientalista gaúcho tem suas raízes profundas e antigas, datadas da década de 1940. É neste período que a obra intitulada a “*A Fisionomia do Rio Grande do Sul*”, emerge como um sinal precoce das consequências da ação do capital, publicada pelo naturalista Padre Balduino Rambo que, além de realizar uma minuciosa descrição dos ambientes do estado faz inferência ao processo de desmatamento. O Padre Balduino precedeu e influenciou importantes figuras no debate ambientalista, tanto em nível estadual quanto nacional, dentre estes, podemos citar o nome de Henrique Luiz Hoessler, gaúcho e fundador da União de Proteção à Natureza, primeira instituição vinculada a ideais ambientalistas que se tem registro. Instigado pelos princípios ambientalistas e, indignado com a postura do setor governamental¹⁷, Hoessler inicia uma série de publicações de textos em forma de crônicas, veiculados pelo *Jornal Correio do Povo*. Passou a ser reconhecido, em decorrência do grande domínio da questão ambiental e pela habilidade com que propagava suas idéias (URBAN, 2001). Outra personalidade merecedora de destaque no movimento ambientalista é o agrônomo José Lutzenberger, fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entidade de grande representação em nível estadual e nacional.

Em um cenário político conturbado em decorrência do golpe militar de 1964, que no Rio Grande do Sul provocou a desarticulação dos movimentos sociais e do incipiente movimento ambientalista, emergem instituições cujos objetivos estavam assentados pelo respaldo do movimento golpista. Dentre estas instituições podemos inferir a

¹⁷ Contador e funcionário da Delegacia Estadual de Portos iniciou um trabalho singular, após o credenciamento no Ministério da Agricultura fiscalizava voluntariamente as atividades de caça e pesca. No entanto sua credencial foi retirada por acusação de multar curtumes sem autoridade jurídica para tal. (URBAN, 2001).

constituição da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), presidida por Magda Renner, que, na década de 1970, teve seus princípios transformados em prol da questão ambiental.

A Associação Democrática Feminina Gaúcha era constituída de representantes da grande elite industrial dos arredores de Porto Alegre, no entanto, esta condição não impediu ao movimento o engajamento na luta constante pelos ideais ambientalistas. Instigadas pela figura de Lutzenberger buscavam a melhoria das condições ambientais da capital, questionando por inúmeras vezes atitudes deliberadas praticadas pelo setor industrial, por vezes gerenciados pelos próprios cônjuges. Seus principais feitos podem ser verificados pela recuperação das Ilhas do Guaíba (antigos depósitos de lixo) e pela operação Hermenegildo, que lançou a ADFG a conhecimento a nível federal. Em 1999, a ADFG muda sua denominação para Amigos da Terra-Brasil (URBAN, 2001).

Os grupos ambientalistas, datados da década de 1970, concentram-se em sua grande maioria na região sul e sudeste, e são compostos por ativistas que desenvolvem atividades seja em comunidades rurais como iniciam ações de educação ambiental. A sua atuação tinha como enfoque a implantação e consolidação na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local, em alguns casos direcionavam esforços para campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, exemplificadas pela campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná (1979-1983), a luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1985), a luta pela aprovação de leis do controle e de estímulo ao uso intensivo de agrotóxicos (1982-1985). Estas lutas representam marcos da ação ambientalista no Brasil, na medida em que marcam o início de questionamentos de políticas de governo através da comunidade científica e de organizações ambientalistas.

É neste mesmo contexto, que o Brasil, no final da década de 80 passa a ser denominado como um vilão do ambiente global em consequência de um aumento exponencial do desmatamento da Amazônia precipitadamente associado a uma visão simplista de correlação com as mudanças climáticas. Em resposta, o governo Sarney cria em 1989 o IBAMA, resultante da fusão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) aos órgão de floresta, pesca e borracha. Mediante um cenário de descrédito das forças políticas, o governo lança campanhas cujas retóricas se referem ao reforço dos ideais ambientalistas e nacionalistas.

A súbita conversão dos ideais ambientalistas no início dos anos 1990 justifica-se pela necessidade da promoção de uma alteração na opinião pública internacional, tais

projetos tinham como objetivo atrair investimentos do capital estrangeiro para o Brasil. Em vista disso, o governo Collor convida José Lutzenberger para assumir a direção do Ministério do Meio Ambiente revelando a enorme hipocrisia da política governamental que, ao mesmo tempo em que sinalizava a sua intenção de aumentar a fiscalização sobre a degradação da natureza, abria as portas do país para a entrada do capital internacional para a livre exploração dos recursos naturais. Após o *Impeachment* de Fernando Collor, a estratégia de governo adotada pelo seu sucessor vem somente a reafirmar a política ambiental já em voga, uma vez que esta se encontra desvinculada das demais políticas, não assumindo um viés econômico e nem social. (FERREIRA, 1998)

Habitados a atuar no combate a poluição e na preservação dos recursos naturais, os movimentos ambientalistas da década de 80 desconsideravam a temática social. Parte significativa das associações ambientalistas não tinha nenhum diálogo ou contato com a população excluída, levando muito pouco em consideração as dimensões socioeconômicas da crise ambiental, explicando desta forma a pouca aderência do discurso ambientalista na sociedade. No entanto, a década de 1980 trouxe consigo outros desafios, os movimentos sociais passaram a ser protagonistas da luta contra a ditadura militar e pela democratização do país, exigiam do Estado não apenas participação no processo de decisão das políticas públicas, mas o responsabilizavam pela situação de precariedade em que vivia a maioria da população.

Esses movimentos colocaram na agenda política a luta pela democracia, subordinando-a a condição da existência de reformas no regime político e nas políticas públicas por entenderem ser uma condição para a realização de seus interesses, principalmente pelo contexto ditatorial em que vivia o país.

As ONGs da década de 1980 e início dos anos 1990 tiveram um papel fundamental para a colocação da questão ambiental na agenda governamental, principalmente pelas ações efetuadas com o objetivo de tornar público as questões a respeito do processo de degradação ambiental. O movimento ambientalista passa a ser visto como um movimento formado por agentes privilegiados, que são oriundos de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, entre outros setores, que integram interesses comuns em certas áreas e que fornecem meios de canalizar a participação na busca de uma maior articulação dentro da sociedade civil. Frente aos governos, são política e organicamente autônomos. (GEHLEN; BRYON, 1995 *apud* CISNE, 2006).
Conforme Loureiro

A dificuldade enfrentada pelo conjunto dos movimentos sociais em efetivar a possibilidade de desenvolvimento das forças sociais locais com poder de ação macropolítica está na capacidade de alteração da cultura política vigente, posto que se exigiria um sistema organizacional menos atomizado e/ou hierarquizado, mais articulado e orgânico, redefinindo o desenho e as práticas do Estado. (LOUREIRO, 2006 p.120)

No início dos anos 1990, a mobilização em torno das questões sociais se reduz, e alguns movimentos se desmobilizam, concomitante a este processo, as ONGS passam e se fortalecem frente ao cenário político na medida em que deixam a condição de apoiadoras dos movimentos sociais para tornarem-se elementos centrais nas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil. As ONGs passam a atuar na defesa do pressuposto da “participação da sociedade civil” no Estado, delegando a si a função de executoras de políticas públicas, apoiando as várias formas de privatização dos serviços públicos.

A concepção proposta por Viola e Leis (1995) e adaptada por Massena no ano de 2007, faz inferência a existência de um movimento ambientalista multissetorial e multifacetado, que pode ser categorizado conforme a classificação abaixo:

1. Ambientalismo *Stricto sensu*: associações e grupos comunitários ambientalistas, podendo ser diferenciados em profissionais, semiprofissionais e amadores.
2. Ambientalismo Governamental: agências estatais do meio, nos níveis, municipal, estadual e federal.
3. Socioambientalismo: tem como objetivos precípuos a questão ambiental, mas incorporam as dimensões social, econômica e cultural como algo relevante em suas ações.
4. Ambientalismo Científico: pessoas, grupos e instituições que realizam pesquisa científica sobre a problemática ambiental.
5. Ambientalismo Empresarial: gerentes e empresários que pautam o processo produtivo e investimentos de sua empresa no critério de sustentabilidade ambiental.
6. Ambientalismo dos políticos profissionais: lideranças partidárias que buscam incorporar a dimensão ambiental na formulação de políticas;
7. Ambientalismo Religioso: representantes das várias religiões e tradições espirituais que vinculam a problemática ambiental à consciência do sagrado e do divino.
8. Ambientalismo de Educadores, Jornalistas e Artistas: indivíduos, organizados coletivamente ou não, preocupados com as questões ambientais e com grande capacidade de influenciar as massas.

9. Ambientalismo Social: ONG, sindicatos e movimentos sociais que têm outros objetivos principais, mas que incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação.

3.6 O papel da educação ambiental na formação de uma nova consciência

O componente educativo sempre teve grande importância no processo de formação de seres conscientes e críticos, atuantes na busca de um desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Benevides (*apud* SEGURA, 2001, p. 39) “o educador é um importante mediador na aprendizagem dos valores democráticos e um facilitador na introdução de práticas comprometidas com os interesses da comunidade”.

A reflexão necessária sobre as práticas sociais, em um contexto histórico marcado pelo crescente processo de degradação do meio ambiente e seu ecossistema, envolve uma articulação necessária com a Educação Ambiental. A dimensão ambiental configura-se como uma questão que potencializa o engajamento dos diversos atores sociais e sistemas de conhecimento, o papel destes diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003).

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. A complexidade desse processo de transformação de um planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais e seus danos, é cada vez mais notória (JACOBI, 2003).

O grande desafio da Educação Ambiental consiste em buscar e criar estratégias que possibilitem o desenvolvimento da educação formal e não-formal, motivando assim, a formação de uma nova ética ambiental e social e a consciência ecológica, capaz de perceber a dimensão dos problemas ambientais, e de buscar soluções conjuntas, resgatando valores como a cidadania e o respeito. Superando desta forma a visão “antropocêntrica” que torna a natureza um recurso de uso e benefício para a humanidade. (GADOTTI, 2000).

O acontecimento efetivo da prática de uma Educação Ambiental crítica depende da recuperação de valores fundamentais da sociabilidade humana como liberdade,

solidariedade, altruísmo, generosidade, sabedoria que, interligados, desembocam na ética como conduta, na crítica social como compromisso e na criatividade como ação. Há necessidade de uma transformação de mentalidades que acarrete novos comportamentos sociais e políticos, uma nova subjetividade que permita uma cidadania planetária, (GUIMARÃES, 2000). É necessário estabelecer outro tipo de relação com a natureza, reviver os valores éticos e reencontrar a nossa concepção crítica. Devemos repensar nossas posições enquanto cidadãos conscientes, buscando uma conscientização política, econômica e ecológica.

A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A análise ou problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim envolve processos variados, não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. Como objetivo de estudo da Geografia, no entanto refere-se às interações entre a sociedade e natureza, um grande leque de temáticas e de meio ambiente está necessariamente dentro do estudo (BRASIL, 1998, p. 46).

A busca de uma qualidade ambiental adequada (aceitável) nos diferentes espaços, muitas vezes depende de pequenas ações, porém, coletivas, participativas e conscientes, viabilizando transformações que minimizem os problemas socioeconômicos e mantenham o equilíbrio e a preservação ambiental e a atuação humana.

Algumas práticas inscritas no escopo da educação ambiental ignoram a construção social e histórica da realidade, direcionando a questão ambiental somente ao indivíduo, abordando apenas a perspectiva individual o “fazer a nossa parte”. Além disso, a disponibilização das informações passa a ter um caráter doutrinário, em que o educador ambiental assume o papel de transmissor de conhecimentos, renunciando à interpretação (FERRARO JUNIOR, 2006).

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se tornam complexos. As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integrados de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis (JACOBI, 2003). Precisamos por a educação ambiental em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, considerando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O principal eixo de atuação da educação

ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

Conforme Gohn (1999), a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. Precisamos defender uma educação ambiental crítica e emancipatória, pautada na necessidade de promoção de mudança de comportamento, participação e cidadania. Parafraseando Brügger (1994) “ambientalizar” a educação, ou educar para uma “sociedade sustentável” sem abordar em profundidade tais questões, é, portanto um “empreendimento estéril” (p. 94)

Conforme Carvalho (2006), não basta buscarmos a sustentabilidade através de uma educação ambiental "genérica", comprometida com princípios disciplinares e fragmentados, é necessário construirmos um novo paradigma de ambiente e sociedade. É preciso caminhar no sentido de uma Educação Ambiental Crítica, cuja intervenção possa contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito capaz de identificar e problematizar as questões ambientais, além de tudo, estando apto para agir sobre elas.

Atualmente, a educação ainda está centrada em instruções acabadas, em que os educandos apenas reproduzem o modelo exposto, tornando-se incapazes de utilizar tais conteúdos em situações práticas. O desafio maior está na mudança desta concepção, na incorporação de novas metodologias que considerem não apenas a teoria, o ato de ler, mas, sobretudo a experiência, o sentir, o experimentar (MAGALHÃES, 2004). Os conhecimentos somente irão adquirir significado aos educandos a partir do momento que a teoria esteja vinculada com a prática, através de situações reais e experiências concretas que sejam capazes de despertar novas sensações capazes de estimular o ato de pensar e refletir sobre o ensinado, conforme salienta Brügger (1994), a ênfase quase fanática na ação, e na mudança de comportamento acaba perdendo o sentido caso não forem considerados os motivos subjacentes às mudanças de atitude ou comportamento.

4. RESULTADOS

A raiz do dilema ambiental está na forma como aprendemos a pensar o mundo: dividindo-o em pedaços.“

Noel Melniss

É evidente que a globalização, as inovações tecnológicas e o progresso do setor industrial trouxeram benefícios a uma parcela razoável da sociedade. No entanto, este desenvolvimento também foi responsável por catástrofes ambientais, problemas socioculturais e socioeconômicos, que acabaram por gerar desequilíbrios entre o ser humano e a natureza e entre os próprios seres humanos. Na concepção de Brügger (1994) a crise ambiental pode ser definida como "muito mais a crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza" (p.27).

O distanciamento entre os projetos governamentais de desenvolvimento e as reais necessidades da população mostra a necessidade de execução de reformas estruturais que busquem assegurar justiça social, participação e liberdade, garantindo a execução dos direitos sociais e políticos da população em geral. Vinculado a esta perspectiva, a presente pesquisa irá apresentar um perfil de atuação das instituições pertencentes ao Terceiro Setor, que tem atuação nos municípios do Corede Centro do estado do Rio Grande do Sul, cuja delimitação abarca 19 municípios.

4.1 Levantamento do histórico e área de atuação das ONGs

4.1.1 Instituição A¹⁸

A instituição A tem sua atuação focalizada principalmente em ações de assistência social e promoção de cidadania. Sua institucionalização ocorreu no ano

¹⁸ Cabe ressaltar que se optou por nominar a instituição através de letras maiúsculas afim de preservar a sua identidade, além disso, a atribuição destas letras de deu de forma aleatória, sem considerar qualquer dado anteriormente apresentado. Conforme estabelecido no termo de consentimento, a identidade do entrevistado e da instituição será resguardada.

de 1999, calcada nos ideais de uma entidade filantrópica, de caráter assistencial e educacional.

Desenvolve atividades vinculadas a questão ambiental através da aplicação destes princípios nas oficinas e trabalhos realizados.

Projetos da Instituição

- Projeto Crescer Aprendendo

Desenvolve oficinas sócio-educativas destinadas ao atendimento de famílias residentes na Vila Caturrita, no município de Santa Maria. Conforme a instituição objetiva-se através destas oficinas, oferecer subsídios para os participantes no intuito de sensibilizá-los a respeito das relações sociais, valores humanos, sociais e éticos.

A instituição A conta atendimento profissional especializado na área de psicologia e relações humanas. Oferece atividades direcionadas ao reforço escolar, para alunos com necessidades de acompanhamento específico, além de trabalhar também questões como as limitações pessoais e de convívio e relacionamento familiar.

As oficinas contam também com as seguintes atividades: dança, música e expressão corporal; esportes; reforço pedagógico e atividades de motivação; oficinas ocupacionais direcionadas a realização de reciclagem de papel e confecção de artesanatos, artesanato em papel machê e acompanhamento familiar.

4.1.2 Instituição B

Fundada em março do ano de 2001, tem por objetivo principal estudar e proporcionar o desenvolvimento político, cultural, científico, tecnológico e a difusão de tecnologias voltadas à cooperação, à integração e ao desenvolvimento auto-sustentável dos municípios a que atende, em todas as áreas, com especial atenção aos setores da cultura, educação, cidadania, negócios, turismo, segurança, entre outros.

Projetos da Instituição

-Rota de Integração Missioneira, Paraguai – Argentina – Brasil – Uruguai.

Busca-se através deste projeto promover a organização de empresários e instituições representativas do turismo, cultura, educação, eventos, meio ambiente para

a afirmação de contatos e ações práticas para a implantação do Circuito: “PELAS MISSÕES JESUÍTICAS” envolvendo Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, através de todos os níveis de Governo, empresas, instituições e comunidades envolvidas e com interesse no tema.

-Apoiadores do Programa de Gerenciamento de resíduos sólidos do Município de Santa Maria.

4.1.3 Instituição C

A instituição C, idealizada no final da década de 1990, tem a sua constituição oficial em janeiro de 2002. Atua direcionada aos seguintes objetivos: capacitação para o trabalho, desenvolvimento comunitário e social, desenvolvimento/ apoio rural e agrícola. Conforme os objetivos propostos, busca desenvolver trabalhos através de uma abordagem sistêmica e integrada.

Conforme o Relatório circunstanciado disponível no Cadastro de Entidades do Ministério da Justiça, a instituição atua em parceria com diversos atores e organizações sociais, promovendo a autovalorização comunitária e buscando na autonomia a percepção das afinidades.

Projetos da Instituição

- *Execução do Programa de Formação para as Comunidades do Programa de Hortas Urbanas de Santa Maria.*
- *Implantação do Programa Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Ministério do Desenvolvimento Agrário denominado Territórios da Cidadania em 35 municípios da região central do Rio Grande do Sul;*
- *Implantação do Programa de Alternativas à produção de Fumo em áreas próximas ao município sede*
- *Revitalização da Gare da Estação Ferroviária de Santa Maria;*
- *Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural para grupos de agricultores da região central do Rio Grande do Sul;*
- *Programas de capacitação em Cooperativismo para grupos de agricultores da região central do Rio Grande do Sul;*

- *Programas de elaboração de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável em parceria com a sociedade civil e o poder público da região central do Rio Grande do Sul.*

4.1.4 Instituição D

Fundada em outubro de 1996 tem seu foco de trabalho voltado às questões ambientais do município de Santa Maria. Conforme disposto nos objetivos, adotam uma postura baseada na discussão e construção coletiva de saberes e proposições. Pode ser definida como a única instituição componente da amostra cujos objetivos estão assentados prioritariamente sobre a temática ambiental. Atua no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA); Membro das Câmaras Técnicas de: Educação Ambiental, Recursos Hídricos e Resíduos Sólidos; Comitê Municipal de Saúde e Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim.

Projetos da Instituição:

- *Criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN a nível municipal;*
- *Projeto Bairro Vivo:* tem como foco de atuação uma sub-bacia do Arroio Cadena banhada pelo Arroio Wolf, e que abrange dois bairros da Cidade de Santa Maria: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Chácara das Flores. Busca desenvolver o projeto através de atividades em escolas da rede municipal da área de estudo.
- *Desenvolvimento de um sistema de apoio à tomada de decisão para a Gestão Ambiental Comunitária no Bairro Perpétuo Socorro, Santa Maria/RS* em decorrência da análise dos dados dos questionários aplicados pela instituição na área de estudo.

4.1.5 Instituição E

Instituição criada a partir do Programa Comunidade Ativa¹⁹, e institucionalizada no ano de 2002. Tem como finalidade principal o desenvolvimento das comunidades pertencentes ao município de São Pedro do Sul. É um instrumento de apoio ao desenvolvimento microrregional, atuando na Assistência Social - Defesa social e Institucional, Educação Profissional e Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

¹⁹ Programa Comunidade Ativa implementava estratégias de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), cuja base era a participação da população local, a qual definia prioridades de atuação por meio de um plano elaborado de forma participativa.

Projetos da Instituição:

Projeto ponte viva: estruturação de uma área de lazer para a comunidade nas proximidades da estação ferroviária através da plantação de árvores e flores.

Projeto da Praça: ações de embelezamento da praça através da implantação de um novo projeto paisagístico baseado na exposição de madeiras petrificadas, objetivou-se através desta ação incentivar as ações referentes ao turismo na região.

Projeto de desenvolvimento municipal elaboração conjunta de um projeto de desenvolvimento sustentável da cidade através da aplicação do planejamento estratégico elaborado em parceria com a comunidade.

Controle dos gastos e diárias utilizados pelos vereadores: a instituição tomou frente das ações de questionamento do uso do recurso público através da utilização de diárias pelos vereadores do município.

4.1.6 Instituição F

Constitui-se como uma entidade declarada de Utilidade pública, criada em 1988. Atualmente pode ser caracterizada com uma entidade de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos, que atende pessoas portadoras de deficiência, tendo como finalidade a sua habilitação e reabilitação e a promoção de sua inclusão à vida comunitária, prestando por si ou mediante convênios com órgãos oficiais e particulares de assistência. Busca fornecer ao público alvo subsídios para a promoção da inclusão através de atividades práticas relacionadas a valores éticos, buscando um processo de reflexão a respeito das temáticas sociais, pedagógicas e ambientais.

Projetos da Instituição:

Oficina de pré-alfabetização e alfabetização: Tem como objetivo principal a realização de atividades voltadas à leitura e à escrita, possibilitando a busca de informações, a (re)significação da construção do conhecimento, o desenvolvimento da cidadania, autonomia, independência e auto-estima. As ações pedagógicas das oficinas de pré-alfabetização e alfabetização priorizam o estabelecimento de relações entre as experiências pessoais e familiares dos alunos e o desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos, reconhecendo os conhecimentos prévios como facilitadores da aprendizagem e promotores da inclusão social dos educandos. Para tal foram abordados também a temática referentes as discussões a respeito do ambiente preservado e não-preservado realizando-se assim a conscientização dos alunos, produção de cartazes, elaboração de textos coletivos e atividades de leitura e escrita

diversas. Posteriormente passou-se a explorar o cuidado com o ambiente, sendo enfatizados os espaços compartilhados pelos alunos. Para tanto, foram abordadas as sub-temáticas: família, escola, cidade.

Mediante a caracterização da amostra de trabalho pode-se afirmar que as ONGs atuantes no Corede Centro não advêm da institucionalização de movimentos sociais anteriores. Diferentemente da lógica percebida em um contexto mais amplo, onde os movimentos sociais passam por um processo de institucionalização e formalização no intuito de angariar recursos para a consecução de suas atividades, as instituições analisadas são resultantes de iniciativas desconectadas e independentes da atuação dos movimentos sociais. Deve ressaltar que a área em questão sempre contou com a presença de organizações da sociedade civil bastante atuantes, constituídos e formalizados, no entanto, estes, por alguma razão optaram por não acompanhar o direcionamento tomado por grande parte da sociedade civil organizada, através da formalização e constituição das instituições do Terceiro setor.

O Terceiro Setor, enquanto categoria congrega uma infinidade de instituições, redes de movimentos sociais e de organizações informais que em sua grande maioria, não se posicionam mais em relação a um projeto político e social, como acontecia com estas instituições no período compreendido entre os anos de 1970 a 1990, mas passam a se colocar como mediadores do público, em um contexto de retração do Estado do bem estar social. (CARVALHO, 2001).

A materialização dos preceitos da política neoliberal adotada pelo Estado na década de 1990 fica evidente na análise dos objetivos propostos pela instituição F. A instituição justifica a sua criação a partir da necessidade do suprimento de uma lacuna nos serviços oferecidos pelo Estado, representado pela necessidade de criação de uma instituição de acesso público para o atendimento de crianças com necessidades especiais, não fazendo referência a necessidade de criação de argumentos e formas de atuação e questionamento do direcionamento proposto pela política estatal.

Frente a isto, pode-se inferir que as instituições que compõem a amostra, são em grande maioria, impulsionadas por outros elementos, os quais possivelmente podem estar vinculados ao processo de legalização das instituições através do Marco Legal do Terceiro Setor. A formalização jurídica da instituição como OSCIP possibilita o acesso a inúmeros benefícios quando comparados a outras titulações oferecidas pelo Estado, conforme pode ser visualizado no quadro 07.

OSCIP VERSUS OUTRAS TITULAÇÕES			
	LEI 9.790/99	LEGISLAÇÃO ANTERIOR VIGENTE	
QUALIFICAÇÃO	OSCIP	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL	CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão expeditor	Ministério da Justiça	Ministério da Justiça	CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social)
Processo	Barato e documentação simples	Caro, documentação complexa.	Caro, documentação complexa.
Deferimento/indeferimento	30 dias	Meses/anos	Meses/anos
Campo de Atuação	Vários, inclusive defesa de direitos, meio ambiente a microcrédito.	Serviço desinteressado à coletividade	Saúde, educação, assistência social.
Remuneração de dirigentes	Opcional	Não há previsão	Não há previsão
Acesso a recursos	Termo de parcerias	Convênios	Convênios
Aplicação de recursos	Flexível	Rígida	Rígida
Controle	Por resultados	Pela forma de aplicação dos recursos	Pela forma de aplicação dos recursos
Prestação de contas dos recursos repassados	Simples, ao órgão parceiro, obedece a lei 9.790/99 e ai Decreto 3.110/99	Complexa, obedece à IN/STN nº3/93 ou á IN nº /97	Complexa, obedece à IN/STN nº3/93 ou á IN nº /97

QUADRO 7- Comparação entre OSCIPs e outras Titulações

Fonte: Ferrarezi, 2007. Adaptado

Em verdade, ao mesmo tempo em que o Estado, através da adoção de uma política neoliberal, passa a se desresponsabilizar pela agenda pública em detrimento do fortalecimento de uma visão economicista, abre espaços e cria condições para o fortalecimento das instituições do Terceiro Setor, dando condições para que estas passem a se responsabilizar pela efetivação de direitos e serviços antes, garantidos pelo próprio Estado. Esta perspectiva fica evidente ao analisarmos o quadro, onde se percebe uma maior flexibilização do processo de criação, gestão e regulamentação das instituições, através da materialização dos preceitos impostos pela lei 9.790/99.

Corroborando neste sentido, a declaração do gestor da Instituição A, referente à opção realizada para a qualificação da mesma enquanto OSCIP, fazendo menção aos benefícios proferidos às instituições através da atribuição de titulação enquanto Organização Social de Interesse Público.

“Em função de uma maior facilitação de recursos, mudamos para uma OSCIP. As OSCIPs se tornam parceiras do governo e para fazer os trabalhos, financiamento facilita.”

Gestor Instituição A

A possibilidade de simplificação da solicitação de titulações, a redução dos custos burocráticos, a amplitude das áreas de atuação e a possibilidade de remuneração de cargos podem ser argumentos explicativos quando nos referimos ao significativo aumento de titulações de instituições na categoria de OSCIPs. Conforme o quadro 8 pode-se perceber que 3 das 6 instituições estão qualificadas como OSCIPs

Instituição	Ano de criação	Qualificação	Atuação	Tipo de ambientalismo ²⁰	Situação ²¹
Instituição A	1999	OSCIP (2001)	Local	Ambientalismo Social	Ativa
Instituição B	2001	FUNDAÇÃO	Internacional	Ambientalismo Social	Ativa
Instituição C	2002	OSCIP (2004)	Estadual	Ambientalismo Social	Inativa
Instituição D	1996	FUNDAÇÃO	Estadual	Socioambientalismo	Ativa
Instituição E	2002	OSCIP (2003)	Regional	Ambientalismo Social	Inativa
Instituição F	1988	UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL	Local	Ambientalismo Social	Ativa

QUADRO 8- Instituição/ qualificação e ano de criação.

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Abaixo segue um quadro representativo da região sul, onde estão disponibilizados os dados dos anos de fundação das instituições (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos). Pode-se perceber que a maior proporção concentra-se entre os anos de 1981 a 2000, tendo um crescimento mais expressivo na década de 1990, 39,7% do total das instituições. Tal fato é resultado de um processo histórico, principalmente quando nos referimos à materialização da política neoliberal.

²⁰ Valores que norteiam e/ou nortearam as ações das ONG, conforme as indicações realizadas no questionário.

²¹ Situação atual das instituições entrevistadas

Faixas de ano de Fundação	Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Região Sul	
	Absoluta	Relativa (%)
Total	76 888	100
Até 1970	2 809	3,7
De 1971 a 1980	8 798	11,4
De 1981 a 1990	16 311	21,2
De 1991 a 2000	30 531	39,7
De 2001 a 2002	7 611	9,9
De 2003 a 2004	7 444	9,7
2005	3384	4,4

QUADRO 9- Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos da Região Sul de acordo com o ano de fundação.

Fonte IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2005.

Outro ponto a ser destacado quando nos referimos ao Marco Legal do Terceiro Setor reside no fato das instituições qualificadas como OSCIPs terem em aberto a possibilidade de remuneração dos dirigentes por serviços prestados, no entanto para que esta prática possa ser efetivada deve estar explicitada no estatuto de instituição. Além disso, a remuneração deve obedecer as indicações salariais atribuídas pela profissão do contratado, conforme pode ser visualizado no artigo 4º da lei 9790/99.

Art. 4º- inciso VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Nas palavras de Loureiro (2006), o processo de gestão e regulação merece ser objeto de análise crítica, visto que sua implementação ocorre em um contexto histórico desigual, propiciando a criação de um cenário competitivo já que as instituições antes apresentadas como parceiras hoje figuram em um clima de rivalidade, propiciando a exclusão daquelas que possuem proximidade com as ações de base e projetos antagônicos, caracterizado por sua pequena capacidade institucional para participação.

Além disso, tem-se a relativa perda da autonomia da sociedade civil frente às políticas do governo. Ao colocarem-se como "parceiras" do Estado, o que estas instituições fazem, na verdade, é colocarem-se em sintonia com as forças hegemônicas

que controlam as políticas públicas. Elas deixam de representar a sociedade na fiscalização do governo para se tornarem um braço executivo do governo, porém travestido de sociedade e, possuidores de uma suposta isenção política que o carimbo oficial não permitiria.

A adoção desta postura pode ser considerada como extremamente funcional a um modelo neoliberal na medida em que constitui o cidadão voluntário com intervenção local, mas sem atuação macro política. Em síntese, este modelo pautado na lógica de parceria com o Estado impossibilita a solidariedade e a atuação conjunta das instituições, pois as coloca em um caráter de concorrência e fornece um sentido mercantil a grupos com finalidade cidadã.

A institucionalização da sociedade civil organizada, agora gerida e regulada efetivamente pelo aparato estatal resulta em uma arena de intensas discussões. Coloca como destaque a crítica à aproximação da sociedade civil à agenda de governos, passando a assumir a denominação de "neo-governamentais", pois efetivamente trabalham com e no governo. (FERRARREZI, 2007)

Ao situar as ONGS como parte do Terceiro Setor procura-se cooptar a sua atuação política de contestação e resistência ao modelo capitalista dominante como um traço marcante da sua história por meio de um processo de despolitização que visa retirar qualquer conotação política de sua identidade. (CARVALHO, 2001).

Lundy (1999, *apud* LOUREIRO 2006) ao realizar estudos sobre ONGS em países em desenvolvimento verificou um grau de submissão e dependência destas entidades a lógica do governo e dos financiadores privados a que estão vinculados, o que inviabiliza o sentido de parceria com igualdade de poder e de crescente autonomia das organizações da sociedade civil. Nas palavras do Gestor da Instituição A

Por que se você colocou no projeto que vai comprar um prego, tem que ser um prego e não pode ser um parafuso, mesmo que a tua necessidade tenha mudado, a gente tem essa limitação. Tu faz o projeto agora, no começo do ano, tu vai conveniar ele no começo do ano que vem para receber o recurso no fim do ano que vem, mas até lá mudou a exigência, mudou a necessidade e a gente fica preso nisso.

Gestor da Instituição A

Nas palavras de Dagnino (2002), o cumprimento dos procedimentos burocráticos podem ser definidos como limitadores do trabalho da instituição, uma vez que estes contribuem para a redução do tempo gasto efetivamente frente ao objetivo central da instituição. A vinculação e a especulação dos projetos respaldados economicamente pelo Estado, por muitas vezes restringem o potencial mobilizador e reivindicatório, uma

vez que as atividades passam a ser restritas a execução do projeto e à consecução dos objetivos pré-definidos.

Outros elementos também foram analisados durante a realização da entrevista, dentre estes a atual situação da instituição, verificando se a mesma encontra-se ativa ou inativa na execução dos seus projetos, já que grande parte das instituições fundadas possui um caráter efêmero, como pode ser visualizado na figura 2. Das instituições analisadas, 33% encontram-se sem atuação, questionadas a respeito do motivo inferem que

O problema da continuidade dos recursos é o que impede. O ideal seria se tu tivesse um recurso que entra ano e sai ano continuar com o trabalho.

Gestor Instituição C

Outro fator determinante apontado pela instituição D decorre da falta de recursos econômicos para a continuidade dos trabalhos da instituição e também pela falta de apoio dos órgãos administrativos do setor governamental, para o entrevistado, a ótica de trabalho com o setor governamental deveria ter o sentido de parceria na busca e consecução de objetivos comuns e não de rivalidade.

Um grupo no início tem uma ideologia muito forte, mas aos pouquinhos começa a sentir que não tem apoio, até financeiro não tem, são raras as pessoas que se dispõem a pegar a carteira no bolso e bancar alguma coisa, tudo tem custo, então esbarra nisso aí por que também não tem apoio governamental.

Gestor Instituição D



FIGURA 2- Situação atual da Instituição

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Já a instituição E, aponta que o grande problema para a continuidade de sua atuação reside no fato da pouca participação da comunidade, salientado a dificuldade

em agregar voluntários cujos objetivos sejam coerentes com a lógica de trabalho da instituição.

Falta de apoio da comunidade e do poder público, porque se tivesse, tinha muita capacidade de se desenvolver, além disso, não queremos buscar os voluntários pela mão, a gente quer que eles venham até a gente. Teria muito o que fazer se tivesse mais gente interessada, a gente fica muito assim, só

Gestor Instituição E

Ao visualizarmos os principais motivos elencados pelas instituições como potenciais dificuldades na consecução de seus objetivos e na continuidade do trabalho, pode-se perceber claramente a ausência de uma efetiva preocupação com o potencial crítico e reivindicatório característico da sociedade civil organizada. Prevalece a adoção de um modelo gerencial, semelhante a ótica de funcionamento do Mercado, pautado no cumprimento de metas e realização de atividades, as quais são aparentemente planejadas e executadas em função da existência de recursos, desconsiderando a atuação crítica e emancipatória propiciado pelo potencial reivindicatório característico destas instituições.

4.2 Atuação frente à questão ambiental

A classificação proposta por Viola e Leis (1995) reconhece o caráter multissetorial do movimento ambientalista, cujas manifestações atingem os mais diversos setores da sociedade. A atuação das instituições que compõem a amostra de trabalho, em sua maioria, insere-se na categoria denominada como Ambientalismo Social. Cabe a esta categoria congregar ONGs que tem como objetivo principal outros focos de trabalho, no entanto a questão ambiental não deixa de ser efetivamente trabalhada durante a execução dos seus projetos.

Já a porção da amostra definida como socioambientalista (apenas Instituição D), conforme definição dos autores apresenta como foco de atuação a questão ambiental, mas incorpora também as dimensões social, econômica e cultural como algo relevante em suas ações.



FIGURA 3- "Tipo de Ambientalismo"

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Cabe ressaltar que apenas uma instituição componente da amostra de trabalho pode ser definida efetivamente como ambientalista, cujos objetivos centrais estão vinculados a questão ambiental. A instituição D merece destaque em função de seu papel participativo frente às discussões ambientais, sendo representativa em órgãos proponentes de políticas públicas como o CONDEMA²².

Quanto a área de atuação das ONGs, para fins de classificação, buscou-se obedecer a seguinte lógica:

-Instituição local: ONG que tem suas atividades concentradas em um município apenas ou em pontos específicos desse;

-Instituição Regional: ONG que atuam em mais de um município do Estado;

-Instituição Estadual: ONG que atuam em vários municípios, e cuja atuação transcende os limites geográficos do Corede Centro.

-Instituição Internacional: ONG com atuação em outros países.

²² O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- Santa Maria. Órgão deliberativo e consultivo, fiscalizador e de assessoramento dos Poderes Municipais de Santa Maria em caráter permanente, nas gestões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate às agressões ambientais em toda a área do Município de Santa Maria.

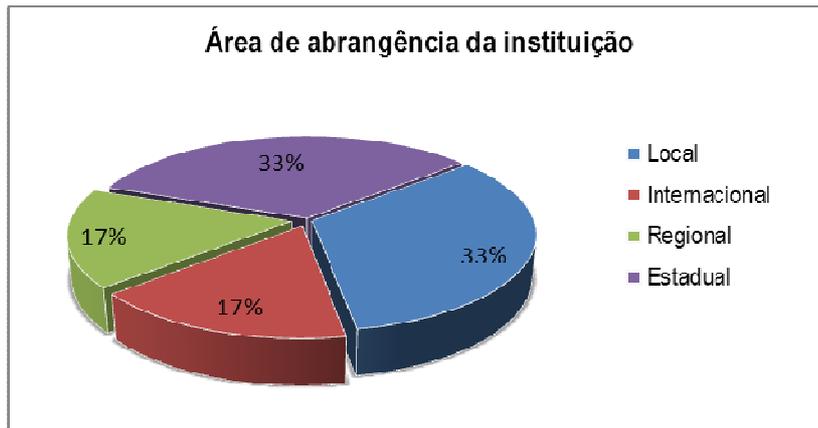


FIGURA 4- Nível de atuação das Instituições

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

O engajamento de atores sociais por intermédio da adoção da perspectiva do trabalho em rede, através de formas de atuação que transcendem a escala local é relativamente novo, embora esta tendência de atuação e organização já esteja firmada em um contexto mais amplo, não pode ser percebida no ato da coleta de dados. As instituições pertencentes à amostra de trabalho buscam firmar parcerias somente com o Estado, enquanto fonte de financiamento das atividades, desconsiderando a possibilidade de um trabalho conjunto para a real efetivação dos objetivos. Jacobi aponta para a importância da constituição deste modelo de atuação:

As redes possibilitam interações horizontais e organização de instrumentos de pressão, e abre novos campos de possibilidades para as ONGs, que transcendem suas fronteiras locais, integrando os ativistas, militantes, associados num circuito amplificado de sociabilidade, de confiabilidade e de identidades ideológicas. Pode se afirmar, portanto que as redes interconectam instituições, práticas sociais diferenciadas e alargam o alcance das agendas. (JACOBI, 2000. p. 134)

A premissa central da efetivação de redes reside no fortalecimento do processo de constituição de importantes fontes de informação e troca de saberes e experiências. Entra em pauta, na constituição destas redes, a necessidade de aprofundamento das análises sobre o quadro socioambiental existente, merecendo grande destaque pela sua capacidade de socialização, pois como afirma Jacobi “as redes assumem em alguns casos um novo perfil, fortalecendo-se como atores políticos transnacionais, globalizando-se a percepção dos riscos” (2000, p.151).

A adoção de um modelo pautado na constituição de redes vai em contraposição ao modelo gerencial centralizado e executivo adotado pelas instituições da amostra. O modelo gerencial imprime a organização da sociedade civil características baseadas na

dependência e subordinação às diretrizes governamentais, uma vez que a atuação passa a estar vinculada a perspectiva de efetivação de metas e arrecadação dos recursos, impossibilitando desta forma a constituição de uma instituição baseada na busca da satisfação dos benefícios e desejos da coletividade.

Fazíamos reuniões de planejamento de avaliação de resultados, sempre em uma conversa mais informal, mas sempre era repassado depois de aprovado o que a gente tinha que fazer por que o projeto tem um cronograma e uma lista de atividades, e tem que fazer, aí você manda e-mail, espera a resposta e nisso demorava um mês. Então, a gente sempre tomava cuidado de não alterar o cronograma de atividades, mas sempre discutia antes, se era para mudar, era antes e não depois. Ou só em casos extremos por que lá, quando nós sentamos isso estava legal, mas agora, de fato isso não vai dar, então vai lá no sistema, pede a alteração e justifica, e sempre a equipe que trabalhava que discutia.

Eu sempre criava o esboço em função do edital e depois ele passava a se tornar coletivo, analisar, dar sugestões, a gente fazia discussões. Mas a parte final do projeto técnico e do projeto operacional era comigo. Mas sempre tem um que vinha e dizia, olha eu tenho uma idéia.

Gestor da Instituição C

Além disso, o modelo gerencial atribui a instituição da sociedade civil um efeito prejudicial ao processo de articulação conjunta das instituições, uma vez que estas passam a competir entre si. Este modelo gerencial, em parte, pode ser o resultado da dinâmica imposta pelas instituições de financiamento, na qual o Estado aparece com papel de destaque uma vez que prioriza a seleção de instituições cuja execução dos resultados passe a ocorrer de forma rápida e satisfatória.

4.3 Caracterização e análise do corpo técnico e equipe administrativa

A percepção a respeito do processo de degradação ambiental passa a sofrer alterações mediante o fortalecimento do movimento ecologista, no entanto, sua afirmação não é suficiente para alterar os rumos da crise ambiental. Waldman (2001) alerta em sua obra para o fato do movimento ecologista transverter o debate ecológico sob a lógica do capital. O movimento ecologista, em sua grande maioria transforma o debate ecológico e a busca de soluções para a questão ambiental e social em um problema micro empresarial.

Esta atuação institucional, ligada ao aparato do Estado imprime às instituições a necessidade de internalização de posturas comuns do mercado. A profissionalização do terceiro setor passa a ser uma característica marcante neste sentido, onde, por muitas vezes a capacitação profissional constitui-se como

sinônimo de eficiência para a sua atuação. É nesta lógica que Loureiro infere que “Tal posicionamento é um deslocamento (ideológico) da questão, simplificando-a, como mecanismo para justificar a visão empresarial e competitiva no interior da entidade” (LOUREIRO, 2006 p.32). Visualiza-se claramente a perspectiva apontada por Loureiro na transcrição abaixo, onde é evidente a transformação e o deslocamento da postura enquanto representantes da sociedade civil para a

A entidade vem atuando, junto aos menos favorecidos, desde a sua fundação em mil novecentos e noventa e nove (1999), através de trabalhos totalmente voluntários, porém sentimos a necessidade de contar com profissionais qualificados, pois o voluntariado não supre mais o volume de trabalho, até porque necessitamos de horários fixos e mais prolongados para dar continuidade a grande demanda das solicitações das comunidades a serem atendidas.

Gestor da Instituição A

O Ecologismo institucional, proposto Waldman (2001), por vezes ligado ao aparato estatal, sugere soluções técnicas, desprezando as causas profundas da questão ambiental. Desconsidera-se a relação complexa dos elementos que compõem a sociedade em detrimento dos aspectos técnicos, tidos como saber universal desta corrente ecologista. Vinculada a esta idéia proposta por Loureiro (2003), torna-se visível ao analisar o perfil profissional das instituições a ocorrência de uma lógica profissionalizante. Ao analisar o perfil da equipe gestora da Instituição A e D (figura 5 e 6) percebe-se claramente esta tendência.

O discurso da desqualificação da militância em nome da profissionalização e da parceria não tem base de sustentação na análise histórica. Constitui-se, conforme Loureiro (2006) em um claro argumento para justificar uma determinada postura e compreensão da sociedade civil organizada que busca minimizar as contradições existentes.

Priorizar a dimensão da qualificação profissional como pré-requisito nos embates é tirar a função cidadã das entidades, cooptando o potencial crítico reivindicatório do movimento, deslocando a participação para grupos que possuem conhecimento técnico, cuja lógica de trabalho considera unicamente a eficiência técnica como parâmetro de atuação.

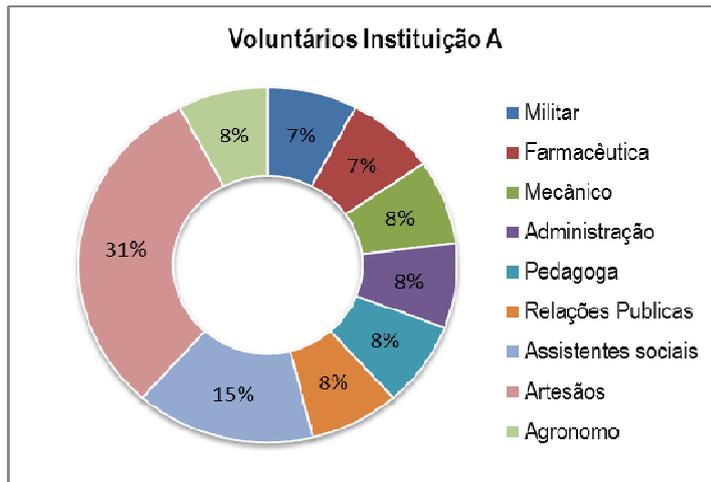


FIGURA 5- Perfil Profissional da equipe de Voluntários da Instituição A
 Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Em tese, a constituição de equipes multidisciplinares deveria abrir uma nova perspectiva à sociedade civil organizada, uma vez que torna possível a discussão das questões tomando por base conhecimentos múltiplos. No entanto, a constituição de equipes multidisciplinares passa a adotar a perspectiva da atuação conjunta de técnicos especializados em diferentes áreas do conhecimento, primando pela eficiência técnica e com restrita capacidade de articulação e diálogo entre as diferentes formas de saber.

A interdisciplinaridade ambiental não se limita a uma simples articulação das ciências existentes e tampouco pode ser efetivada através da colaboração de especialistas em diferentes disciplinas integrando recortes seletos da realidade, trata-se, portanto, de um processo de reconstrução social através da transformação ambiental do conhecimento, nominado por Brugger (2004) como ambientalização da educação.

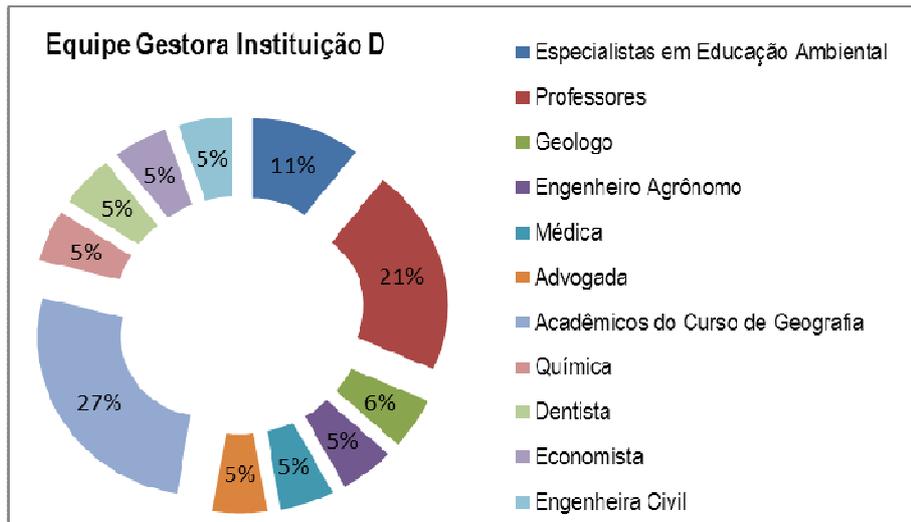


FIGURA 6- Perfil Profissional da Equipe Gestora da Instituição D

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Mas cabe ressaltar que não podemos cair no reducionismo de afirmar que a profissionalização opera sempre na lógica restritiva do potencial crítico de atuação e questionamento dos paradigmas da modernidade. Pois a profissionalização pode ser um ponto favorável na medida em que a qualificação profissional possibilita a construção de proposições aos problemas, através de contribuições de várias áreas do saber, dando cientificidade à atuação sem desconsiderar o potencial crítico e propositivo da instituição. Cabe inferir que o cerne da questão não consiste no questionamento da profissionalização ou não do pessoal envolvido, o ponto focal do problema reside na forma de atuação frente ao projeto executado e ao objetivo que se almeja.

A interdisciplinaridade proposta pelo saber ambiental resulta na integração de processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade. É nesta lógica que o conhecimento multidisciplinar atribui características positivas ao movimento ambientalista, implicando na formulação de estratégias conceituais para a construção de uma nova ordem teórica, um novo paradigma produtivo e novas relações de poder que questionam a racionalidade econômica e instrumental.

4.4 Análise dos referenciais teóricos metodológicos e formas de atuação

Na construção da análise discursiva tomamos por base o pressuposto de que o sentido de um texto ou discurso só existe se relacionado a seu contexto, isto é, em estreita relação ao universo extralinguístico. Para tal, buscou-se considerar os aspectos históricos e ideológicos que servem como base para a ação do homem enquanto sujeito neste processo. (MAINGUENAU 1998).

A educação ambiental caracteriza-se como uma *práxis* educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da vida e a atuação responsável do homem perante o meio ambiente.

Neste sentido, pode ser considerada como importante contribuição para implementação de um padrão societário distinto do padrão vigente, calcado na reordenação das questões através da constituição de uma nova ética da relação sociedade e natureza. A atuação instrumental, acrítica e com base em um ambiente enquanto elemento reificado atribui à *práxis* a capacidade de sensibilizar, minimizar ou mitigar os problemas ambientais vigentes, sua atuação desconsidera a dimensão política enquanto importante elemento neste processo.

Após a diferenciação destas práticas, deve-se salientar que a elaboração desta caracterização tomou como base os princípios apontados por Ferraro Junior (2006) já dispostos na metodologia. Buscou-se através de um aporte metodológico da análise de discurso identificar os referenciais teóricos que norteiam a atuação das instituições analisadas. A diferenciação dos aportes tomará como base a prática de uma educação ambiental tradicional e educação ambiental crítica e emancipatória.

4.4.1 Recifes da educação ambiental: fenômenos que comprometem a educação ambiental crítica e emancipatória

4.4.1.1 RECIFE 1- Psicologização

Dentre o universo de questionamentos existentes em torno da educação ambiental, Duarte (2004) salienta a recorrência do “fetiche da individualidade”, que pressupõe o ser humano enquanto elemento descolado e inerte das relações sociais. Destaca-se para tal a consecução de atitudes individuais e pontuais enquanto formas de transformação da realidade, que rege a sua atuação em uma perspectiva adestradora. Visualiza-se na afirmação abaixo a supervalorização de atitudes calcadas unicamente sobre o plano individual.

Cada um faz a sua parte, é uma sementinha nossa e vai germinar.

Gestor -Instituição F

No momento em que o planeta está sofrendo as consequências da ação predatória dos seres humanos, nós continuamos lutando para que as

futuras gerações não sofram com a escassez de alimentos saudáveis, ar puro e de água de boa qualidade.

Estamos fazendo a nossa parte. Você quer ser nosso aliado? Estamos ávidos por receber colaboradores para somar nas ações de interesse da Comunidade!

Documento de divulgação da Instituição D (*Grifo nosso*)

A complexidade das questões sociais, políticas e ambientais fazem com que a simplificação do processo formativo, vinculado a práticas individualistas torne-se ineficaz, uma vez que procura somente instigar ações de cunho paliativo, sem a adoção de posturas que visem a formação de cidadãos críticos e democráticos. A interpretação vinculada a esta visão linear aponta para a construção de uma consciência alienada, uma vez que opera através de raciocínios excludentes, desconsiderando a interpretação integrada na busca de soluções referentes a questão ambiental.

É nesta mesma ótica que podemos ressaltar que a adoção de uma visão simplista e individualista do ser humano e das relações sociais possibilita a construção de uma lógica egoísta e destrutiva, permitindo a interpretação das relações como o fator condicionante à crise ambiental. Frente a isso, as possíveis transformações da realidade passam a ser visualizadas somente através de mecanismos tecnológicos ou vinculadas a alterações dos padrões comportamentais. Corrobora neste sentido a afirmação do Voluntário da Instituição E, que representa claramente a idéia da individualização enquanto prática comum, desconsiderando o poder organizativo e reivindicatório da sociedade, que suprimem os processos ideológicos em prol da execução de ações individuais, ou até mesmo, a negação da participação como um importante elemento na constituição de um novo modelo societário.

As pessoas não se dão muito sem o retorno financeiro e todo mundo acha que é o poder público que tem que fazer, ou esperar por uma ONG, ou uma prefeitura, todo mundo sempre espera, mas nunca faz nada.

Voluntária- Instituição E

Desvinculados desta postura individualista, o Gestor da instituição D afirma que a postura adotada pela instituição transcende as ações pontuais, buscando através de ações contínuas a consecução de práticas ambientais que possibilitem a formação de cidadãos enquanto sujeitos críticos.

Nós não mudamos os objetivos, sempre aquilo, e uma das nossas discussões são sobre as intervenções que eram sempre pontuais, e hoje, quando chamam para as coisas pontuais nós nem vamos, porque são sempre paliativos, intervenções pontuais, sem continuidade, é sempre paliativo . Um exemplo é o arroio Cadena, quando chamam para tirar o lixo.

E isso acho que é pela vivência que se tem, por que vejo os outros..... e nós temos inúmeros colaboradores, e se um deles quiser ir lá tirar o lixo, tudo bem. Mas nós, enquanto filosofia, nós não concordamos.

Gestor Instituição D

A efetivação de projetos pontuais, cuja execução passa a desconsiderar importantes elementos como a organização, a mobilização e a articulação com outros setores da sociedade, têm resultados paliativos. São ações destinadas somente ao suprimento da atuação do Estado, não resultando efetivamente em práticas que garantam direitos essenciais como a igualdade e a justiça. É nesta mesma lógica que se torna essencial a valorização do conhecimento e da prática, a fim de evitar a simples transmissão de conhecimentos, desconsiderando a formação de sujeitos autônomos frente a sociedade, partilhando de uma postura desprovida de atuação crítica.

A visão unilateral e fragmentada insiste em explicar a totalidade tomando como aspecto essencial unicamente as partes. Procede-se uma sequência de explicações dicotômicas e fragmentadas, contribuindo desta forma para a compreensão despolitizada, alienada e redutora do problema. Esta percepção torna-se visível no fragmento abaixo, uma vez que fica evidente a postura fragmentada, pautada em ações e práticas desvinculadas de uma compreensão da realidade. Aponta posicionamentos pontuais, desconsiderando o aspecto reflexivo como parte essencial.

Estamos trabalhando em todos os projetos estas partes (ambiental) por que usamos papel reciclado. A gente reaproveita papel, retalhos de tudo que é tipo. E esse papel é reaproveitado para fazer cartões, envelopes.

Gestor Instituição A

Já a fala do Gestor da Instituição C aponta para um cenário de descrédito das Organizações coletivas, resultantes do cumprimento e da efetivação dos processos burocráticos, reproduz-se a lógica do Mercado uma vez que a atuação passa a ser recompensada somente pelo viés econômico.

Então isso desmobiliza essa fiscalização, essa burocracia e estas leis que não são feitas para as OSCIPs, são feitas para as prefeituras e isso incomoda, porque ninguém quer estar se incomodando, além de pagar para trabalhar e sempre estar com alguém do governo com uma lupa em cima, procurando para ver se não acha uma formiguinha fora do lugar.

Gestor Instituição C

Nas palavras de Loureiro, a educação ambiental convencional passa a ser definida como:

[...] está centrada no indivíduo [...] Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relação corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, com uma tendência a aceitar a ordem estabelecida como condição dada, sem crítica às suas origens históricas. O importante para esta vertente não é pensar processos educativos que associem a mudança pessoal à mudança societária como pólos indissociáveis na requalificação de nossa inserção na natureza e na dialetização entre subjetividade e objetividade (LOUREIRO, 2004-b, p.80)

Tomazzeti (1998), afirma em sua obra que a problemática ambiental não deve ser compreendida unicamente a partir da degradação dos recursos naturais ou da má qualidade de vida, tampouco faz referência a harmonia perdida entre o homem e a natureza, trata-se, pois de um processo de investigação sobre a própria razão sustentadora do dualismo sujeito- objeto recorrente no seio da civilização ocidental.

4.4.1.2 RECIFE 2- Prescrição

O recife representado pela prescrição pode ser definido como aquele em que a problematização passa a ser desconsiderada, os problemas passam a ser discutidos ou simplesmente visualizados através de um abandono da perspectiva crítica, sem um questionamento aprofundado a respeito de suas causas, suas consequências e sua relação com o entorno. Busca-se a solução destes empasses ambientais através de ações predefinidas, também nominadas como a prática da adoção de “receitas prontas”.

A prescrição apela a uma prática acrítica e instrumental, e através da adoção de medidas de sensibilização, ou até mesmo, sem elas, como pode ser visualizado na fala do Gestor da Instituição F, ao proferir a resposta das questões 8, 9 e 10²³ da entrevista, as quais fazem referência à filosofia de trabalho, suporte teórico, gestão e discussão e planejamento das atividades. Estas práticas, desconexas de um processo reflexivo buscam a mitigação e minimização dos problemas através de medidas cujos resultados são mudanças efêmeras de comportamento.

E outra coisa interessante é caixa de leite, a gente pega e planta mudinha de árvore, deixa embaixo das árvores, e no dia da árvore eles montavam três pontos no bairro e entregam estas mudas e em troca eles ganham moedinhas.

²³ Questões 8, 9 e 10, respectivamente. **8.** Quanto à filosofia de trabalho, a ONG busca suporte teórico para as suas práticas? (O processo de planejamento e gestão das atividades é elaborado com base em alguma filosofia ou teoria?) **9.** Em caso afirmativo qual e como estas informações são trabalhadas com o restante da equipe? **10.** O planejamento das *atividades é realizado de que forma? (decisão coletiva ou decisão da equipe gestora)*

...mas para nós a discussão é ferrenha, nós trabalhamos mais para nós, montando, projetando e organizando. As mudinhas (...) sempre levando para as escolas. Vamos usar sempre o mais barato, e já que vai botar fora, aquilo vai fora. E também, não é se não fizemos nada a natureza vai contra nós, não é isso, a gente faz um trabalho exclusivamente por quê? Porque pode ser usado que é mais barato, todo mundo tem, tem em qualquer canto.

Gestor da Instituição F

Visualizamos uma situação em que as receitas prontas e a total falta de problematização e questionamentos são situações recorrentes em instituições representativas da sociedade civil, deixa-se de lado construção coletiva do saber e parte-se para práticas cujo potencial crítico é praticamente nulo. Desconsidera-se o diálogo como um importante elemento na constituição e efetivação deste processo.

Outro fator de extrema importância ao nos referirmos à prática relacionada à Educação Ambiental vincula-se a idéia de “terrorismo ambiental” amplamente difundido pela mídia. Nesta abordagem, os meios de comunicação personificam as questões ambientais e atribuem a elas um status de enfermidade, passa a ver a “natureza na UTI”, onde as ações para a reversão deste processo devem ser imediatas e automáticas, desconsiderando a construção coletiva do conhecimento e primando por soluções baseadas em preceitos tecnológicos. Vincula-se a esta lógica campanhas direcionadas a questão da reciclagem de resíduos sólidos. Porto Gonçalves faz alusão em sua obra a uma prática comum correlacionada aos preceitos ambientais.

...onde a gravidade dos riscos com que o planeta se defronta... contrasta com as pífias e tímidas propostas do gênero “plante uma árvore”, “promova coleta seletiva do lixo” ou desenvolva o ecoturismo. (PORTO GONÇALVES, 2006). p.334

O conhecimento do meio físico, seja ele natural ou construído, e as relações da sociedade com a natureza, são fundamentais para a compreensão da crise ambiental. Diante desta reflexão, podemos perceber que os processos que ocasionaram a problemática ambiental deparam-se com elementos provenientes também do mundo cultural, vinculados aos modos de agir, pensar e perceber o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência de diversos elementos na constituição e manutenção da vida.

Nas palavras de Leff, “(...) o saber ambiental retoma a questão do ser no tempo e o conhecer na história (...). A problemática ambiental mais do que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento”. (LEFF, 2001, p.19). Em

palavras do Gestor da Instituição E, o envolvimento com a questão passa pela ótica da responsabilização, através de alterações de padrões de comportamento.

A gente envolve eles, discute, fala com e eles se sentem responsáveis e se alguém vai mexer nas árvores eles vão lá e ops! Dizem, não mexe!
Gestor Instituição E

A atuação dos educadores ambientais pode limitar-se por vezes a atitudes de instrumentalização e sensibilização da problemática ecológica, reafirmando e reproduzindo um modelo capitalista autodenominado como verde, que, no entanto, desconsidera os limites e paradoxos sociais. Torna-se necessário a busca de uma educação ambiental comprometida efetivamente com a transformação do modelo societário, oferecendo elementos que possam, efetivamente, desconstruir os padrões impostos pela modernidade.

Ao efetuar uma análise a respeito do *corpus* discursivo percebe-se o efeito de presença/ausência gerados pela utilização de pronomes. A forma exclusiva da terceira pessoa funciona de maneira singular, na medida em criam efeitos: ao mesmo tempo que se fala de si próprio, refere-se também ao outro, o que imprime características de distanciamento. Ao proferir na citação acima o pronome ele, verifica-se um situação de ausência na medida em que o locutor (aquele que fala) coloca-se distante, isento do processo.

Ao buscarmos a efetivação de uma educação ambiental crítica e emancipatória devemos considerar a complexidade dos processos, visualizando o homem enquanto um elemento da natureza, deixando de lado a concepção de observador, explorador e dominador. Nesta perspectiva, cabe ao educador ambientalista, ao mesmo tempo em que almeja mostrar caminhos para o enfrentamento destas questões, sentir-se parte integrante do processo, na busca constante de uma prática emancipatória. Para tal, torna-se essencial somar-se ao coletivo na busca e resolução dos problemas, deixando de lado uma atuação baseada em um patamar de observador, deixando a categoria de instrutor para sentir-se parte do processo.

[...] um olhar ponderado entre as múltiplas dimensões da complexidade ambiental, criando novas denominações para renomear a educação que já é adjetivada de “ambiental”, para que a EA seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental (LAYRARGUES, 2004, p.12).

A busca de práticas que considerem somente a ótica da sensibilização, desconectada de um processo de reflexão atribui ao processo um caráter messiânico e desconectado de resultados efetivos. A formação de sujeitos críticos pressupõe a necessidade de construção coletiva do saber, desconsiderando ações pontuais e direcionadas.

Mas a gente não chega na cabecinha das crianças, e na maioria dos lugares, é ou não é verdade? e faz uma lavagem cerebral, e diz, se você fazer isso amigo, você vai para o céu., não existe isso. Mas se encontrar uma folha do chão, eu peço, recolhe dali para a gente colocar lá com as nossas.

Tem um projeto na outra instituição que eu trabalho que é reflorestamento e este projeto é para juntar dinheiro para a formatura deles. Eles vão usando as caixas de leite e vão colocando lá em baixo da árvore, depois eles vendem as mudas.

Gestor Instituição F

A efetivação de um processo educativo crítico e emancipatório pressupõem a aceitação de que este não pode ser um processo neutro e objetivo, destituído de valores, interesses e ideologias. A educação deve ser compreendida como uma construção social composta por valores e escolhas, podendo assumir um papel de conservação da ordem social, na medida em que reproduz valores e ideologias de um modelo de desenvolvimento social, ou comprometida com um potencial emancipatório ao passo em que fornece subsídios para a discussão e compreensão dos pressupostos da modernidade, comprometidos com a renovação política, cultural e ética da sociedade.

Como o recurso é do nosso bolso, a gente diz que estamos investindo em cabeças e que não vamos sair se não investirmos em cabeças. Eu tenho um sentimento que aqui nós investimos muito em equipamentos, mas em cabeças, muito pouco, então quando eu vejo um PAC investindo só em cabeças, em obras, e não mudam em nada a cabeça da pessoa que vai morar ali.

Gestor Instituição D

O entendimento da questão sob uma ótica reducionista não favorece a tomada de iniciativas em direção a uma nova postura, tampouco aponta os verdadeiros elementos essenciais para este redirecionamento. A redução ou até mesmo a desconsideração da necessidade de discussão e transformação do direcionamento da sociedade fica evidente na fala acima, percebe-se que a instituição busca, através de seu discurso, evidenciar a necessidade de uma redefinição da postura do poder público,

uma vez que este investe no suprimento de recursos estruturais, priorizando as técnicas e as tecnologias.

Ao definirmos a questão ambiental enquanto um problema de natureza tecnológica, ou considerando-a como exclusivamente um problema de natureza estamos dilacerando a complexidade real do problema, esvaziando a representação de suas dimensões políticas, sociais e culturais. O abandono efetivo deste recife pressupõe a necessidade de renovação dos valores e das práticas culturais, reafirmando a necessidade de conjugar estas mudanças não somente no plano individual, mas ampliando-as ao plano comunitário.

4.4.1.3 RECIFE 3- Preconceito

Este recife faz menção à prática interpretativa vinculada a uma visão neomalthusiana ou ecofacista, a qual proporciona interpretações equivocadas, correlacionando questões que atribuem visões dúbias, inconsistentes e preconceituosas. Sob a lógica deste recife, a crise ambiental passa a ter correlação direta com o crescimento populacional, associa-se para fins de interpretação os elementos riqueza e cultura, onde a ausência de qualquer um destes passa a ser indicador de dificuldades de gestão ambiental e qualidade de vida.

A associação precipitada das questões aos indicadores acima citados possibilita uma interpretação acrítica a respeito da questão, vincula-se a este recife a utilização de elementos coercitivos para a gestão ambiental, podendo ser materializados na forma de instrumentos de fiscalização, ao invés da busca de argumentos que possibilitem a interpretação e análise crítica da questão ambiental. Como pode ser visualizado nos apontamentos realizados pelo Voluntário da Instituição B, a fiscalização passa a ser um método de fiscalização mediante a ausência de um processo reflexivo.

A gente vai montar o programa, integrando a ação e a fiscalização, porque se a gente faz a ação e não faz a fiscalização, não funciona, as pessoas não cuidam se a gente não fiscaliza. Não dá para ficar fora disso, a gente sabe que todo o país tá se mobilizando e se não for assim, o que vai ser de nós, cada vez tem mais pessoas no mundo e menos pessoas cuidando, tem que fiscalizar.

Voluntário da Instituição B

A ótica de trabalho proposta pelo voluntário acima aponta para uma efetiva desconsideração do potencial emancipatório da Educação ambiental, uma vez que apresenta explicações a respeito da questão através da adoção de uma perspectiva

dotada de um preconceito social, uma vez que desconsidera o potencial crítico e transformador do componente educativo. Atribui a responsabilidade de uma efetiva transformação considerando como solução, apenas as ações voltadas à fiscalização. Esta visão simplista da questão desconsidera o contexto maior em que a crise ambiental encontra-se inserida, aponta somente para a culpabilização do homem, definindo-o como elemento prejudicial ao ambiente.

4.4.1.4 RECIFE 4- Redução

A interpelação discursiva efetuada única e exclusivamente através da lógica da reciclagem atribui à educação ambiental uma condição de educação adestradora, pois sua prática não concede subsídios para a constituição de indivíduos críticos. Brugger (2004) salienta o potencial adestrador desta prática, uma vez que se cria uma mentalidade direcionada a consecução e a realização de ações pontuais e reducionistas, desconsiderando a lógica complexa da questão ambiental.

Esse material aí é um ensinamento, quando a gente pega os jornais, o papel, as garrafas a gente tira da natureza essas coisas que vão atrapalhar e aí tira essas coisas da natureza para ajudar.

Gestor Instituição E

Ao analisar o contexto do discurso do Gestor da Instituição E, cabe destacar a necessidade da realização de uma etapa anterior, pautada na discussão integrada do tema, buscando a construção de uma reflexão conjunta a respeito da destinação dos resíduos sólidos. Tem-se a urgência do abandono de ações vinculadas a uma perspectiva de adestramento, através do reforço com a preocupação das condutas individuais, frente a isto, podemos retomar o discurso proferido pelo Voluntário da Instituição B, já transcrito anteriormente, o qual faz referência à necessidade da efetivação de ações de fiscalização na busca da mudança de comportamentos.

A gente vai montar o programa, integrando a ação e a fiscalização, porque se a gente faz a ação e não faz a fiscalização, não funciona, as pessoas não cuidam se a gente não fiscaliza. Não dá para ficar fora disso, a gente sabe que todo o país tá se mobilizando e se não for assim, o que vai ser de nós, cada vez tem mais pessoas no mundo e menos pessoas cuidando, tem que fiscalizar.

Voluntario da Instituição B

A ênfase na ação através da mudança comportamental perde seu sentido na medida em que os motivos subjacentes para esta real transformação são subjugados.

Em verdade, práticas desconexas de um processo maior de reflexão passam a ter resultados efêmeros, torna-se necessário situar a prática educativa através de ações que possibilitem transformações que perpassem a lógica comportamental.

Na verdade hoje está dinamizado, em qualquer canto o pessoal fala muito em reciclagem e educação ambiental em tudo o que é parte. Então só nesse curso que nós fizemos (...). Nós só mostramos para eles que eles podem reciclar o material e fazer aquelas cabeças de reciclado, mas dar a folhinha para eles não, isso não tem. Não trabalhamos porque primeiro porque é gurizada.

Gestor Instituição E

Visualizamos atualmente um modelo de educação ambiental centrado em instruções inacabadas, calcadas somente na afirmação e reprodução do atual modelo de desenvolvimento. Conforme aponta Carvalho

“é preciso recolocar os objetivos da prática educativa, situando-os para além da esfera comportamental. Se a educação quer realmente transformar a realidade não basta intervir na mudança dos comportamentos sem intervir nas condições do mundo em que as pessoas habitam.... Neste sentido, podemos redefinir a prática educativa como aquela que, juntamente com outras práticas sociais, está implicada no fazer histórico, é produtora de saberes e valores e, por excelência, constitutiva da esfera pública e da política, onde se exerce a Ação humana. (CARVALHO, 1992 p.33)

Em verdade, necessitamos desenvolver perspectivas de atuação frente à questão ambiental que possibilitem a efetiva aproximação entre teoria e prática, buscando, através de uma análise complexa perceber o ambiente de forma integrada, desconsiderando a perspectiva linear de análise e compreensão dos fatos.

Morin (2000) faz inferência à necessidade de avançarmos para além do pensamento reducionista e do pensamento holista, pois estes são mutilantes. O primeiro desconsidera a visão do todo em prol da visão das partes, e o segundo mutila a visão das partes em prol da visão do todo. Nas palavras do próprio autor adquire um sentido paradigmático, "a complexidade não é um conceito, mas uma forma de enxergarmos a realidade". (MORIN, 2000, p.73)

Na educação ambiental é sempre resíduos sólidos e como preservar o meio ambiente, é sempre estes temas. Sempre estes que são discutidos, É isto o que a gente tem que trabalhar.

Voluntário Instituição B

Visualiza-se uma importante afirmação na fala do gestor acima, quando o mesmo enfatiza o fato de não discutir a educação ambiental tomando por base os elementos da prescrição, através de pregações doutrinárias ou até mesmo panfletárias, as quais são amplamente apoiadas pela logística da mídia, que por sua vez imprime a questão ambiental um caráter de urgência e até mesmo catastrofista.

A adoção de uma abordagem reducionista, por vezes, através de uma visão catastrofista não opera qualquer alteração quando nos referimos a adoção de uma postura crítica, apenas contribui na constituição de um sentimento de culpabilização e imediatismo que acabam instigando a adoção de mudanças de posturas através de uma lógica comportamental, pautadas em ações vinculadas a necessidade de separação do lixo, redução do consumo de água ou qualquer outra do gênero, sem primar pela reflexão coletiva e pela valorização dos espaços coletivos.

Cabe ressaltar que não se trata de desqualificar qualquer ação acima mencionada, mas objetiva-se chamar a atenção para o seu caráter reducionista quando observa os efeitos da degradação sem relacioná-los às causas, ou seja, constata a ocorrência do problema ambiental sem questionar como o problema foi produzido socialmente. Essa abordagem superficial tende a conservar o problema verificado e todo o sistema socioambiental, econômico e político que o criou.

4.4.1.5 RECIFE 5 - Convalidação

A conversão do progresso em acumulação de capital atribuiu à natureza uma mera condição de produção. Os limites desta transformação são hoje evidentes e alarmantes, acumulamos irracionalidades e enfrentamos o perigo eminente de catástrofes ecológicas e sociais. A tão almejada transformação pressupõe a repolitização da realidade e o exercício crítico da cidadania individual e coletiva. (SANTOS, 1997).

Ao refletirmos sobre os conflitos materializados entre os princípios da sustentabilidade e a lógica imposta pelo mercado fica evidente a existência de uma incompatibilidade em sua efetiva aplicação. Pode-se mencionar a concentração e centralização de renda e poder, atuação de grandes empresas e burocracias governamentais, o desemprego estrutural endêmico, e as desigualdades internas. Todos esses processos limitam a liberdade e a independência dos indivíduos, inviabilizam a existência de uma democracia participativa, comprometem a preservação dos recursos naturais e multiplicam o exército de excluídos da modernidade.

Vinculam-se a este recife as práticas concernentes a adoção do *Greenwashing* enquanto logística de gestão e trabalho das instituições, sua incorporação baseia-se na criação de alternativas recorrentes ao campo da sustentabilidade que apresentam soluções em uma perspectiva reducionista. Para exemplificar estas ações, pode-se fazer menção a inserção de técnicas de reciclagem tomando por base uma perspectiva reducionista, como resultado, observa-se um aumento na demanda de material reciclável uma vez que a incitação do processo de reciclagem como "forma de salvação da Terra", passa a estimular um aumento no consumo. Enfim, estruturas cuja lógica de atuação deveriam estar inscritas na alteração dos rumos do processo social acabam validando o sistema vigente uma vez que apontam esta solução como única, plausível e rentável para a questão ambiental.

O ambiental ainda não tem nada prático, somente planejamento, a não ser participações em reuniões, não com aquela missão efetiva. Por uma visão ampla da necessidade e da importância do tema né, e inclusive nesta parte de apoio de recursos.

Gestor Instituição B

O capitalismo verde passa a ser produto deste processo de convalidação, na medida em que as práticas de educação ambiental de ordem tradicional desconsideram as relações de poder contidas no interior da sociedade. Esta postura repudia a crise ambiental, no entanto atribui como única solução para a crise a inserção na lógica do capital, vinculados a aceitação dos preceitos do Mercado. Pode-se verificar através das falas apresentadas a adoção de posturas concernentes com a lógica imposta pelo mercado, atribuindo a questão ambiental outra interpretação, unicamente baseada na filosofia do capital, reduzindo efetivamente o potencial crítico e colocando-a como alternativa economicamente viável às instituições.

O ambiental....este para nós é uma das prioridades por 2 eventos que eu participei, onde voltei de um deles até mesmo me criticando. **Isso hoje se dá pelo contexto mundial (Copenhagen) e pelo interesse dos países em instituir projetos com conteúdos e eles tem dinheiro para isso.**
(grifo nosso)

Gestor Instituição B

Torna-se a cada dia mais frequente esta interpretação calcada sob a perspectiva do mercado. Vislumbra-se uma grande adesão das instituições da sociedade civil organizada e também das empresas, as quais passam a optar por um capitalismo verde. Nesta lógica Ferreira (1998 p.25) aponta que "uma economia globalizada e um desenvolvimento tecnológico pleno eliminariam definitivamente possibilidades de

modelos de sustentabilidade” No entanto, a lógica do capital ainda pode ser visualizada por algumas pessoas como a única solução para a crise, realizada nas mais diversas escalas.

Visualiza-se também no interior deste recife a internalização dos preceitos neoliberais onde, o Terceiro Setor passa a ser visto enquanto parceiro do Estado na execução das ações e serviços. Estimuladas pelo discurso ideológico da ineficiência do Estado e pela transferência das políticas sociais para a esfera privada, a sociedade civil organizada passa a se responsabilizar pela efetivação de políticas públicas antes de responsabilidade do Estado passando a atuar como meros apêndices ou instrumentos da ação estatal.

A princípio é papel do Estado, mas o Estado não consegue. Então eles deveriam dar mais condições para a gente. Porque o que o Estado faz com muito dinheiro, as instituições privadas fazem muito mais com muito menos. Na Fase uma criança custa 11 mil reais por mês, e uma criança em um abrigo ou instituição nunca irá custar isso. Então, nós deveríamos ter mais recursos, mais amparo e mais reconhecimento.

Suprir alguma lacuna, onde, o primeiro e o segundo setor não funciona então entra ali o papel das ONGs ou deveria ser assim! por que me parece assim que uma ONG como a nossa tem uma visão bastante ampla da coisa e é capaz de detectar determinadas falhas, aqui e lá e é a nossa pretensão cobrir estas lacunas porque a gente sabe que o executivo não consegue fazer tudo, que não é possível. Que eles não tem equipe técnica e nem estrutura necessária para cumprir todos os projetos, então, entrariam ali as ONGs neste sentido, de ajudar, de colaborar nas ações.

Gestor da Instituição A

Aqui no Brasil e no mundo, funciona o terceiro setor por ineficiência do primeiro e do segundo. Porque as ONGs na Europa recebem perto do Natal um programa de televisão para arrecadar recursos, eles têm três programas de televisão, eles arrecadam oito milhões de euros. E esse dinheiro não é para doença e fome, na Ásia e na África, para o Brasil tem o Programa os Três Reis Magos, que uma parte é no Brasil e o que mostra: Índio na Amazônia. E eles vêm resolver o problema aqui que é função do governo resolver. Então o terceiro setor aqui tem que existir, fundação, ONG ou sei lá tem que existir porque o governo não faz, mas é bem diferente da Europa. Isso vai 30 anos mais e vai deixar de existir, porque tem que moralizar o governo, porque se um senador pode ter oito assessores, então, dinheiro existe, mas ele é mal aplicado ou mal direcionado ou também não chega onde tem que chegar.

Gestor da Instituição D

Neste sentido, as instituições da sociedade civil organizadas passam, em uma ótica neoliberal, a suprir as deficiências do Estado, limitando-se quase que exclusivamente a atuar na execução de projetos, desvinculando-as efetivamente de seu significado sócio-político característico dos movimentos sociais.

O Estado tem se dar conta também que este trabalho das Oscips, das Ongs, das fundações não é um tapa furo do estado, não é privatizar a ação do Estado. Então as associações, as oscips, as fundações e as cooperativas, elas tem uma função social mas que não é para estar entrando onde o Estado não vai, elas são complementares ao Estado.

O Estado tem que entender que estas instituições são parceiras dele, não inimigas dele, não são opositoras. Então o Estado tem que criar condições que facilite o acesso do recurso, e que essa facilidade do acesso não é picaretagem, toma o cheque e faz o que tu quiser, não, porque tem os órgãos e é todo mundo fiscalizando e eu não vejo como ser impossível fazer uma coisa simples

É importante o terceiro setor, mas o Estado tem que ter bem claro que o Terceiro Setor não é tapa-furo, não é válvula de escape e nem política compensatória, que o terceiro setor é uma instituição que tem que ser respeitada como é o primeiro setor, como é o segundo e não como que diz: vamos dar um dinheirinho para aqueles cara brincar lá e depois da o resultado, a gente vai e tira uma foto junto e vamos embora. Não pode ser isso né!

O terceiro setor é mais uma esfera que tá aqui para cumprir seu papel e também para conscientizar a sociedade civil que a sociedade civil é importante na composição desta estrutura que a gente vive. Que também as pessoas tem muito de pensar que é tudo pelo governo, e não! É conosco também, afinal os impostos que o governo executa as obras é com o nosso dinheiro, aqueles que estão governando são eleitos por nós, a cidade quem mora somos nós, afinal, nada mais licito, justo, legal e que faz com que a cidadania seja exercida que a sociedade civil se organize e comessem a compor também tensionando claro, mas compondo..... compondo e tensionando ao mesmo tempo.

Gestor da Instituição C

Em contraposição a fala anterior, o Gestor da Instituição C aponta para a efetivação de práticas que possibilitem o abandono dos recifes, para tal incita a tomada de consciência a respeito do efetivo papel do Terceiro setor frente ao Estado, um processo crítico e emancipatório que atua em contraposição a dinâmica imposta pelo capital. Em termos concretos, isso significa atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, objetivando a constituição de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade.

4.4.2 Arquipélagos: condições para a navegação crítica e emancipatória da Educação Ambiental

4.4.2.1 ILHA 1- Dialógica

A adoção de uma postura pautada na relação dialógica pressupõe a indissociabilidade entre teoria e prática, tomando por base a adoção de elementos

interpretativos desvinculados de um saber linear, valorizando a experiência e os saberes tradicionais. Como afirma Paulo Freire: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1998, p. 24).

Frente a isso, a sua efetivação pressupõe a constituição de espaços de diálogo e valorização do conhecimento à medida que possibilita a integração e a troca de saberes. Nas palavras do Gestor da Instituição F visualiza-se a uma apologia à prescrição de receituários, em contraposição ao apontado por Paulo Freire, autor referência para a discussão de uma educação ambiental crítica, “Ninguém aprende sozinho. Tampouco ninguém ensina ninguém. Educadores (as) e educandos(as) aprendem em comunhão, mediatizados(as) pelos conhecimentos e saberes.” (FREIRE, 1987, p.68). A negação desta ilha fica evidente na medida em que a instituição passa a desconsiderar o potencial transformador dos espaços de discussão e aprendizagem coletiva.

Se tu aprendeu, tu tem que ensinar, se tu aprendeu tem que passar para alguém. Não adianta se não passar adiante, tem que passar adiante e desta maneira você planta a tua sementinha.

Gestor da Instituição F

(...) A nossa linha é humanística, mais na linha de Paulo Freire e por isso não admitimos fazer coisas pontuais, porque não leva a nada, não tem continuidade. Vamos fazer uma palestra de educação ambiental, vamos! Mas a educação é continuada, e até nem devíamos dizer continuada.

Gestor Instituição D

Nesta lógica, a presente ilha se efetiva através da busca constante da constituição de espaços de diálogo enquanto importantes ferramentas na constituição de conhecimentos através de reflexões conjuntas. A visualização desta prática se dá na fala do gestor da Instituição D, o qual aponta ações executadas pela sua instituição com base na efetivação destes espaços primando por processos reflexivos e dialógicos construídos em conjunto com a comunidade.

Por que lá, no norte da cidade, a gente achou uma associação de bairros e moradores bastante organizada e por isso procuramos eles, lá a gente dialoga e constrói as coisas em conjunto.

Esse tipo de atuação que nós buscamos, porque senão fica uma ONG assim... tu tem que interligar a questão, tem que buscar o diálogo.

Gestor da Instituição D

A dialogicidade marca a construção real de uma interação concreta entre as pessoas, visto que, pela liberdade, nos estabelece no mundo e com o mundo na qualidade de sujeitos. Sua atuação pressupõe a efetivação de um modelo educativo e

de sociedade pautado na humanização uma vez que rejeita todas as fórmulas de manipulação e tomando o indivíduo como elemento essencial ao processo.

Começamos as atividades com a promoção do turismo sustentável, nos encabeçamos um movimento de trazer árvores petrificadas para a praça (...) buscamos consultar todos os órgãos: prefeitura, promotoria, secretaria de turismo e toda a comunidade estava envolvida, ia ser uma alternativa para a comunidade, , mas fomos denunciados no Ministério público porque a gente mexeu no patrimônio da União.

Nós tivemos uma outra atividade forte chamado de Movimento pela cidadania que era com a Câmara de Vereadores, porque eles gastavam um horror, teve uma época que a mídia bateu em cima dizendo que eles (os vereadores) viajavam para fora, para ir nas praias. Então a gente fez um movimento aqui, **mobilizamos e discutimos com a comunidade e fizemos um abaixo assinado com mais de trinta por cento dos eleitores**, o objetivo era para moralizar a câmara né, e os gastos, mas nem sempre se consegue muita coisa, mas aí via promotoria iniciamos uma ação e uma série de processos, os vereadores tiveram que baixar dinheiro, devolver dinheiro. Isso já faz uns três anos. E esse movimento foi bem forte, conseguimos juntar quase cinco mil assinaturas **e funcionou como um projeto popular** porque a lei orgânica permite que um número “x” possa fazer isso tanto na esfera municipal, estadual e federal.

Gestor da Instituição E

A efetivação destes espaços de diálogo cujo foco central passa a ser a atuação conjunta através de projetos com a comunidade, representa a efetivação de práticas dialógicas, uma vez que optam pelo abandono de receitas prontas.

4.4.2.2 ILHA 2- Complexidade

Os discursos ambientalistas buscam a reconstituição da unidade perdida entre o homem e a natureza. A educação ao assumir a alteridade enquanto elemento de partida supõe o diálogo como abertura, este diálogo não busca a coerência ou consenso por meio de uma racionalidade baseada em um discurso construído desde fora da relação, mas busca a unidade de uma pluralidade (MAKIUCHI, 2005). Carvalho *apud* Guimarães:

o indivíduo é o grande responsável pelo futuro do planeta, dependendo apenas de seu “livre-arbítrio” a condução das questões ambientais [...]. O indivíduo responsável, que esse discurso afirma, resulta da visão liberal de sociedade. Nesta concepção o indivíduo é a célula do organismo social, e a sociedade resulta da soma de seus atos, portanto, os interesses majoritários conduzirão a história. Resta então um apelo aos indivíduos e às instituições – que também são tratadas atomizadamente – para que cada um deles tome consciência e se comprometa com a causa ambiental. (2000, p. 53)

A educação ambiental na perspectiva de uma pedagogia da alteridade cria possibilidades de relações com e no mundo de forma responsável, através da

emergência de um discurso crítico, pautado no diálogo de saberes e de encontros de alteridades.

O grande foco do nosso trabalho é o desenvolvimento sustentável, e o que a gente entende por desenvolvimento sustentável. É o desenvolvimento econômico, ambiental e social dentro de um ambiente político institucional democrático. Tem que ter o desenvolvimento econômico? Tem, mas não pode desrespeitar a parte social e nem a ambiental, ou o inverso, respeitar só o meio ambiente e deixar o resto. Essa é a nossa diretriz de funcionamento é essa de desenvolvimento sustentável. (..) A gente trabalhava a questão ambiental não separada, é uma visão sistêmica, é trabalhar ela como foco de desenvolvimento. Que do ambiente, as pessoas que vivem ali, possam viver, se desenvolver, ter uma renda para a sua família, para se manter, respeitando o meio ambiente como uma ferramenta e não como algo isolado.

Gestor da Instituição C

A efetivação desta ilha pressupõe a busca contínua da integração de diferentes áreas do saber, através do abandono de ações reducionistas que primam pelo conhecimento unitário. Suas ações articulam questões sociais e ambientais objetivando o desenvolvimento homogêneo e integrado.

Trabalhamos em um projeto de alternativas a produção de fumo, sei que não é a melhor cultura, mas também sei que não tem outra que consiga bater o tabaco na renda, que o que acontece com o fumo: tem o técnico que vai lá, e o agricultor não sai de casa, “os caras” vêm buscar o fumo na casa dele, levam e pagam ele. Este é o grande mérito da indústria fumageira. Por outro lado polui pelo uso excessivo de veneno, a terra que se planta fumo tem que fica 4, 5 anos parada para colocar outra cultura e sem contar o tabaco, o mal que faz porque é a segunda ou terceira causa de morte no país. O resultado foi, que em um grupo de 20 pessoas, 8 fizeram a reconversão e de forma bem rápida até, e o melhor que sem prejuízo nenhum. Eles começaram a plantar outras coisas, eles começaram a trabalhar com moranguinho, começaram a trabalhar com horta e até hoje não voltaram mais para o fumo, e isto é uma questão ambiental muito importante, ambiental e social também.

Gestor da Instituição C

Percebe-se através da ação acima a efetivação dos indicadores propostos para a concretização desta ilha, tal afirmação se justifica à medida que pode-se perceber que a efetivação de trabalhos através da atuação de equipes multidisciplinares passa a transcender a lógica da soma de conhecimentos advindos das mais diversas áreas, passando para a atuação conjunta, na forma de integração de saberes. A busca de ações que tomem como referência a atuação sistêmica e integrada possibilita a constituição de novos cenários, transcendendo ações pontuais e paliativas propiciando a execução de projetos em um contexto maior.

Este saber ambiental sendo fruto de um diálogo de saberes será transdisciplinar na origem, pois transcende o conhecimento ancorado na relação com objetos, isto é, a relação com um mundo dado, transparente aos sentidos. Questiona a própria realidade como algo linear e reificado e põe em questão o discurso moderno e globalizante que homogeneiza a pluralidade cultural e a diversidade (MAKIUCHI, 2005).

4.4.3 Os portos: locais de apoio a navegação crítica e emancipatória

A educação se concretiza pela ação em pensamento e prática, pela práxis, em interação com o outro no mundo. Trata-se de uma dinâmica que envolve a produção e reprodução das relações sociais, reflexão e posicionamento ético na significação política democrática dos códigos morais de convivência. Educar é ação conservadora ou emancipatória (superadora das formas alienadas de existência); pode apenas reproduzir ou também transformar-nos como seres pelas relações no mundo, redefinindo o modo como nos organizamos em sociedade, como gerimos seus instrumentos e como damos sentido à nossa vida. Isto não significa vê-la como o meio singular para a mudança de valores e de relações sociais na natureza e nem como dimensão descolada da dinâmica societária total. É uma dimensão primordial para se alterar nossos padrões organizativos, mas não deve ser pensada como “salvação”, ignorando-se as demais determinações sociais nas quais estamos envolvidos. Este é um aspecto de grande relevância a ser mencionado.

4.4.3.1 PORTO 1- Alteridade e Solidariedade

A Educação na perspectiva de uma pedagogia de alteridade cria espaços para o homem relacionar-se com e no mundo de forma responsável, pautada em uma atuação crítica e dialógica. Cria-se espaços que possibilitem o fortalecimento de identidades locais, permitindo a criação de laços de pertencimento e cuidado como forma de resistência a lógica imposta pelo mercado. Fica evidente na fala do gestor da Instituição C que a valorização do potencial local e das identidades locais podem resultar em ações e projetos que vão efetivamente na direção contrária a lógica imposta pelo capital.

Trabalhamos em um projeto de alternativas a produção de fumo, sei que não é a melhor cultura, mas também sei que não tem outra que consiga bater o tabaco na renda (...) O resultado foi, que em um grupo de 20 pessoas, 8 fizeram a reconversão e de forma bem rápida até, e o melhor que sem prejuízo nenhum. Eles começaram a plantar outras coisas, eles

começaram a trabalhar com moranguinho, começaram a trabalhar com horta e até hoje não voltaram mais para o fumo, e isto é uma questão ambiental muito importante, ambiental e social. E isso aconteceu por quê? Porque a gente foi lá e mostrou para eles que eles **podem ter alternativas**, que eles **têm condição para isso**, que não é só o fumo que traz retorno, tem outras atividades que também podem trazer.

Gestor da Instituição C

A valorização e desenvolvimento do local têm como princípio elementos como solidariedade e participação, tendo como base o respeito pela identidade da população local e de cada grupo e pessoa que a integram. Torna-se essencial para a efetivação deste porto o planejamento e a gestão do desenvolvimento com base nos lugares, preocupando-se com as questões socioambientais das localidades, ou seja, um desenvolvimento humano e ecológico que visa à questão econômica como sua consequência e não como um fim. A valorização local permite ao ser humano uma participação efetiva na busca da sustentabilidade da cultura, da identidade e do território.

Eu faço pesquisas e atualmente trabalho com projetos, o meu conhecimento e a minha prática e experiência é a estruturação de projetos e na parte administrativa também que eu colaboro um pouco assim em como funciona o terceiro setor, ate porque eu tenho formação nisso aí, eu tenho algum curso já, que é até o Sebrae que dá isso, que é o curso de gestores para o terceiro setor e até porque eu já venho da administração de uma outra ONG (...). A minha formação é gestão publica, política pública e nisso entra o meio ambiente né!. Hoje eu estou com um programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Santa Maria. E existe dentro deste programa o projeto onde as escolas a partir de agora tem que ter a educação ambiental, os professores e a escola vão ser capacitados para ter isso na escola. A classe de professores vai ser treinada e vai ter isso dentro do contexto escolar. No programa tem **a gestão de resíduos, a educação ambiental e a fiscalização**. E a gente tem um monte de parcerias, cooperativas de catadores, outras instituições e até a própria universidade que vai produzir os carrinhos e padronizar, agora vai ser tudo padronizado, legalizado e fiscalizado.

Gestor da Instituição B

A atuação desarticulada da realidade e do contexto sócio cultural favorece a fragmentação do saber e produz resultados contrários ao objetivo de uma educação emancipatória.

4.4.3.2 PORTO 2- Emancipação

A educação ambiental constitui-se como um instrumento de fundamental importância para a transformação da realidade socioambiental, pois fornece subsídios

para o questionamento dos paradigmas impostos pela modernidade. A Educação Ambiental Crítica surge como uma prática educativa que busca a solução para os problemas ambientais, tendo como principal objetivo uma visão integrada do meio ambiente, a fim de promover o entendimento da realidade e a emancipação dos sujeitos, através da busca individual e coletiva, à solução dos problemas enfrentados.

Pode-se visualizar esta efetiva preocupação ao analisarmos as questões apresentadas pelo gestor da Instituição D, o qual, em sua primeira fala salienta a necessidade de construção de espaços coletivos de discussão como espaços de emancipação social e política, uma vez que fornecem subsídios para a compreensão dos pressupostos da modernidade.

Tem umas instituições que se formam, aparecem, fazem aquele alarde. Entram para valer, cheios de pauta, mas as que são ligadas a partidos políticos e assim não duram. **Fazem alarde, mas chamar para discutir, nada.** Elas somem e a gente queria ter mais algumas para ajudar a gente, bater de frente.

Gestor da Instituição D

Outro ponto salientado pelo gestor, visualizado na segunda fala, refere-se ao papel atribuído às instituições da sociedade civil organizada, as quais, para fins de emancipação social e política dos voluntários e da comunidade a ser representada deve atuar em uma lógica distante da imposta pela política neoliberal. Cabe a estas instituições focar a sua atuação com base em seu potencial combativo e reivindicatório, distanciando-se da posição de “braço do Estado” na efetivação de políticas públicas.

Ai nós nos preocupamos que a xxx não pode só apadrinhar a questão, nós temos que passar para o ente público que ele tem que ter responsabilidade, senão fica assim sem nada, porque desde 1997 fazendo trabalho no Itararé e no Perpetuo Socorro e a prefeitura e a secretaria de proteção ambiental não fazia nada.

Gestor da Instituição D

Torna-se evidente neste ponto a necessidade de conhecimentos e da ação educativa, isto é, a educação ambiental, para ser educação crítica e transformadora, educação emancipatória, tem que ser um processo coletivo, dinâmico, complexo, contínuo, de conscientização e participação social para a sustentabilidade, que articule teoria e prática.

Vamos discutir o assunto, tem que discutir. A lei quer por exemplo ecoturismo! Estamos dentro de um sistema nacional de meio ambiente e dentro do sistema nacional do meio ambiente o Condema é local, tem

Sisnama, tem o estadual e se este sistema não funciona por sei lá o que, como disse aquela vereadora lá disse que é uma fogueira de vaidades. Mas se o próprio executivo não pressiona, não vamos lá bater na cara dura por que nos temos outras coisas.

(...) O conselho de saúde é mais ativo que o Condema. Santa Maria recebe o lixo de são Francisco de Paula, 400km, ninguém sabia. Em parceria com o conselho de saúde, fizemos uma audiência pública, pedimos para a Fepan e ela não quis saber, e no contrato diz que receberíamos lixo em um raio de 100km, e a gente não quis saber, mas acha melhor do que deixar perto do rio Jaguari, ou Itaara. E pela primeira vez estamos trabalhando juntos com a comissão de saúde e educação, é um fato histórico e a gente aproveita isso.

Gestor da Instituição D

Na Educação e na Educação Ambiental, o conhecimento e a ação relacionam-se à transformação, tanto históricas e políticas, como da relação dos sujeitos entre si e com o ambiente em que vivem. Fornecer subsídios a este processo de transformação consiste em elucidar o desenvolvimento e os princípios que regem a sociedade, buscando sempre a elucidação e a informação como importantes elementos para a constituição de espaços de discussão e reivindicação.

4.4.3.3 PORTO 3- Auto-gestão, transparência e valorização do potencial local

A educação ambiental crítica assentada em pressupostos da auto-gestão e transparência, propõem, em primeiro lugar a compreensão da complexidade do real, pautada na valorização dos espaços coletivos, prioriza-se também a inserção dos atores sociais na realidade. Torna-se necessário, a discussão conjunta dos ideais e anseios, buscando soluções pautadas em ações coletivas de valorização da mobilização, resultando em processos de intervenção sobre a realidade. Nesta lógica, percebe-se a fala do gestor da instituição E, o qual, ao apresentar os projetos efetuados pela instituição apresenta a sua efetiva preocupação com a participação da sociedade neste processo, tornando-se elemento ativo frente aos problemas enfrentados.

Nós tivemos uma outra atividade forte chamado de Movimento pela cidadania que era com a Câmara de Vereadores, porque eles gastavam um horror, teve uma época que a mídia bateu em cima dizendo que eles (os vereadores) viajavam para fora, para ir nas praias. **Então a gente fez um movimento aqui, mobilizamos e discutimos com a comunidade e fizemos um abaixo assinado com mais de trinta por cento dos eleitores**, o objetivo era para moralizar a câmara né, e os gastos, mas nem sempre se consegue muita coisa, mas aí via promotoria iniciamos uma ação

e uma série de processos, os vereadores tiveram que baixar dinheiro, devolver dinheiro. Isso já faz uns três anos. E esse movimento foi bem forte, **consequimos juntar quase cinco mil assinaturas e funcionou como um projeto popular porque a lei orgânica permite que um número “x” possa fazer isso tanto na esfera municipal, estadual e federal.**

Outra ação nossa foi a elaboração do plano estratégico, nos passamos um ano elaborando uma base do plano estratégico, com reuniões, conversas. Mas hoje alguma coisa está andando e outra não.(...) Este é o grande problema do poder público, de ter planos que ultrapassem a sua gestão, estamos parados nisso.

A Cooperativa de Derivados de Cana de Açúcar, ela **foi criada por 30 produtores de 3 municípios.** Essa cooperativa conseguiu uma verba de 600 mil reais a fundo perdido do ministério da integração e mais 300 mil que nós destinamos do orçamento participativo do Estado. E aí o que aconteceu? A nossa prefeitura estava com uma série de problemas com inadimplências e não podia receber este recurso. Aí o que fazer, perder este dinheiro todo? **Os produtores nos procuraram e aí nós começamos um trabalho conjunto com o Sebrae** e em vez do dinheiro vir pela prefeitura, veio pela Instituição, exatamente porque ela é uma OSCIP e justamente porque a OSCIP tem a mesma vantagem de uma prefeitura para receber dinheiro vindo setor público. E este recurso a gente conseguiu salvar, foi uma burocracia muito grande porque a OSCIP é controlada pelo Ministério da Justiça e este dinheiro veio pelo Ministério da Integração, então tem que deixar tudo pronto para o ministério da Justiça dar a negativa autorizando a gente receber o recurso.

Este foi um projeto no entorno onde a comunidade veio procurar a gente para ajudar, para assessorar. Mas isso nos deixou em uma situação de grande responsabilidade porque os equipamentos são de responsabilidade da Instituição. Mas hoje a gente tem ajuda do SEBRAE e da Prefeitura.

Gestor da Instituição E

A educação ambiental não crítica, prescritiva de novas metodologias e formas de atuação, cria novas antinomias e, participa da “Sociologia das ausências”²⁴ na medida em que, não oferece subsídios para a construção da autonomia do cidadão, sua atuação remonta a uma prática cuja logística traduz-se somente na operação de silenciamentos (FERRARRO JUNIOR, 2002). Desligados desta lógica o discurso da Instituição D aponta para a necessidade de posicionamentos e ações que façam com que a sociologia das ausências fique restrita somente ao elemento discursivo.

As ações são com base na missão. E por isso a gente fica no Condema, e a gente sabe, tá aqui o regimento interno e quando eles não fazem o que tem que fazer aqui. Olha a finalidade, artigo segundo, das finalidades, item sexto “propugnar para que conste obrigatoriamente nos estabelecimentos municipais de ensino, primeiro e segundo grau conhecimentos básicos que contribuam ao educando conhecimentos referentes a educação ambiental,

²⁴ A expressão Sociologia das ausências, proposta por Santos, tomar o local como ponto de partida é valorizar o conhecimento local através do não desperdício das experiências. Centrada no princípio de que “não há ignorância em geral, nem saber em geral” e, portanto “toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular” (SANTOS, 2002 p. 250), a Sociologia das ausências busca, através da expansão do presente, resgatar as experiências convertidas em ausências pela racionalidade instrumental.

quer dizer, eles estão fazendo isso? E é isso que estamos debatendo, eles não tão fazendo isso, e a gente está brigando. E a gente vira chato, ecochato, mas a gente vai continuar cobrando.

Gestor Instituição D

A Educação Ambiental passa a ser um meio indispensável para a criação de formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. É evidente que a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para que isto aconteça (BRASIL, 1998).

Ao sistematizar as informações observadas nos *corpus discursivo* (quadro 10) analisado podemos inferir que as instituições direcionam as suas atuações, de forma mais definida, a dois tipos de educação ambiental: a primeira, correlacionada a práticas inscritas em uma Educação Ambiental Tradicional e a segunda pautada nos princípios da Educação ambiental Crítica.

Podemos sistematizá-las da seguinte forma: as instituições A, B e F apresentam ações e posicionamentos mais direcionados pela adoção de referenciais que propiciam uma educação ambiental tradicional. Nesta perspectiva, a concepção “tradicional” reproduz o sistema social vigente, abrangendo valores de ordem política, econômica, social e cultural, dispõem o conhecimento como elemento central do processo educacional.

A atuação das Instituições C, D e E, apresentam predominantemente, indicadores da adoção de uma educação ambiental voltada a uma perspectiva crítica e emancipatória, buscando a participação do sujeito proporcionando espaços de diálogos que possibilitem a autonomia e a participação do indivíduo. A educação ambiental crítica enfatiza os aspectos sociais, históricos e culturais do processo educacional, possui uma abordagem sociopolítica de valorização do indivíduo.

INDICADORES		INSTITUIÇÕES					
		A	B	C	D	E	F
RECIFES fenômenos que comprometem a educação ambiental crítica e emancipatória	PSICOLOGIZAÇÃO	<u>Validam o Recife</u> Fica evidente no discurso da instituição A a adoção de práticas reducionistas e fragmentadas, onde, desenvolvem-se apenas ações pontuais e desconexas de um processo reflexivo a respeito dos valores culturais que norteiam a sociedade moderna.					<u>Validam o Recife</u> Postura direcionada ao fortalecimento de atitudes pontuais e individualistas, desconsiderando o potencial crítico e transformador das ações conjuntas. Somente vem a reforçar os laços da modernidade.
	PRESCRIÇÃO					<u>Nega o Recife</u> Em contraposição aos preceitos do recife, evidencia a necessidade de discussão e responsabilização através da adoção de posicionamentos críticos e reflexivos frente à questão.	<u>Validam o Recife</u> Um modelo de educação ambiental emancipatória passa pelo processo de problematização e construção conjunta de saberes, desconsidera receitas prontas. Desenvolve as atividades através de uma ótica panfletária.
	PRESCRIÇÃO		<u>Validam o Recife</u> Visualiza uma potencial transformação apenas pela ótica da fiscalização, atribuindo o problema aos aspectos culturais.				
RECIFES fenômenos que comprometem a educação ambiental crítica e emancipatória	REDUÇÃO		<u>Validam o Recife</u> Este recife passa a ser evidenciado através da valorização de apenas partes da questão. Desconsidera-se a visualização do todo. Em geral, a atuação delimitada por este recife pode ser visualizada através da supervalorização de determinadas temáticas em detrimento de outras. Tema de maior recorrência: resíduos sólidos.				<u>Validam o Recife</u> Fica evidente a vinculação da problemática ambiental única e exclusivamente aos resíduos sólidos. Prioriza-se neste recife trabalhos direcionados a reciclagem e separação de resíduos. As problemáticas discutidas não apresentam qualquer menção às desigualdades sociais, a problemática passa a ser discutida enquanto elemento desvinculado dos aspectos sociais.
	CONVALIDAÇÃO	<u>Validam o Recife</u> Reforçam os preceitos de uma política neoliberal uma vez que passam a se responsabilizar pela concretização de políticas públicas, antes de responsabilidade do aparelho estatal. Passam a atuar como instrumentos do Estado.	<u>Validam o Recife</u> Reafirmam o recife, uma vez que passam a visualizar a resolução dos problemas ambientais unicamente vinculados a aspectos técnicos, em vista disso, tem-se o fortalecimento do capitalismo verde, onde o mercado passa a oferecer soluções à crise ambiental. Visualizam o campo de discussão a respeito da questão ambiental como um campo promissor para a atuação.	<u>Nega o Recife</u> A Instituição C evidencia em suas práticas e no seu discurso a tomada de consciência a respeito efetivo papel do Terceiro Setor, que atua em contraposição a dinâmica imposta pelo capital. Prioriza a discussão conjunta a respeito do padrão societário almejado, resultante de um processo de ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade.	<u>Validam o Recife</u> Apesar de apresentarem uma atuação em contraposição aos preceitos da agenda neoliberal, ainda visualizam o Terceiro Setor como solução à crise.		
ILHAS condições para a navegação crítica e emancipatória da Educação Ambiental	DIALÓGICA		<u>Desconsidera a Ilha</u> Não mencionam em qualquer momento a participação da sociedade na constituição e elaboração dos projetos.		<u>Aceitam a Ilha</u> Ressaltam o potencial crítico e humanizador da busca conjunta de ações de melhorias. Priorizam o diálogo, a interação e o trabalho contínuo. Renegam ações pontuais		<u>Desconsidera a Ilha</u> Desconsideram a reflexão e a construção coletiva do saber. Priorizam uma prática educativa pautada na reprodução e repasse do conhecimento.
	COMPLEXIDADE	<u>Desconsidera a Ilha</u> Visualiza as questões de forma desconexa e independente. Utilizam a questão ambiental unicamente na qualidade de temática de oficinas de reciclagem.	<u>Desconsidera a Ilha</u> Tal fato se deve em função de que fica evidente na forma na constituição de seus projetos que valorizam a instrumentalização em contraposição ao aspecto multidisciplinar.	<u>Aceitam a Ilha</u> Tal perspectiva se efetiva na medida em que passam a visualizar as questões de forma integrada. Articulam questões ambientais e sociais. Insere-se dentro desta lógica o projeto de alternativas a produção de fumo realizado pela instituição.		<u>Aceitam a Ilha</u> Transcendem uma forma de atuação desconexa dos aspectos sociais. Valorizam o saber interdisciplinar.	
PORTOS: locais de apoio a navegação crítica e emancipatória	ALTERIDADE E SOLIDARIEDADE		<u>Neqam o Porto</u> Na medida em que passam a impor ações de padronizações.	<u>Validam o porto</u> Tal afirmativa se deve ao fato de que a instituição passa a criar mecanismos de valorização do potencial local.			
	EMANCIPAÇÃO				<u>Validam o porto</u> uma vez que passam a buscar a constituição de espaços coletivos de diálogo e construção de saber.	<u>Validam o porto</u> A partir do momento em que passam a valorizar a e a evidenciar o potencial dos espaços coletivos de discussão.	<u>Validam o porto</u> , pois participam ativamente nos centros de tomadas de decisão. Grande potencial mobilizador e emancipatório.
	AUTO-GESTÃO					<u>Validam o porto</u> Grande potencial para a elucidação e discussão. Grande potencial para a mobilização.	<u>Validam o porto</u> Suas ações vão à direção da validação do porto uma vez que a instituição passa a criar espaços para uma efetiva participação e valorização do potencial local e dos espaços de tomada de decisão. Fornece subsídios para a constituição da autonomia do indivíduo.

QUADRO 10- Quadro Síntese da análise do referencial teórico das ONGs.

4.5 Metodologias de trabalho, gestão e planejamento das atividades executadas pelas ONGS.

Quanto aos apontamentos efetuados na realização das entrevistas, no que concerne aos modelos de gestão e planejamento das atividades, pode-se afirmar que as instituições, em sua grande maioria, apesar de apresentarem em suas falas a preocupação com a busca da gestão e organização coletiva da instituição, isto não se traduz efetivamente em ações práticas.

Visualiza-se abaixo um exemplo contido no discurso proferido pelo Gestor da Instituição D, no qual o gestor afirma que as ações promovidas pela instituição passam por um processo de construção e discussão conjunta; no entanto, esta prática se dá somente entre o conselho gestor, ficando a mercê destas discussões os voluntários da mesma. Esta prática, conforme foi mencionado anteriormente, representa a adoção por parte das instituições de um modelo centralizado executivo, onde os direcionamentos passam a ser decididos somente pela equipe gestora, processo semelhante ao de qualquer empresa. Ignora-se o potencial crítico das discussões e planejamentos coletivos, onde a centralização das decisões passa a ser a sua marca maior.

De tempos em tempos a gente vai lá e discute o projeto, mas o que efetivamente a gente tem colaborado é em coisinhas, as coisas que eles precisam (material estrutural) A gente não discute a filosofia por que eles já vem prontos, e porque não se discute? Porque se eles estão ali é porque eles querem fazer alguma coisa. A gente não vai em busca de outras pessoas, as pessoas que tem nos procurado, e a gente diz que a filosofia da nossa instituição é assim, assim, e assim! Entende?

Quanto ao planejamento, de tempos em tempos a gente tem a reunião específica do conselho e passa as ações para este conselho e a gente discute, mas quando vem uma coisa assim, que tem pouco a discutir, a gente diz o que já foi feito por pessoas e tal, tal, tal. Todas as coisas que tem na cidade e que a gente tenha que ir, passa no conselho. E é o que digo, as questões que passam pela nossa instituição é do conhecimento do nosso conselho.

A gente não discute a filosofia por que eles já vem prontos, como vou dizer, a gente não vai em busca de outras pessoas, as pessoas que tem nos procurado, e a gente diz que a filosofia da nossa instituição é essa.

Quanto ao planejamento, a gente tem um conselho e passa as ações e os resultados para este conselho.

Gestor da Instituição D

Ao visualizarmos a fala do voluntário da mesma instituição fica evidente a adoção deste modelo, principalmente quando o mesmo faz inferência ao fato de ser comunicada das decisões da instituição, as quais, muitas vezes, não concorda;

no entanto, representa-as da mesma forma. A centralização das atividades também é percebida no discurso do voluntário, onde o mesmo faz referência à necessidade da busca de novas pessoas para atuar junto aos voluntários. Visualiza-se desta forma, na fala do entrevistado a necessidade da implantação de um modelo de gestão baseado em preceitos de descentralização e trabalho coletivo, buscando a integração dentro e fora das instituições, construindo redes para a busca de um ideal comum.

Eu acho que a gente deveria ficar mais perto, tenho uma boa relação com a equipe gestora, mas as vezes a gente não discute as coisas, eles me ligam e me repassam e eu tenho que ir lá, mesmo que eu não concorde.

Eu penso também que poderia ter mais pessoal, mas também não adianta ter mais pessoas se não estamos mais por dentro. Ou não tem função efetiva e não é mais ativa.

Eu vejo como muito isolado as atividades, muitas vezes os trabalhos das instituições se sobrepõem. Eu vejo como isolado, e que deveriam se reunir e trabalhar em conjunto, é uma visão utópica.

Voluntário da Instituição D

Inseridos no mesmo contexto, a instituição C aponta para a adoção de um modelo transitório, situando-se entre o modelo centralizado executivo e o descentralizado coletivo. Justifica-se esta afirmação através da fala do gestor onde o mesmo afirma que a instituição atua e discute os projetos e a sua atuação de forma coletiva, apresentando situações e buscando soluções de forma conjunta. No entanto, a instituição tem sua atuação unicamente condicionada pela disponibilidade de editais, abandonando desta forma um dos principais preceitos da sociedade civil organizada, de atuação conjunta na busca e efetivação de superação das necessidades da comunidade.

Conclui-se, portanto que os padrões normativos para fins de gestão e planejamento das instituições podem ser afetados pelas fontes de financiamento de suas atividades, e pelas condições por estes postas. Podendo, por vezes, estar em oposição às prioridades e orientações de membros da própria instituição ou, até mesmo, em desacordo com as populações por elas servidas, proporcionando desta forma um distanciamento entre a sociedade civil organizada e a população atendida.

Fazíamos reuniões de planejamento de avaliação de resultados, sempre em uma conversa mais informal, mas sempre era repassado depois de aprovado o que a gente tinha que fazer, por que o projeto tem um cronograma e uma lista de atividades, e tem que fazer, mas

se você precisa alterar alguma coisa aí você manda e-mail, espera a resposta e nisso demora um mês. Então, a gente sempre tomava cuidado de não alterar o cronograma de atividades. Sempre discutia antes, se era para mudar, era antes e não depois. Ou só em casos extremos por que lá, quando nós sentamos e planejamos isso estava legal, mas agora, de fato isso não vai dar, então vai lá no sistema, pede a alteração e justifica, e sempre a equipe que trabalhava que discutia.

Eu sempre criava o esboço em função do edital e depois ele passava a se tornar coletivo, analisar, dar sugestões, a gente fazia discussões. Mas a parte final do projeto técnico e do projeto operacional era comigo. Mas sempre tem um que vinha e dizia, olha eu tenho uma idéia.

Gestor da Instituição C

Ao efetuar a análise do *corpus discursivo* disposto acima, temos outra questão evidenciada: referimo-nos aqui aos focos de trabalho e atuação das instituições. Fica evidente a adoção, em grande parte da amostra, ao direcionamento na escolha de áreas e projetos condicionados a existência de editais, pois em nenhum momento o entrevistado faz referência a uma atuação fora deste contexto. Pelo contrário, chegou a afirmar a desistência de execução de determinada ação aprovada por edital em função de dificuldades encontradas no relacionamento com e na comunidade (conflitos internos).

Já a instituição D direciona as suas atividades com base em conhecimentos da área onde a instituição está inserida, em áreas que apresentem problemas que incitem a atuação emergencial.

Que a gente vai dizer que em 12 anos a gente sabe onde estão os problemas de Santa Maria, e como sabe dos problemas da cidade, nós achamos que isto aqui não dá....Hoje abriram-se mais portas com o poder público e hoje, como a gente sabe dos problemas da cidade, do lixão e cada vez vamos lá registramos e fizemos um levantamento do que foi feito e do que não foi feito. Nós vamos onde os problemas são mais sérios, mais impactantes.

A gente conhece Santa Maria, e não iria conhecer, tanto tempo aqui. Então a gente já sabe onde as coisas acontecem e onde elas não acontecem.

Gestor da Instituição D

4.6 Caracterização das parcerias e formas de financiamento.

Ao verificarmos o item parcerias e formas de financiamento, deve primeiramente esclarecer que os dados apresentados abaixo representam a obtenção de recursos desde a fundação da instituição. As formas de financiamento das instituições pertencentes à amostra são advindas dos mais diversos setores,

desde a escala internacional onde uma instituições sinalizou ter recebido recurso da UNESCO²⁵ para a realização de projetos como pode ser visto no quadro 11.

INSTITUIÇÃO	FONTE DOS RECURSOS			
	Recursos Internacionais	Recurso Público	Recursos Próprios (mensalidades e prestação de serviços)	Doações
Instituição A		X (estadual)	X	X
Instituição B		X (municipal e estadual)	X	X
Instituição C	X	X (municipal, estadual e federal)	X	
Instituição D			X	X
Instituição E			X	X
Instituição F			X	X

QUADRO 11- Fonte de recurso das Instituições da amostra

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Como pode ser visualizado no decorrer da análise, grande parte das Instituições salientou a dificuldade encontrada para a captação de recursos, constituindo-se como um dos maiores empecilhos para o andamento das atividades, o que pode ser percebido no quadro abaixo, o qual representa as fontes atuais de financiamento e recursos. Ao efetuar a análise, conclui-se que parte dos recursos de fluxo contínuo da Instituição é em sua maioria proveniente de doações e mensalidades pagas pelos voluntários.

²⁵ A instituição não possibilitou o acesso ao Relatório remetido a Unesco a respeito do projeto desenvolvido, além disso, optou por não informar valores deste financiamento. Cabe ressaltar que todos os fragmentos de relatórios de projetos contidos na presente dissertação foram obtidos através de consultas no CNES público, disponibilizado no relatório circunstanciado de cada projeto da instituição pois nenhuma instituição forneceu os relatórios solicitados durante a realização da entrevista.

Instituição	FONTES DO ORÇAMENTO ATUAL DA INSTITUIÇÃO				
	Prestação de serviços %	Venda de produtos %	Doações e contribuições voluntárias %	Mensalidades, cursos %	Outras formas %
Instituição A			10%	90%	
Instituição B	75%		20%	5%	
Instituição C	90%			10%	
Instituição D			100%		
Instituição E			20%	80%	
Instituição F				100%	

QUADRO 12- Fontes do orçamento atual da Instituição

Fonte: Trabalho de campo- Questionários

Apesar das instituições tituladas enquanto OSCIPS terem sua atuação relacionada com o Estado, o qual proporciona, em tese, uma maior abertura para a captação de recursos, ainda percebe-se pouca participação do setor estatal neste ramo. Apesar da sua institucionalização enquanto OSCIP, isto não permitiu um aumento da quantidade de recursos advindos do setor público, este fato é ponderado pelo Gestor da Instituição A

A gente virou OSCIP pelas vantagens, é mais fácil, a gente trabalha em parceria com o Estado, mas tem ficado difícil, a gente tem problemas para concorrer aos editais. A gente concorre mas nunca ganha.

Gestor da Instituição A

Em vista disto, buscou-se, através de dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União, quantificar o total de recursos destinados pelo Estado para o terceiro Setor na forma de financiamento de projetos. Verificou-se um relativo aumento desde o ano de 2005 (base de dados disponível), tendo havido queda em 2006 e 2010, o que pode ser justificado pelo fato de 2006 ter sido ano de eleições presidenciais, o que restringe o período para contratação de projetos e, 2010 em função deste ainda ser um balanço parcial dos gastos, já que ano ainda não terminou e muitos projetos ainda estão sendo contratados

Ao visualizar estes dados, presume-se que as instituições passaram a ter dificuldades para o recebimento do financiamento por três motivos principais: (a) crescimento do número de instituições aptas a solicitar recursos; (b) imposição de maiores exigências na elaboração dos editais e (c) imposição de normas de

restrição e controle dos recursos e resultados obtidos através da aplicação do financiamento.

RECURSOS DESTINADOS AO TERCEIRO SETOR ATRAVÉS DE FINANCIAMENTOS FEDERAIS	
Ano	Recurso (R\$)
2005	312.472.396,81
2006	2.885.399.226,56
2007	3.338.964.540,86
2008	3.452.959.149,01
2009	3.687.527.948,81
2010	2.333.306.091,09

QUADRO 13- Recursos destinados ao Terceiro Setor através de financiamentos Federais

Fonte: Tribunais de Contas da União - Contas públicas: disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo

Atualmente, verifica-se uma maior burocratização tanto quando nos referimos à solicitação do recurso, quanto à publicação e a comprovação dos gastos, obrigando o cumprimento de procedimentos mais rígidos por parte da instituição, reafirmando desta forma a materialização dos princípios neoliberais através da figura do Estado fiscalizador ao invés de participante da ação. Outro ponto identificado e já mencionado neste trabalho refere-se à profissionalização das instituições para o cumprimento das solicitações do Estado.

Também no que se refere ao financiamento, deve-se atentar para o alcance da instituição, uma vez que parte das instituições planeja a sua atuação tendo como base os recursos obtidos para a execução da atividade, o que impossibilita que as ações sejam estendidas a outros locais que apresentem as mesmas necessidades, a menos que possam acessar novamente os recursos do Estado. Visualiza-se desta forma ações centradas em determinadas áreas e condicionadas ao recebimento de recursos para a consolidação de suas atividades.

4.7 O Terceiro Setor e suas formas de Encontro²⁶ com o Estado

Pretende-se, com base nos projetos executados e analisados anteriormente, analisar como as organizações lidam como os dilemas e conflitos

²⁶ A expressão “encontro” é utilizada nas bibliografias consultadas para caracterizar as relações (dos mais variados tipos) entre a sociedade civil e o Estado.

de equacionar sua ação simultânea junto ao Estado e à sociedade civil. Trata-se de perceber como as instituições da amostra efetivam as suas relações com o Estado, se estas estão pautadas no assessoramento e execução dos projetos, atuando como “braços do Estado” ou se as instituições inserem-se em um contexto maior, pautado na reivindicação e participação efetiva na constituição de um modelo societário diferenciado. Trata-se, portanto, de identificar as formas pelas quais as instituições influenciam, pressionam ou comprometem-se com o Estado, objetivando através da análise destes momentos de interlocução e enfrentamento visualizar se as instituições realmente contribuem para a ampliação da justiça social e para a participação de setores excluídos.

Para tal análise, toma-se como base a delimitação conceitual e o modelo proposto por Teixeira (2002) em trabalho intitulado “A Atuação das Organizações Não-Governamentais entre o Estado e o Conjunto da Sociedade”. A autora identifica através da caracterização dos projetos, três formas de vínculo entre o Estado e as Instituições.

A primeira forma identificada pode ser caracterizada pela efetivação de uma relação menos formal que envolve, de um lado, pressão, monitoramento e crítica por parte da instituição junto ao Estado, atuando também através da proposição e acompanhamento dos passos do governo, são definidas pela autora como “encontro-pressão”. Em geral, não há contrato formal (financiamento e parcerias) entre as instituições e o Estado, a relação com o setor estatal pode ocorrer de forma mais tensa, de oposição declarada ou pode constituir-se através de uma relação mais cordial buscando a incorporação de seus preceitos às políticas governamentais. No encontro-pressão, a falta da formalização dos laços permite que a capacidade crítica e propositiva seja preservada. Determina-se como características principais: 1) inexistência de contratos formais entre a instituição e o setor governamental; 2) liberdade das instituições para criticar e influenciar os direcionamentos propostos pela Política estatal e 3) as ações são realizadas pelo Estado.

Pode-se inferir que, com base nos apontamentos acima, as instituições D e E podem ser incluídas nesta delimitação. Pautadas na atuação direta e combativa frente a lógica de trabalho do Estado, buscam constantemente a incorporação das reais necessidades da sociedade às políticas públicas estatais.

(...) O conselho de saúde é mais ativo que o Condema. Santa Maria recebe o lixo de São Francisco de Paula, 400 km, ninguém sabia. Em parceria com o conselho de saúde, fizemos uma audiência pública, pedimos para a Fepan e ela não quis saber, e no contrato diz que receberíamos lixo em um raio de 100 km, e a gente não quis saber, mas acha melhor do que deixar perto do rio Jaguari, ou Itaara. E pela primeira vez estamos trabalhando juntos com a comissão de saúde e educação, é um fato histórico e a gente aproveitou isso.

As ações são com base na missão. E por isso a gente fica no Condema, e a gente sabe, tá aqui o regimento interno e quando eles não fazem o que tem que fazer aqui. Olha a finalidade, artigo segundo, das finalidades, item sexto “propugnar para que conste obrigatoriamente nos estabelecimentos municipais de ensino, primeiro e segundo grau conhecimentos básicos que contribuam ao educando conhecimentos referentes a educação ambiental, quer dizer, eles estão fazendo isso? E é isso que estamos debatendo, eles não estão fazendo isso, e a gente está brigando. E a gente vira chato, ecochato, mas a gente vai continuar cobrando e a gente tem o suporte da questão..

Gestor da Instituição D

Nós tivemos uma outra atividade forte chamado de Movimento pela cidadania que era com a Câmara de Vereadores, porque eles gastavam um horror, teve uma época que a mídia bateu em cima dizendo que eles (os vereadores) viajavam para fora, para ir nas praias. Então a gente fez um movimento aqui, mobilizamos e discutimos com a comunidade e fizemos um abaixo assinado com mais de trinta por cento dos eleitores, o objetivo era para moralizar a câmara né, e os gastos, mas nem sempre se consegue muita coisa, mas aí via promotoria iniciamos uma ação e uma série de processos, os vereadores tiveram que baixar dinheiro, devolver dinheiro. Isso já faz uns três anos. E esse movimento foi bem forte, conseguimos juntar quase cinco mil assinaturas e funcionou como um projeto popular porque a lei orgânica permite que um número “x” possa fazer isso tanto na esfera municipal, estadual e federal.

Gestor da Instituição D

Nas formas de contato características dos encontros de pressão, as organizações da sociedade civil geralmente adquirem um papel mais fiscalizador e são capazes de representar demandas sociais de forma mais ampla.

A segunda forma de atuação frente ao Estado caracteriza-se por um encontro definido como “encontro prestação de serviço”. O Estado relaciona-se com a instituição através do encontro de prestação de serviços, a atuação passa a ser definida através da aprovação de recursos e projetos. Nesta categoria, os projetos passam a ser aprovados pelo órgão financiador sem qualquer interferência nos critérios de seleção e destinação dos recursos. Ao final, as instituições são avaliadas em função da efetiva execução das ações e pela efetivação dos resultados.

Neste encontro, as relações entre os órgãos governamentais e as ONGs ocorrem de forma bastante distantes, permeadas por cobranças e avaliações ou meramente por relações burocráticas: projetos, pareceres de execução de projetos, efetivação de resultados e realização e entrega de relatórios. São relações permeadas pela lógica quase que mercantil, onde a consecução de atividades que antes eram direcionadas em função da necessidade da sociedade, hoje são pautas de cursos e formação, os quais têm como objetivo principal não a operacionalização de iniciativas de atuação frente a sociedade civil organizada, mas de efetivação dos objetivos em busca dos resultados almejados. Estes apontamentos podem ser visualizados nas falas abaixo, onde os gestores das instituições apresentam elementos que as definem dentro de uma perspectiva quase mercantilista, pautada em recursos e resultados.

O principal problema é a dificuldade de acessar o recurso público, que afinal, recurso público é nosso, o recurso existe pago pelos nossos impostos e nada mais justo que reverta para a sociedade para um trabalho que o estado não consegue fazer. (...)

O Estado tem que entender que estas instituições são parceiras dele, não inimigas dele, não são opositoras. Então o Estado tem que criar condições que facilite o acesso do recurso, e que essa facilidade do acesso não é picaretagem, toma o cheque e faz o que tu quiser, não, porque tem os órgãos e é todo mundo fiscalizando e eu não vejo como ser impossível fazer uma coisa simples

Gestor da Instituição C

As ações das instituições passam a ser condicionadas não mais pela necessidade de atuação na busca de ideais coletivos, e sim regidos pela ausência ou presença de recursos na forma de financiamentos e parcerias. Conforme já foi observado durante o decorrer da análise, prevalece a adoção de um modelo gerencial, pautados na burocratização das ações frente ao Estado.

Eu faço pesquisas e atualmente trabalho com projetos, o meu **conhecimento e a minha prática e experiência é a estruturação de projetos e na parte administrativa também que eu colabore um pouco assim em como funciona o terceiro** setor, ate porque eu tenho formação nisso aí, eu tenho algum curso já, que é até o Sebrae que dá isso, que é o curso de gestores para o terceiro setor e até porque eu já venho da administração de uma outra ONG (...).A minha formação é gestão publica, política pública e nisso entra o meio ambiente né!. Hoje eu estou com um programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Santa Maria, onde ele tem vários projetos dentro da Educação ambiental, que entendo eu, baseado em pesquisas e em até meu próprio conhecimento onde não houver a educação, não adianta fazer projeto e jogar no município. E existe dentro deste programa o projeto onde as escolas a partir de agora tem que ter a educação ambiental, os professores e a escola vão ser

capacitados para ter isso na escola. A classe de professores vão ser treinados e vai ter isso dentro do contexto escolar. No programa tem a gestão de resíduos, a educação ambiental e a fiscalização. E a gente tem um monte de parcerias, cooperativas de catadores, outras instituições e até a própria universidade que vai produzir os carrinhos e padronizar, agora vai ser tudo padronizado, legalizado e fiscalizado, porque a fiscalização sempre tem que estar, porque eu te ensino fazer isso, mas eu não tenho aquele controle, aquela fiscalização sobre o teu trabalho e aí a coisa não funciona.

Gestor da Instituição C

Estabelece-se o vínculo formal com o governo; contudo, as relações são mais distantes, ou meramente burocráticas permeadas por cobranças e avaliações. As organizações que fazem parte de tais encontros não fortalecem seus laços; há, ao contrário, uma fragmentação com enfraquecimento político, na medida em que as ONGs passam a competir entre si por acesso aos recursos do Estado, inserem-se também nesta delimitação as instituições A, B e F, as quais passam a ser geridas pela logística de prestação de serviços, orientadas pela existência de recursos financeiros.

A terceira forma de contato denomina-se “encontro participativo”, o qual toma por base a consolidação de projetos elaborados conjuntamente entre o poder público e o terceiro setor; neste, as organizações da sociedade civil participam de maneira efetiva na elaboração e execução de projetos. São pautados em relações mais fluidas, passíveis de transformação, onde as responsabilidades a respeito do projeto passam a ser divididas entre Estado e Terceiro Setor. Ressalta-se aqui, que na amostra analisada não foi possível identificar este tipo de relacionamento Terceiro Setor/Estado, optou-se por mencioná-los a título de conhecimento da conceitualização da autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A verdadeira viagem da descoberta
consiste não em buscar novas paisagens, mas
em ter olhos novos.”
Marcel Proust*

O aumento significativo das instituições do Terceiro setor põe em evidência o fortalecimento de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal na medida em que responde prontamente às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. A partir da década de 1990, a política neoliberal minimiza consideravelmente a intervenção do Estado nas mais diversas áreas e apela para a participação da chamada sociedade civil na execução de políticas socioambientais.

A institucionalização dos movimentos sociais na forma jurídica de ONGs significou um retrocesso, contrário ao fortalecimento do poder de combatividade e resistência da classe trabalhadora, uma vez que as instituições passam a ser geridas pela dinâmica do capital, pautada unicamente na execução de serviços. Percebe-se um crescente abandono dos vínculos das ONGs com os movimentos sociais, que em um contexto mais amplo, caracterizavam a sua forma de atuação em períodos anteriores. Aliado a isto, a autonomização política e econômica adquirida pelas instituições cria uma situação peculiar, na medida em que estas são responsáveis perante o Estado que as contrata como prestadoras de serviços e perante organizações nacionais ou internacionais materializadas na forma de financiadoras das ações.

As instituições da amostra não são resultado ou herdeiras do acúmulo político dos movimentos sociais, em sua grande maioria, inserem-se na agenda neoliberal do Estado no intuito de suprir as suas lacunas. Exemplifica-se esta afirmação através da análise do discurso do gestor da Instituição A: *“Suprir alguma lacuna, onde, o Primeiro e o Segundo setor não funciona então entra ali o papel*

das ONGs ou deveria ser assim!". Cabe ressaltar que, apesar de que as instituições não são resultado da institucionalização dos movimentos sociais, não significa dizer que os mesmos não são atuantes dentro do Corede Centro; pelo contrário, pode-se afirmar uma presença marcante dos mesmos dentro dos limites da área da pesquisa.

A pesquisa efetuada por Teixeira (2002), tendo como amostra de trabalho 6 instituições com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro apontaram outro direcionamento. Grande parte das instituições analisadas pela autora advém da institucionalização dos movimentos sociais ou ainda mantém situações de parcerias com os mesmos, o que não ocorre na amostra analisada em nossa pesquisa. Teixeira aponta ainda que este contexto beneficia as instituições analisadas uma vez que passam a ser "herdeiras" de uma perspectiva de trabalho mais vinculada a mobilização e organização social. A pesquisa evidencia ainda, que esta forma de gestão possibilita que as instituições passem a atuar conjuntamente, constituindo redes e grupos de trabalho e discussão o que efetivamente não ocorre nas instituições do Corede Centro.

Conforme proposto por Petras (1999), as instituições da sociedade civil organizada tem seu potencial crítico cooptado na medida em que aderem a um modelo de gerenciamento centralizado, pautado na efetivação de resultados e na assistência de ordem técnica e financeira dos projetos, traduzindo, fundamentalmente, os desejos das equipes diretivas, materializando por sua vez os preceitos propostos pela agenda neoliberal. A materialização de ações implantadas verticalmente, reproduzindo o modelo gerencial e empresarial não se traduz na efetivação de uma maior aproximação entre as políticas públicas e a sociedade. Neste sentido, as instituições da sociedade civil organizada passam a ser funcionais a um modelo de sociedade na medida em que direcionam as suas atuações ao cumprimento das lacunas deixadas pelo Estado.

As ONGs dão ênfase a projetos e não aos movimentos; 'mobilizam' as pessoas para que produzam à margem, e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e de riqueza; elas concentram-se na assistência técnico financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas[...] estão ligadas à estrutura de colaboração com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento (PETRAS, 1999, p. 48).

Corremos o risco de presenciarmos o desmonte das políticas socioambientais regidas pelos princípios do direito e da cidadania, ou até mesmo substituídos pelos princípios da caridade privada (TEIXEIRA, 2002). A transferência da responsabilidade da efetivação de políticas públicas para a comunidade, família e indivíduos tem como resultado o desmonte dos espaços de diálogo anteriormente constituídos na interface Estado/sociedade. Conforme Santos (1998).

O primeiro debate, sobre a localização estrutural do terceiro sector, mostrou como é exigente a busca da genuinidade dos objectivos e grande a tentação de promiscuidade, quer com o Estado, quer com o mercado. O segundo debate, sobre a organização interna, democraticidade e responsabilização, mostrou como é fácil descaracterizar a participação, transformando-as em formas mais ou menos benevolentes de paternalismo e de autoritarismo. O terceiro debate, sobre as relações entre as organizações do terceiro sector, mostrou como é exigente a tarefa de realizar uma coerência mínima entre o universalismo dos objectivos e as escalas de acção e de organização. E, finalmente, o quarto debate, sobre as relações entre o terceiro sector e o Estado, mostrou que a potenciação da democracia, da solidariedade e da participação, que buscamos na nova articulação entre o princípio da comunidade e o princípio do Estado, é apenas um entre outros e nem sequer o mais óbvio resultado dessas relações. Pelo contrário, abundam experiências de promiscuidade anti-democrática entre o Estado e o terceiro sector, em que o autoritarismo centralizado do Estado se apoia no autoritarismo descentralizado do terceiro sector e cada um deles usa o outro como alibi para se desresponsabilizar perante os seus respectivos constituintes, os cidadãos no caso do Estado, os membros ou as comunidades no caso do terceiro sector.” (Santos, , p.16, 1998)

Frente a atual conjuntura, tem-se duas alternativas evidentes quando nos referimos a constituição e elaboração de políticas públicas. Pode-se permanecer assentado sobre a lógica de fortalecimento dos preceitos neoliberais através da desresponsabilização do Estado mediante a agenda socioambiental, através da “contratação” de instituições ligadas ao Terceiro Setor, cujos resultados apresentam um papel paliativo, ou, constituir-se um projeto mais amplo de sociedade baseado na articulação de Estado e Sociedade Civil no qual as instituições pudessem atuar na elaboração conjunta, através da problematização das reais necessidades da população, atuando como mediadoras e fiscalizadoras da atuação do Estado.

A atuação política do Estado neoliberal privilegia e incentiva a privatização, a terceirização e a publicização, definida por Bresser (*apud* TEIXEIRA, 2002) como “organizações não estatais passam a assumir a função do Estado na prestação de

serviços”, e o Estado, na busca da afirmação deste modelo de gestão pública passa a criar mecanismos que facilitem este processo, pode-se citar a Lei das OSCIPs como um destes mecanismos. Isto também recebe destaque na pesquisa proposta por Teixeira, na qual a autora aponta a lei como um importante marco no fortalecimento da política neoliberal, propiciando uma maior institucionalização das instituições. A autora também faz menção ao fato de que a lei possibilita ao Estado o controle e a fiscalização da ação das entidades, tal fato se justifica pela necessidade da prestação de contas de recursos utilizados.

Neste sentido, cabe salientar que ambas as pesquisas puderam verificar afirmativas a respeito da burocratização enfrentada pelas mesmas ao acessar o recurso público, definindo o processo como uma barreira ao efetivo trabalho, pois o tempo dispensado no preenchimento de formulários poderia ser utilizado no trabalho frente à sociedade. Além disso, o discurso em prol da profissionalização do voluntariado pode ser verificado em ambas as amostras.

Rosavallon (1997, *apud* FERRARREZI, 2007) enfatiza os aspectos sociológicos e políticos desta crise e afirma que, para além do peso das despesas sociais ou extensão do Estado, seriam as relações da sociedade com o Estado que sofrem abalo mais profundo.

O ambientalismo passa a ser consolidado como um movimento multidimensional e multissetorial, constituído de setores distintos e em graus diversos de integração e institucionalização espaço-temporal, que busca repensar os modos e os critérios de produção e consumo, estilos de vida e aplicação dos conhecimentos no processo de desenvolvimento, atuando na busca constante de um novo projeto civilizatório orientado para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva. (Leff, 2002).

Ao referirmo-nos a política ambiental do Corede Centro e a interferência proposta pela atuação do Terceiro Setor, deve-se ressaltar que as instituições da amostra nominadas pelas letras **D** e **E** podem ser definidas como instituições atuantes e propositivas frente ao Estado, uma vez que buscam construir espaços de diálogos. Apesar da atuação destas instituições estarem por vezes vinculadas a alguns recifes, em um quadro geral apresentam-se enquanto instituições propositivas e questionadoras das questões propostas pela agenda Neoliberal.

Em contraposição, as instituições **A**, **B**, **C**, e **F** vinculam a sua atuação através da aceitação dos preceitos do Estado mínimo, dinamizando a sua atuação

através da constante busca de parcerias e convênios com o Estado, aceitando os preceitos e os direcionamentos por ele impostos.

A partir desta afirmação cabe ressaltar que as instituições distribuídas no limite geográfico do Corede Centro estão inseridas em um contexto diferenciado ao percebido em escala federal e até mesmo mundial. Tal fato justifica-se pelo pequeno número de instituições formalizadas e legalizadas dentro do Corede Centro. Tal dinâmica pode ser resultante de um processo de configuração espacial e histórica dos municípios que compõem a amostra, pois grande parte deles é resultante de um modelo de desenvolvimento pautado na exploração da atividade agropecuária, não sendo característica principal da área a presença de áreas industriais. Outro fator preponderante para este processo pode estar pautado no fato da emancipação política recente.

Outro ponto a ser ressaltado consiste na dificuldade em encontrar um banco de dados cujas informações fossem de fontes confiáveis e atualizadas. A inexistência de um banco de dados unificado acaba, muitas vezes, prejudicando o bom andamento da pesquisa. Neste sentido, a delimitação conceitual das instituições que pertencem ao Terceiro Setor também se constituiu em um impasse, pois, ainda não há definições formais a respeito desta conceituação, a qual é apresentada de diferentes formas pelos autores.

Outro ponto verificado ao analisar os dados consiste no processo de diversificação dos focos de atuação das Instituições. Este fato se deve em função da busca constante de recursos e parcerias, fazendo com que as instituições passem a estender seus focos e objetivos às mais diversas áreas.

E, por final, a metodologia de análise de discurso forneceu subsídios importantes para a análise das falas, possibilitando uma compreensão do contexto na qual foram proferidas, buscando efeitos de sentidos que pudessem evidenciar importantes direcionamentos ao trabalho.

A forma pela qual se processa a relação Estado - sociedade civil conduz a sociedade a um caminho: a execução de projetos pontuais desarticulados de movimentos reivindicatórios e de outros setores sociais, e estas ações passam a ter somente um caráter paliativo para a ausência do compromisso estatal em formular políticas que garantam a igualdade e a justiça social. Permite-se concluir que, frente ao atual contexto, podemos questionar dois papéis assumidos pelo Estado na Agenda Neoliberal: o de defensor de interesses privados mais do que

os interesses públicos e o papel de tutela e controle adotado frente às entidades da sociedade civil na forma de organização social.

Neste sentido, frente ao visualizado no decorrer da análise, cabe frisar o importante potencial contido na educação ambiental, a qual além de ser um instrumento de mudança cultural ou comportamental, passa também a caracterizar-se como elemento para a transformação social. Tal perspectiva passa a ser concretizada na medida em que a educação ambiental passa a ser utilizada através de uma perspectiva crítica e transformadora, através de uma ação educativa que possa ser capaz de contribuir para a transformação da realidade num exercício ativo da cidadania.

Compreender a forma de atuação das ONGs na constituição das políticas ambientais em diferentes escalas do território é condição necessária para se desenhar as formas pelas quais o Estado neoliberal passa a se desresponsabilizar pela gestão destes territórios. Por outro lado, a organização da sociedade civil é, também, uma forma de garantir a materialização de uma cidadania participativa e crítica dos seus direitos, o que resulta na dualidade do papel destas ONGs frente à construção de um projeto de futuro mais sustentável.

É necessário resgatar o movimento ambientalista em sua base política e social, constituindo coletivos que representem determinadas formas de compreender as relações sociais, exercitando a capacidade de se articularem com os demais movimentos sociais e de dialogarem com outras vertentes do ambientalismo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. Estatuto Social. In: Institucional- Abong. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/caderno.php?cd_caderno=estatuto>. Acesso em: 20 mar. 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In. SADER & GENTILI (org). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENETTI, Márcia. Análise de discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Helena Hathsues Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente saúde**. Brasília: SEF/MEC, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: SEF/MEC, 1998.

_____. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 mai. 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/Leis/Lei-principal.htm>. Acesso em: 07 de jun. 2008.

_____. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em: 07 de jun. 2008.

_____. Decreto n.3.100, de 30 de junho de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1999. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em: 07 de jun. 2008.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

CARVALHO, Isabel. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental aonde fica? In: **FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. São Paulo. Cadernos São Paulo: Gaia, 1995. p. 58-62.

CARVALHO, Isabel; STEIL Carlos Alberto. ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. **Humanas**. Porto Alegre : v. 24, n. 1-2 de 2001.

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CISNE, Mirla. Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classes na contemporaneidade. In: V COLÓQUIO MARX E ENGELS. 2007, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Mirla_Cisne.pdf. Acesso em: jun. 2008.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estado Unidos. São Paulo: Senac, 2000.

COUTINHO, Joana Aparecida. **As ONGs e Políticas neoliberais no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2004. Disponível em www.dominiopublico.gov.br

_____. ONGs: caminhos e (des)caminhos. **Revista Lutas Sociais**, n. 13/14. p. 57 -65, 2005.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. Neoliberalismo, crise e educação. In: **Universidade e Sociedade.**, São Paulo, v.6, n.10, jan. 1996, p. 75- 81.

DICKEL, Mara Eliana Graeff Dickel. **O diagnóstico socioambiental do bairro como contribuição a construção da Agenda 21 nas escolas**. 2008. 83 p. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. A Funcionalidade do Terceiro Setor e das ONGs no Capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. **Revista Libertas**, v.2, n2, p. 50-72, 2008.

DUARTE, Newton. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. .

FERRAREZI, Elisabete Roseli. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: a criação da Lei das OSCIP (lei 9.790/99)**. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1265>. Acesso em: 18 agosto de 2008

FERRARO Junior Luís Alberto. Recife, arquipélagos, faróis, portos: navegando no oceano de incertezas da educação ambiental. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006

FERREIRA, Leila Costa; VIOLA, Eduardo. (Org). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

_____. **Questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. Perdizes: Boitempo Editorial, 1998.

_____. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. In: **Ambiente e Sociedade**, São Paulo: Unicamp, ano 2, n. 5, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo : Paz e Terra, 1998. - p. 159p..

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scot. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. **A Terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro : Vozes, 2003.

GOMES, Ilse; COUTINHO, Joana. Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. In: II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina: Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições. Londrina, 2006. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/ilsegomesejoanaaparecidacoutinho.pdf>. Acesso em: jun. 2008

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

HADDAD, Sérgio (org). **ONGs e Universidades**: Desafios para a cooperação na América Latina: Abong/Peirópolis, 2002.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil**. Diretoria de Pesquisas. Cadastro Central de Empresas, 2002.

_____. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil**. Diretoria de Pesquisas. Cadastro Central de Empresas, 2005.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**. 2000. v. 34. p.131-158. Disponível em: <http://www.repea.org.br/redesea/conceitos/rapartigopj2000.doc>. Acesso em: jun. 2008.

_____. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em jun. 2008.

_____. Movimento ambientalista no Brasil. In. RIBEIRO W. **Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. São Paulo : Edusp, 2003. Disponível em http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAYRARGUES, Philippe. Pomier. Educação no processo de gestão ambiental: criando vontades políticas, promovendo a mudança. **Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai de Meio Ambiente**. Sônia Beatriz Balvedi, Alice Tereza Valduga, Ivano Alessandro Devilla (Orgs.). Erechim/RS: 09 de 12 set., 2002. Erechim: EdIFAPES, 2002. p. 127 – 144.

_____. Para que a Educação Ambiental encontre a educação In Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEIS Héctor. Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial. In VIOLA, Eduardo et all. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIS, Hector. R; D'AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 2, jul-dez, 2003.

_____. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis.** **Educação e Pesquisa**. 2009, vol. 35, n 1, p 145-163. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=29811383010>>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.**São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação Ambiental Transformadora. In LAYRARGUES, PHilippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004-b.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** 2.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MAINGUENAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MAKIUCHI, Maria Fátima. Rodrigues. Alteridade. In FERRARO JR, Luiz A. (org). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p. 27-35.

MASSENA, Fábio dos Santos. **Organizações não-governamentais (ONG) e o movimento ambientalista da região cacauzeira da Bahia: valores, discursos e práticas.** 2007. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia. Disponível em <http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/90368/Organizacoes-nao-governamentais-ONG-e-o-movimento-ambientalista-da-regiao-cacauzeira-da-Bahia-valores-discursos-e-praticas.html>. Acesso em 18 ago. 2008.

MEDEIROS, Silva Jeane. Análise de discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. LIMA, Ramires Júlio César; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Estado e Terceiro Setor: uma análise de duas iniciativas de aproximação. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, 23, 1999, Foz do Iguaçu. Anais Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. 1 CD.

MIGUEL Katarini Giroldo. A expressão dos movimentos ambientais na atualidade: mídia, diversidade. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** - 2007. - <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1143-1.pdf>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria do desenvolvimento Sustentável. **Agenda 21.** Construindo a Agenda 21 Local. Brasília: SDS, 2003.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Cadastro de Entidades Ambientais – CNEA.** Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm>. Acesso em: maio 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOAL, Fernando Oliveira. Complexidade e responsabilidade- Ciência, ética, ecologia e futuro na perspectiva de Hans Jonas. In BAGGIO, André; BARCELOS Valdo. **Educação Ambiental e Complexidade**: entre Pensamentos e Ações. Santa Cruz do Sul : Edunisc, 2008.

NOVO, Ellen Maria. **El desarrollo sostenible**: su dimensions ambiental y educativa Madrid: 2006. - 2.ed.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. **Cúmplices na sobrevivência**: ONGs populares e a infância desassistida. 1993. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

PASSOS Deusa Maria de Souza Pinheiro. **Linguagem, Política e ecologia**: uma análise do discurso de Partidos Verdes. São Paulo : Fontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. 317 p.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes. PUC Minas, 2008.

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. n. 3. Coleção sociedade e ambiente. Blumenau: FURB, 1999.

PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90**: um olhar sobre o Mato Grosso. São Paulo: Annablume, 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A construção geopolítica do Neoliberalismo ambiental. In: **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.285-448.

_____. **Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005

RIO GRANDE DO SUL. FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Municípios**. Disponível em:< http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso em: 10/03/2010.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2 ed. São Paulo : Cortez, 2002 348 p. ;

SADER, Emir. Para Outras Democracias. In Santos, Boaventura de Souza (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.649 -679.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In. **Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado**. São Paulo.1998. - pp. 01-17.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra. Portugal, 2002. V 63. p. 237-280.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**. v.10, jul/dez, p 72-103, 1997. Mato Grosso: UFMT, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social. **Boletim de Ciências Sociais**, UFSC, Florianópolis, n.42/ p.25-48, 1987.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Fapesp, 2001

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentido por entre os implícitos da linguagem. **Revista Faced**, v. 14, n. 2, p. 39- 53, 2008.

SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas. Comunicação e movimento ambientalista: bactéria verde dentro do organismo global. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2003 Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17888/1/R1412-1.pdf>.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Notas sobre Epistemologia. In: **Cadernos Geográficos, Universidade Federal de Santa Catarina**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. n. 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A Atuação das Organizações Não-Governamentais entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In DAGNINO Evelina (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

TOMAZZETI, Elizete. Maria et al. Racionalidade, educação e gestão ambiental. **Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n.2, Editora Unisc 1998.

TOURAINÉ, Alan. **Em defesa da sociologia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

TOZONI- REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TRES Lauro. A Resistência Como práxis Dos Movimentos Ambientistas E Ecológicos. Ponta Grossa. **Práxis Educativa**. PR, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan.-jun 2006. Disponível em <http://www.uepg.br/praxiseducativa/v1n1Artigo_6.pdf >

TRIVIÑOS, Augusto da Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1987.

URBAN, **Teresa. Missão (quase impossível): aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VERÁS NETO, Francisco Quintanilhas. **Análise Crítica da Globalização Neoliberal**. Curitiba : Jaruá, 2007.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. ; VIEIRA, P. F. (orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e Lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo : Boitempo, 2003.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: _____

Nome da instituição (por extenso) : _____

Sigla (se possuir): _____

Endereço _____ nº _____

Bairro: _____ Cidade _____ Tel: _____

Sede Própria: () Sim () Não Ano de criação: _____

1. A Instituição foi declarada de utilidade pública? Sim () Não ()

Identifique o nível da declaração:

() utilidade pública federal

() utilidade pública municipal

() utilidade pública estadual

2. Ela está registrada no Conselho Nacional de Serviço Social? Sim () Não ()

3. Identifique quais os documentos que possui?

Estatuto registrado em cartório () Sim () Não

Ata de eleição da atual Diretoria () Sim () Não

Balanco Patrimonial () Sim () Não

Declaração de Isenção de Imposto de Renda () Sim () Não

Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte () Sim () Não

4. É de seu conhecimento os tramites do processo de criação? Caso seja, relate como se deu o processo de criação (responsáveis pela fundação) e fundação da instituição, e quais foram os objetivos iniciais e a missão proposta?

5. Os objetivos da Instituição ainda são os mesmos desde a criação?

6. Qual a área de atuação da ONG e quais os projetos mais expressivos da instituição?

() Ecologia

() Racismo

() Educação

() Democratização

() Cultura

() Política

() Economia

() Direitos humanos

() Saúde

GESTORES

7. *Quem são os profissionais e voluntários vinculados com a instituição, qual a sua formação e atuação?*
8. *Quanto à filosofia de trabalho, a ONG busca suporte teórico para as suas práticas? (O processo de planejamento e gestão das atividades é elaborado com base em alguma filosofia ou teoria?)*
9. *Em caso afirmativo qual e como estas informações são trabalhadas com o restante da equipe?*
10. *O planejamento das atividades é realizado de que forma? (decisão coletiva ou decisão da equipe gestora)*
11. *Quanto ao foco de trabalho (áreas de atuação), como este critério é definido? (em decorrência das necessidades da comunidade ou através da equipe gestora)*
12. *Quais os bairros/regiões específicas em que atuam os projetos dessa instituição voltados*
13. *A definição dos projetos de pesquisa (objetivos e metas) são feitas de que forma?*
14. *Quais foram os resultados mais expressivos obtidos até agora nos projetos desenvolvidos pela ONG?*
15. *Quais são os problemas mais graves que se defronta a organização?*
16. *Como são definidas as novas formas de parceria e qual a importância dos parceiros para a realização dos trabalhos da instituição? Como esta relação de parceria é definida e quais os objetivos para a instituição?*
17. *Esta instituição possui convênios com o governo: -Não () - Sim ()*
18. *O que mudou no atendimento e organização da instituição depois de estabelecido o convênio (conte um pouco)?_____*
19. *Como vocês dialogam (cobram, exigem) do poder público?*
20. *A Instituição tem procedimentos de avaliação? Que técnica utiliza e a regularidade da avaliação?*
21. *Quais os mecanismos de controle dos objetivos propostos?*
22. *Qual a sua opinião, sobre a função política das atividades do Terceiro Setor?*

23. Quais os temas que você julga mais importantes debater?

- () Ecologia () Racismo () Educação
 () Democratização () Cultura () Política
 () Economia () Direitos humanos () Saúde

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

24. Esta Instituição conta com que fontes de recursos financeiros?

- () Internacionais () Do Estado () Próprios () Doações () Outros _____

25. Origem daqueles provenientes do Governo:

- Federal () Estadual () Municipal () Não recebe () Outros: _____

26. Há preferência em ampliar essa relação com que fonte:

- () Federal () Municipal () Estadual () Internacional () Outras fontes
 () Não tem preferência

27. Algum cargo da instituição recebe remuneração? () Não () Sim Qual _____

28. Como é feito o planejamento e a gestão dos recursos?

29. Assinale as principais origens desses recursos:

Origens	%
Prestação de serviços	
Venda de produtos	
Doações – contribuições voluntária	
Mensalidades, cursos	
Outras formas	

30. Como são analisadas as propostas novas de parcerias?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: O papel do terceiro setor nas políticas ambientais do estado neoliberal: uma análise a partir do Corede Centro do Rio Grande do Sul

Pesquisador responsável: Mara Eliana Graeff Dickel

Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Universidade Federal de Santa Maria- Mestrado em Geografia

EMAIL: mara_dickel@yahoo.com.br

Telefones para contato: (55) 84399856 - (55) 3220 8971

Nome do voluntário _____

R.G. _____

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO ESTADO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COREDE CENTRO DO RIO GRANDE DO SUL**” de responsabilidade da pesquisadora Mara Eliana Graeff Dickel

A presente entrevista consiste em um instrumento de coleta de dados referente a pesquisa vinculada ao mestrado em Geografia, do Programa de Pós Graduação em Geografia- PPGGeo/UFSM. O referido trabalho consiste em contextualizar e discutir o papel das Organizações não Governamentais que atuam na área ambiental dentro dos limites do Corede Centro através da caracterização de suas formas de atuação, buscando interpretar as relações que estabelecem com os setores públicos, para tal, serão entrevistadas as Organizações Não Governamentais que atuam na área ambiental ou em áreas correlatas respeitando o limite do Corede Central.

Como metodologia de coleta de dados, utilizaremos a metodologia de aplicação de entrevista, as quais serão gravadas para que seja possível a transcrição das falas. Os questionamentos foram formulados no intuito de responder aos objetivos do trabalho, não sendo interesse do pesquisador a causa de qualquer constrangimento, caso seja interesse do entrevistado será fornecido uma cópia das questões estruturadas para as entrevistas.

Afirmamos também que a participação é *voluntária* e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, garantimos privacidade do sujeito da pesquisa. Colocamos-nos a disposição dos entrevistados e da comunidade para quaisquer esclarecimentos.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Santa Maria, _____ de _____ de 20__.

Nome e assinatura do pesquisador

Nome e assinatura do entrevistado